

PÉROLAS OCULTAS E FATOS E COMENTÁRIOS

Abel Gomes



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

Pérolas Ocultas
e
Fatos e Comentários

Abel Gomes

2014

Pérolas Ocultas
e
Fatos e Comentários

Abel Gomes

Data da publicação: 30 de dezembro de 2014

CAPA: Cláudia Rezende Barbeiro
REVISÃO: Eunice de Oliveira Cazetta
PUBLICAÇÃO: EVOC – Editora Virtual O Consolador
Rua Senador Souza Naves, 2245
CEP 86015-430
Fone: (43) 3343-2000
www.oconsolador.com
Londrina – Estado do Paraná

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável Maria Luiza Perez CRB9/703

G612p	Gomes, Abel, 1877-1934 Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários / Abel Gomes ; revisão de Eunice de Oliveira Cazetta ; capa Cláudia Rezende Barbeiro. - Londrina, PR : EVOC, 2014. 203 p. 1. Literatura espírita. 2. Espiritismo. 3. Doutrina espírita. I. Cazetta, Eunice de Oliveira. II. Barbeiro, Cláudia Rezende III. Título. CDD 133.9 19.ed.
-------	---

Índice

Explicação preliminar, 5

Quem foi Abel Gomes, 6

À guisa de prefácio, 8

Justificando o título, 11

Primeira parte, 12

Pérolas Ocultas:

I – Será o Espiritismo fator de loucura?, 13

II – A mulher do hoteleiro, 34

III – Um homem de bem, 40

IV – O campo de forragem, 45

V – Terra do Brasil, 47

VI – A caridade, 51

VII – Energia de um acusado, 55

VIII – O inimigo, 62

IX – A arma do Jaó, 72

X – Uma data, 77

XI – Rui, o grande, 83

XII – Zamenhof, 87

XIII – O ano da fome, 93

XIV – A retribuição, 104

XV – O recruta, 108

Segunda parte, 118

Fatos e Comentários:

I – A maior das obras de Deus, 119

II – A mulher na política, 133

III – O dia de hoje, 141

IV – Beneficência e caridade, 144

V – O Baltazar, 150

VI – Doenças..., 156

VII – Velharias, 162

VIII – O propagandista, 167

- IX – Otimistas e pessimistas, 173
- X – O perdão das ofensas, 183
- XI – Um apelo, 188
- XII – Costumes, 192
- XIII – Coisas agridoces, 199

Explicação preliminar

A primeira e única edição de *Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários*, obra escrita por Abel Gomes, foi publicada originalmente pela Federação Espírita Brasileira no ano de 1943, quase nove anos depois da desencarnação do autor, que faleceu em agosto de 1934.

Constituída por 28 capítulos, a edição original foi prefaciada por Amadeu Santos, um dos discípulos do pioneiro do Espiritismo na Zona da Mata mineira.

Esta edição digital, promovida pela EVOC – Editora Virtual O Consolador, verifica-se no mesmo dia – 30 de dezembro – em que Abel Gomes nasceu, fato que se deu no ano de 1877 na cidade mineira de Conceição do Turvo, hoje Senador Firmino.

Conquanto não fale sobre Espiritismo, senão em um único capítulo, este é um livro implicitamente espírita e, podemos dizer, atemporal, e sua leitura temos certeza que satisfará plenamente os nossos leitores.

Personagem central do livro *Memórias de Padre Vitor*, obra mediúmica psicografada pela médium Ana Paula Cazetta, de São José do Rio Preto (SP), publicada em novembro de 2001 pela Editora Leopoldo Machado, Abel Gomes é autor de duas outras obras: *Braz Pires* e *A Felicidade*, publicada em 1940 pela Federação Espírita Brasileira.

A produção da presente edição é mais uma contribuição dada à EVOC por nossa colaboradora Eunice de Oliveira Cazetta, membro da equipe de redação da revista “O Consolador”, de que esta editora faz parte.

A capa do livro ora publicado foi gentilmente concebida e elaborada pela artista plástica Cláudia Rezende Barbeiro, a quem agradecemos.

Quem foi Abel Gomes

Nascido em Minas Gerais no dia 30 de dezembro de 1877, na antiga cidade mineira de Conceição do Turvo, hoje Senador Firmino, e falecido em 16 de agosto de 1934, no Porto de Santo Antônio, hoje Astolfo Dutra (MG), Abel Gomes foi professor, jornalista, cronista e poeta.

Propagandista valoroso e devotado do Espiritismo e do Esperanto, legou à literatura pátria páginas cheias de beleza e simplicidade e, o que é muito mais importante, viveu uma vida de exemplos evangélicos.

Abel ficou impossibilitado de andar aos 25 anos de idade acometido por pertinaz e progressiva paralisia, que lhe imobilizou as pernas. Levado a uma cadeira de rodas, continuou, no entanto, a produzir como poucos e jamais deixou de trabalhar.

Exerceu as profissões de professor e de contabilista, esta em várias firmas comerciais. Com a paralisia, devido às dificuldades de locomoção, começou a trabalhar em sua própria residência como alfaiate e fotógrafo e, nas horas de lazer, ensinava música aos jovens da cidade.

No ano de 1928, em companhia de outros denodados seareiros, fundou no Porto de Santo Antônio o Grupo Espírita Luz e Trabalho, a primeira instituição da cidade, que teve vida efêmera.

No dia 2 de julho de 1933, coadjuvado por doze companheiros, fundou novo Centro Espírita com o mesmo nome do primeiro. Após o seu falecimento, a Casa passou a se chamar Cabana Espírita Abel Gomes.

Anos depois, o educandário espírita destinado ao amparo e acolhimento de meninas órfãs, fundado na mesma cidade na década de 40, recebeu o nome de Fundação Espírita Abel Gomes, entidade promotora e sede de uma das mais antigas Semanas

Espíritas realizadas no país, que se repete anualmente no mês de julho.

Poliglota, Abel dominava bem o português, o francês, o espanhol e o italiano, e conhecia razoavelmente o grego e o latim. Dedicado às letras, deixou numerosas obras das quais se destacam: *A Felicidade*, obra publicada em 1940 pela Federação Espírita Brasileira; *Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários*, também publicada pela FEB, em 1943, e *Braz Pires*.

Tio do conhecido esperantista espírita Ismael Gomes Braga, foi Abel – em espírito – quem, pela primeira vez, falou ao sobrinho sobre a importância do triângulo Evangelho/Espiritismo/Esperanto, a cuja divulgação Ismael Gomes Braga dedicou sua última existência.

Sobre sua iniciação no Espiritismo, revela Abel Gomes: “Eu era moço ao abrir o *Livro dos Espíritos*, o *Livro dos Médiuns* e o *Evangelho*, de Allan Kardec. Ainda sob as impressões dos 24 anos, cérebro cheio de esperanças e fantasias, era cedo demais para dar combate à descrença que me procurava dominar, ao reconhecer que me não satisfaziam os dogmas de Roma. Ao aproximar-me dos 30 anos, iniciei novamente o estudo do Espiritismo, que tornei a interromper por motivos justos, volvendo a abrir aqueles livros uns meses depois”. (*Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários*, edição de 1943, pág., 20.)

Abel integra também, como poeta, o livro *Parnaso de Além-Túmulo*, editado pela Federação Espírita Brasileira, do qual participa com dois sonetos: Temos Jesus e Morte, psicografados por Francisco Cândido Xavier.

É ainda de sua lavra a mensagem Notícias, que integra a obra *Falando à Terra*, publicada em 1951 pela Federação Espírita Brasileira e igualmente psicografada por Francisco Cândido Xavier.

À guisa de prefácio

Para que palavras minhas servindo de pórtico a esta excelente obra? Para nada. Todavia, elas representam obediência à solicitação do estimado confrade Ismael Gomes Braga – quando podia ter sido disso encarregada pessoa competente, que não eu – e ao meu testemunho de imenso apreço, admiração e respeito para com o lúcido Espírito do seu inspirado autor. Isso justifica, de algum modo, a minha intromissão neste trabalho.

Não se me afiguram necessários quaisquer elogios ou simples palavras ditas em abono das credenciais desse respeitável escritor, de vez que ele já é conhecido e admirado pelos nossos confrades como consagrado publicista e genuíno, inspirado poeta. Quem já teve a feliz oportunidade de ler o seu admirável livro “A Felicidade”, editado em 1940 pela Livraria da Federação, não tem disso a menor dúvida. “Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários” é a segunda obra desse admirável autor que a mesma Editora vai pôr, agora, ao alcance do público amante da leitura instrutiva. É essa iniciativa que merece aplausos, por se tratar da publicação de um livro soberbo de ensinamentos, exuberante de exemplos edificantes, construtivos. Escrito naquele estilo terso, natural do erudito e saudoso autor, esse estupendo livro é bem um repositório apreciável de belíssimas elucidações de fundo moral, inspiradas no Evangelho interpretado em Espírito e Verdade.

Composto de várias crônicas ligeiras – publicadas algumas na imprensa periódica do interior – abordando assuntos a bem dizer familiares, íntimos, vazados em ensinamentos leves e penetrantes, de estrutura educativa, edificante, esse precioso livro é sem favor um roteiro seguro do bem, através do qual se ensina a limpar as arestas, a corrigir defeitos, a conquistar virtudes e, numa palavra, a palmilhar firmemente a senda da evolução espiritual. Não há preferir entre os capítulos de que é composta esta obra.

Todos eles foram escritos com um único objetivo: evangelizar, esclarecer, confortar, doutrinar! Se não foi essa a preocupação do autor, posso afirmar, entretanto, que aquele foi o resultado líquido atingido.

Dois desses capítulos, todavia, ressaltam, para mim, entre os demais, na sua estrutura genuinamente cristã, na sua expressão simplesmente emotiva, na sua singularidade eminentemente amorosa, bela, fecunda... São os que têm os seguintes títulos: "A maior das obras de Deus" e "Será o Espiritismo fator de loucura?", um e outro já publicados nas colunas do "Reformador". O primeiro por ser uma verdadeira apoteose ao amor materno; um cântico emocionante que o poeta entoou, em prosa, ao Senhor dos Mundos, glorificando a Sua incomparável obra: o amor de mãe.

Confesso que nunca, jamais viram meus olhos páginas mais lindas, mais emotivas, mais amorosas do que as que o autor escreveu sobre esse assunto! E o segundo, por ser um trabalho consciencioso de um cristão ímpar, convicto, sincero, cômico de seus deveres e responsabilidades: de um espiritista de eleição que sabe defender, sem contundir, o seu Ideal, a Doutrina que lhe conforta o coração, que lhe ilumina a inteligência e lhe aprimora a alma, mostrando o erro em que incorrem os que emprestam ao Espiritismo qualificativos deprimentes que não se lhe ajustam.

O livro é todo assim, cheio de lances educativos, de divagações sentimentais, falando ao cérebro e ao coração. Cada uma de suas páginas contém um convite à meditação e uma insinuação forte ao leitor arguto, induzindo-o a munir-se de otimismo, a precaver-se e mobilizar-se dos recursos espirituais: a paciência, a resignação e a fé, com que se tornará apto a enfrentar as dificuldades da vida, as mais das vezes constituídas de provações ou expiações decorrentes dos desvios do Espírito incauto em existências pretéritas...

Opinando sobre o valor desse livro, o nosso prestimoso e

culto correligionário M. Quintão assim se expressou: “Da ligeira leitura feita, presumo não se tratar de obra taxativa, mas implicitamente espírita e, quiçá por isso, mais acessível ao grande público – gregos e troianos – como, por exemplo, ‘Memórias do Padre Germano’. E tanto mais eficiente quanto vazada num estilo simples, bem sugestivo e... brasileiríssimo. Desse ponto de vista, um belo livro, porque retrata uma personalidade.”

A obra é, realmente, implicitamente espírita, embora se não fale em Espiritismo, senão em um único capítulo. E pela feitura especial dessa obra e a relevância dos assuntos nela tratados, estou certo de que agradará, como “Memórias do Padre Germano”, aos estudiosos serenos, profitentes de todos os credos religiosos e de todas as confissões filosóficas...

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1943

Amadeu Santos

Justificando o título

Pessoas há, e numerosas, que veem deformidades morais em todos os recantos do globo. Nos indivíduos, consideram somente os defeitos; nas instituições, analisam apenas os vícios. Olham nos seres humanos e nas coisas a face mais feia, e por esta censuram quanto não examinaram, quanto não viram.

O mundo possui, entretanto, muita beleza. Ao lado de seres amorfos, nos quais as ações boas são pouco conhecidas, há indivíduos que consagram à dignidade e à honra um verdadeiro culto, e entre os quais as ações generosas são praticadas modestamente, simplesmente, com a mesma naturalidade das coisas banais.

Algumas dessas ações boas, dignas de imitação, e admiráveis na sua modéstia, eu as enfeixei na primeira parte deste livro, e julgo ter acertado dando a essas ações o título de "Pérolas Ocultas", ficando com esse nome a referida primeira parte.

A segunda parte deste livro é composta de fatos, com ligeiras observações minhas, e de comentários sobre diversos temas, e eu penso ter agido com acerto dando-lhe o título de "Fatos e Comentários". Pérolas Ocultas e Fatos e Comentários constituem, pois, o livro que hoje ofereço aos meus amigos e conterrâneos. Que a alguns desses possa ser ele de alguma utilidade. Isso me fará feliz.

Abel Gomes

PRIMEIRA PARTE

Pérolas Ocultas

Será o Espiritismo fator de loucura?

Esta pergunta resume o assunto explanado nas colunas sobre que no momento pousa o leitor o seu olhar. E o que, nestas colunas, lhe oferecemos à leitura é uma carta escrita de Porto de Santo Antônio, em Minas, a 30 de outubro de 1927, pelo inteligente e recém-desencarnado, confrade Abel Gomes, autor da novela "A Felicidade", cuja publicação concluímos no presente número do "Reformador", e dirigida a um amigo que lhe aconselhara abandonasse o Espiritismo por ser caminho para o hospício.

(Do *Reformador*, de 16/07/1935.)

Quando, há 20 anos, perdeu V. Ex^a. sua esposa, entendi ser-lhe grato saber que em numerosos corações havia verdadeira dor pela grande perda que dilacerava o seu, extremamente bondoso, de esposo e pai, e, sendo eu, como sou e serei sempre, um dos seus dedicados amigos, tomei a deliberação de lhe escrever sem demora uma carta, asseverando-lhe participar da sua acerba prova. Nessa carta, parece-me ter deixado transparecer a minha crença na sobrevivência da alma e mesmo na sua volta ao mundo, nas reencarnações enfim. É que, nessa ocasião, principiava eu a estudar a filosofia espírita, lendo cuidadosamente os livros de Allan Kardec e outros autores e acompanhando o evoluir dessa consoladora doutrina pela imprensa periódica. Supus conveniente lembrar-lhe a insignificância do período de uma existência terrena, se comparado ao futuro que nos espera, à multiplicidade de existências atravessadas pelo nosso ser, no passado, e ao porvir sem-fim que nos aguarda. Talvez houvesse, em minha carta,

mais referências a essas consoladoras verdades, que somente então eu começava a vislumbrar, como deduzo da resposta com que o amigo me honrou, alguns dias depois.

Recebi, pois, a sua missiva de 30 de outubro de 1907. Há 20 anos justos foi ela escrita e ainda a conservo entre os papéis que mais estimo. É longa e contém conselhos oriundos de sua amizade e do sincero desejo que nutria, de me arredar de um caminho cujo termo, conforme V. Ex^a. o entende, é a perdição.

Depois de se referir, em toda a primeira página, às palavras usuais com que lhe enviei, no começo da que lhe dirigi as minhas condolências e de tratar ligeiramente de outros assuntos, passou V. Ex^a., nas três páginas seguintes, a dissertar sobre o Espiritismo. Permita-me transcrever os trechos principais:

“Lamento ver o amigo deixar-se arrastar por essa doutrina, realmente sedutora, mas que exige uma tão forte concentração de espírito, que leva muitas vezes os seus adeptos ao desarrazoado e à demência. Além disso, não se lhe reconheceu ainda a utilidade prática, pois, em vez de nos atrair para a investigação dos fenômenos naturais, físicos e químicos, biológicos e fisiológicos, em que se têm estribado as descobertas modernas, nos leva a beber inspiração em Espíritos atrasados, de homens que viveram em meio muito menos progressista do que o nosso. Além disso, não serão os fenômenos observados fatos positivos de autossugestão? E para que andarmos preocupados com os que se foram, se com isso não melhoramos as nossas condições de vida, nem beneficiamos a humanidade? Pelo contrário, vemos famílias, como a do operário J. M., de C., e a do Sr. J. C. e de tantos outros, privadas do amparo de seus chefes, os quais se entregaram às práticas espíritas e estão hoje onerando o Estado com a sua permanência no hospício. Tomo a liberdade de lhe dizer estas coisas, porque, além de ser seu amigo, tenho pesar de ver um moço inteligente, um coração bem formado, seguindo um caminho que o levará indubitavelmente

à inutilidade, absorvido como deve estar por teorias errôneas”.

As suas palavras me impressionaram profundamente.

Não sou, em comparação com outros do nosso tempo, nenhum ignorantão, para quem tudo na vida é um problema insolúvel. Já nesse tempo sabia ler, escrever, possuía noções de outros conhecimentos, que me haviam aberto as portas de alguns estabelecimentos de ensino e dado acesso ao seu corpo docente. Tinha mesmo certo tirocínio do magistério e uma pequena prática dos trabalhos da imprensa periódica, para a qual escrevia, desde uns 10 anos antes, em prosa e verso. Mas esse arremedo de cultura nada era, como não é, em comparação com a ciência de um médico, mormente quando este é um literato, um jornalista, um administrador, um homem prático, como sempre considerei a V. Ex^a. Meditei com cuidado sobre os conselhos e receios de sua carta e me absteve por algum tempo de leituras espíritas.

Pouco depois, tornei a ler cuidadosamente a Bíblia e fiz ligeiro estudo das bases e dos pontos principais dos credos religiosos mais seguidos.

Após ler numerosos volumes aprovados pela Igreja Romana, passei a examinar os motivos da Reforma com as lutas fratricidas dos dois credos, com as perseguições religiosas que desencadearam na Europa a horrenda mortandade de São Bartolomeu e os horrores da Inquisição, a intolerância clerical por toda parte e a ambição da Companhia de Jesus e de outras ordens, a ostentação do papado e suas nunciaturas, e concluí tristemente, acabrunhadamente, declarando a mim mesmo, de toda a minha alma, com referência a essas duas religiões: *Não! A verdade não está com esses homens!*

Embrenhei-me depois nas lutas de católicos e sarracenos, apreciei as depredações e as conquistas de ambos os partidos, as incursões em terras neutras, o saque, o roubo, a cobiça, o sangue, o orgulho, a desonra, a miséria, enfim, por tantas terras

do velho continente, quantas tinham tido a desdita de conhecer a intolerância ultramontana ou o fanatismo mouro, ou de lhes ser limítrofes. Ao concluir a leitura de cada um desses livros, repetia convictamente, em relação a ambos os litigantes: *Não! A verdade não está com esses homens!*

Pensei, depois, em cuidar de coisas desta vida, deixando o futuro ao acaso; mas reagi um dia contra essa indecisão, contra esses prejuízos de vencido. Se procuramos conhecer a língua de um país e, mesmo, seus usos e costumes, antes de o visitarmos; se procuramos conhecer com antecedência os usos e costumes até de uma aldeia, ou de uma propriedade agrícola, ou de uma empresa, onde pretendamos fazer uma vilegiatura, por que não procurarmos conhecer as coisas da vida de além-campa, isto é, a vida que é o prolongamento desta vida, a vida, em suma, que acreditamos eterna?

Voltei, portanto, ao estudo dos fenômenos espíritas, da consoladora doutrina a que devo a minha calma na atualidade, a que devo a resignação, a esperança, o quase prazer com que aceito os sofrimentos que a outrem arrancaria amargas queixas.

Julguei sempre ser meu dever enviar a V. Ex^a. uma resposta à sua missiva de 30 de outubro de 1907. Fugindo ao estudo do Espiritismo, tinha eu de declarar ao ilustre amigo que reconhecera verdadeiro e provado o texto de sua carta citada; estudando a doutrina e os fenômenos espíritas e aceitando a nova revelação como meu credo, achava-me no dever de declarar ao meu estimado amigo, com o mais sincero respeito, haver enganos na sua referida carta. Em qualquer dos casos, porém, cumpria-me agradecer-lhe de coração o interesse que tomara por mim, assegurando-lhe que jamais me esqueceria da boa vontade que lhe guiou a pena, ao traçar, ditados pela sua experiência, os conselhos que me enviou, numa demonstração de verdadeira simpatia.

Aguardava, entretanto, obter mais provas, a fim de lhe poder escrever. De quando em vez, revolvendo as gavetas, relia a carta

tarjada. Meditava sobre a resposta que lhe daria, mas ia deixando-a para mais tarde, para quando lhe pudesse oferecer, em resumo, as minhas observações, resultantes, não da pesquisa dos fenômenos, o que seria difícil, laborioso, e, relativamente, pouco útil, pois esses fenômenos são, de há muito, admitidos pela ciência reacionária e pela própria Igreja romana, porém do estudo da influência que o Espiritismo pudesse exercer nos seus adeptos, com relação ao estado mental de cada um.

Hoje, finalmente, vendo completar-se o longo período de 20 anos, entendi não ser necessário prolongar mais o das minhas observações e dou início à resposta, que lhe devo, escrevendo-a ao correr da pena, justamente na manhã do dia 30, dia de descanso. Procurarei resumir quanto possível o que tenho o desejo e o dever de lhe declarar. Será, contudo, um pouco extensa a missiva. V. Ex^a., entretanto, terá a bondade de me desculpar, não somente por lhe ir roubar um pouco do precioso tempo, como também por apresentar nestas linhas argumentos tendentes a negar as suas opiniões antiespíritas. Todavia, espero e peço a V. Ex^a. que leia com atenção toda ela. Ficar-lhe-ei grato por isso.

Não a farei de uma vez. É bem provável que só a conclua daqui a dois dias mais, talvez, exatamente na noite em que, há 20 anos passados, recebi a sua.

No decorrer desses 20 anos, meu distinto amigo, li bastante, ouvi muito, pensei detidamente, muito observei e hoje posso asseverar, sem o menor receio de erro, que o Espiritismo não faz loucos. Nunca os fez. Nunca os fará.

Eu era moço, ao abrir o *Livro dos Espíritos*, o *Livro dos Médiuns* e o *Evangelho*, de Allan Kardec. Ainda sob as impressões dos 24 anos, cérebro cheio de esperanças e fantasias, era cedo demais para dar combate à descrença que me procurava dominar, ao reconhecer que me não satisfaziam os dogmas de Roma. Ao aproximar-me dos 30 anos, iniciei novamente o Estudo do Espiritismo, que tornei a interromper por

motivos justos, volvendo a abrir aqueles livros uns meses depois. Recebendo então a sua carta, pus-me a observar atentamente, sem ser indiscreto, os adeptos dessa e de outras doutrinas, comparando-lhes o modo de agir, examinando-lhes as opiniões sobre diversos assuntos, verificando como procediam (os meus íntimos) para com as suas famílias e perante a sociedade etc. etc.

Após essa prolongada observação, isto é, no decorrer desses 20 anos, nem um louco encontrei entre os espíritas, mas muitíssimos loucos, numerosíssimos loucos encontrei, que eram adeptos de outras doutrinas, principalmente da religião católica romana.

E durante esse tempo convivi com grande número de espíritas, não somente deste lugar, mas também do Rio de Janeiro, de alguns outros distritos deste município e de diversos outros pontos. Correspondi-me assiduamente com espíritas, alguns dos quais não conheço pessoalmente, e nunca me veio às mãos uma carta onde existisse qualquer coisa sem nexos, a menor extravagância denunciadora da mais ligeira perturbação mental. Li cuidadosamente numerosos livros espíritas – de escritores nacionais, portugueses, franceses, ingleses, italianos, alemães, espanhóis, em nossa língua – e nenhuma necessidade se me deparou, nenhum disparate constatei quer do autor, quer do tradutor. Conversei demoradamente com inúmeros espíritas – homens e mulheres, velhos e moços, cultos e incultos, nacionais e estrangeiros – e nada em qualquer deles me fez jamais supor o menor, o mais insignificante desequilíbrio mental. Um deles veio de outro município, não vizinho, com o único fim de conhecer e visitar o novo confrade – então *animal raro* na zona – e algum tempo depois deu-me o prazer de outra visita. A seu respeito ouvira eu dizer horrores: “que estudara essa doutrina perigosa, que se fizera espírita e logo em seguida ficara doido e arrancara com as mãos os próprios olhos”! Verifiquei, entretanto, que o caso devia ser contado às avessas, porque aí é que estava a

verdade: João Marcelino não conhecia o Espiritismo, nem sobre essa doutrina lera coisa alguma, quando, num desequilíbrio mental – perseguição naturalmente de algum Espírito, que até do santo padre pode fazer uma vítima –, tentou arrancar os dois olhos, tendo perdido um e ficando com o outro deformado; mas melhorou, restabeleceu-se, estudou a nova revelação, fez-se espírita, tornou-se médium e era, então, um homem calmo e culto, que fazia a propaganda do Espiritismo com a palavra, os atos e a pena.

Muito pelo contrário, sei terem alguns espíritas feito recuperar a razão a diversos loucos, como, mesmo neste lugar, fizeram os Srs. Bastos, Fragoso e outros.

Houve aqui um amigo, católico, em quem me foi preciso combater por muitas vezes inclinações perversas, demonstrações de ódio violento, desejos de vinganças mesquinhas (algumas vezes já iniciadas) e ideias ou projetos extravagantes, oriundos de um Espírito perturbado, de um cérebro enfermo, de um coração impregnado de fel. Era, no entanto, um amigo de verdade, talvez o mais dedicado dos meus amigos até essa data. Meia dúzia de anos mais velho do que eu, nossa amizade vinha desde 1891, quando eu saía da segunda infância e ele se aproximava da emancipação. Devia-lhe não poucos favores e, por isso, empenhava-me ainda mais em lhe arrancar alguns sentimentos maus. Consegui, afinal, alguma coisa, porque esse homem, em 1909 a 1910, tendo conhecido o Espiritismo, se tornou fervoroso adepto da doutrina, à qual atribuo o haver mudado de opiniões e de costumes e passado a ser um exemplo vivo de paciência, de tolerância, de resignação e de paz.

Conheci um operário que abandonava a oficina pela taverna e desta passava a provocações e conflitos, esquecido dos deveres de chefe de família, dos compromissos de sua arte e dos deveres de cidadão. Já vivia sem crédito e com poucas relações, quando um parente resolveu conduzi-lo para sua herdade, a mais de 12 quilômetros do povoado. Esse homem, no silêncio da roça,

nas suas longas horas de vigília, durante as noites de inverno, teve a felicidade de encontrar e ler uns livros espíritas de Allan Kardec e outros autores, e graças a essa doutrina salutar, regenerou-se, sendo hoje, já velho, homem laborioso, caridoso e correto, muito estimado no meio em que vive atualmente, sede de um distrito não longe deste.

Um dos meus bons amigos era oriundo de família infeliz, com *tara hereditária*. Tinha visto dementes alguns parentes seus, entre os quais um sacerdote romano. Ele próprio se queixava às vezes de pequenas perturbações mentais. Descrente da fé católica, começou a estudar o Espiritismo, aliás, em contrário ao meu desejo, e se fez algum tempo depois fervoroso crente. Desde essa época, adquiriu mais discernimento em todos os seus atos e palavras. Ao falecer, há pouco, deixou após si um rastro de saudades.

Relacionei-me, durante esse período relativamente longo, como já disse, com grande número de espíritas e em todos verifiquei perfeita integridade mental.

Não procurei informações sobre o caso J. C., de que fala V. Ex^a., por ignorar de que localidade era esse senhor; mas procurei-os acerca do caso J. M., de C. Um moço, que fora discípulo desse operário e com o qual ele residira cerca de três anos, conhecia-o perfeitamente, mesmo por isso, e me informou que o Sr. J. M. não era espírita, nem estava nas condições de o ser. Ouvindo falar dessa doutrina, leu um livro ou parte de um livro sobre ela e tomou a resolução de se servir das evocações para proventos materiais, sem visar jamais o seu progresso espiritual e sem se dirigir a uma associação regular; porém, a sós, sem os precisos conhecimentos do assunto. Provava com isso pouco senso. Ficava sozinho, durante grande parte da noite, evocando Espíritos e interrogando-os somente com o intuito de ganhar mais e trabalhar menos, ou nada, e pedindo informações que o respeito para com os nossos irmãos falecidos e, mesmo para com as fraquezas alheias, em geral, não me permitem

esclarecer nesta carta. E por que não hei de desculpar as fraquezas alheias, se tantas tenho eu também? Mas o operário a quem ouvi me informou amplamente e me merece inteiro crédito, pela incontestável seriedade que sempre demonstrou. No fim de certo tempo, o Sr. J. M. começou a manifestar sintomas de alienação, provavelmente de origem anterior ao começo das suas experiências, mas pouco observáveis por pessoas com quem o infeliz mantinha relações menos íntimas.

Verbalmente, poder-lhe-ia eu provar, com o testemunho do meu informante: 1º., que o operário J. M., antes de compulsar uma obra espírita, não era homem perfeitamente equilibrado; 2º., que o mesmo não era espírita, nem conhecia convenientemente essa doutrina; 3º., que usava e abusava do fenômeno das comunicações, sem compreender que, assim fazendo, desprezava os conselhos de todos os mestres, por imprudência, por ignorância.

É possível, até mesmo pelo que fica exposto, que, devido a essas *evocações a sós, sem prática*, sem fins mais ou menos justos e elevados, se houvesse agravado ao infeliz a perturbação mental anterior, ou, em termos mais claros, é possível tenha havido uma obsessão por parte dos Espíritos perversos que atendiam ao seu chamamento.

O Espiritismo, porém, não é responsável pelo abuso dos imprudentes, que se dizem espíritas, como a medicina não se responsabiliza pelos abusos dos charlatães. Se um curandeiro incompetente me der um remédio que me agrave o mal, em vez de o curar ou minorar, devo eu tornar-me inimigo da medicina e desmoralizar-lhe as academias, se possível fora?

Entre os meus conhecidos, nesse período de 20 anos, e entre as pessoas com quem mantive relações comerciais sem as conhecer pessoalmente, ou com quem me correspondi sobre outros assuntos; entre os escritores cujos livros e jornais li durante o mesmo período, entre correspondentes e escritores espíritas que conheci, nenhum desequilibrado se me deparou.

Entre os católicos, porém, encontrei numerosos loucos, numerosíssimos alienados, muitos dos quais estiveram *onerando o Estado com a sua permanência no hospício*, onde alguns ainda estão.

O padre P. F. V. foi sempre desequilibrado mentalmente e terminou a vida terrena em P. N., completamente alienado. O cônego N. L. suicidou-se louco. O padre J. M., que conheci acompanhando como secretário um arcebispo, sucumbiu ao *delirium tremens*. O padre L. V. Q. foi vítima do alcoolismo. O padre A. Q. era bobo. O cônego O. P. costumava delirar.

Mais exemplos poderia eu citar, não o fazendo porque são de pessoas que viveram ou vivem mais longe. Falemos de alguns casos locais, vistos e verificados por mim.

Dona C. V. B., irmã de um padre, era demente e assim faleceu; sua filha, dona M. J. M., morreu louca no hospital do Rio. Entretanto, eram muito religiosas, assíduas frequentadoras dos atos da igreja. Dona M. F. P. V., mulher do fazendeiro F. P. V., era tão católica que tocava ao fanatismo, sucedendo-lhe frequentemente derramar lágrimas de comoção, na igreja, ao ouvir o vigário J. M. (também desequilibrado) dizer, do púlpito, estar vendo a cadeirinha destinada, no céu, àquela grande devota. Infeliz senhora! Pouco depois dessas práticas, enlouqueceu e foi conduzida para o hospício do Rio, onde faleceu. Dona A. M. P., mulher do fazendeiro A. P. S., era também muito devota; frequentava assiduamente (aliás, com sacrifício) os atos religiosos, tinha os filhos em colégios católicos etc. Afinal, enlouqueceu, continuando, mesmo assim, a assistir às devoções do mês de Maria, até que foi conduzida para o hospício do Rio, onde sucumbiu após uns anos de permanência lá. A mulher do fazendeiro H. S. P. e uma filha sua eram bastante católicas, irmã e sobrinha da tesoureira efetiva da irmandade das "Damas do Sagrado Coração de Jesus" da paróquia. Ambas morreram loucas. A preta Inácia, ativa cozinheira da casa de um dos meus amigos, sempre foi religiosíssima, associada de

quantas irmandades católicas têm aqui havido e cumpridora de todos os preceitos canônicos, inclusive o de se confessar mensalmente e por ocasião de festas religiosas. Tem estado demente por diversas vezes, já havendo sido tratada nos hospícios do Rio e de Barbacena. A. A., homem de uns 47 anos, de cujo pai e irmão sou amigo, é de religiosidade extremada, a ponto de perder meses, em 1910, carregando pedras à cabeça, a fim de erigir a torre da igreja. No entanto, apesar dessa religiosidade toda e das frequentes confissões, tem estado bastante perturbado das faculdades mentais, pelo que abandonou o trabalho quase inteiramente, de uns anos para cá, a fim de se entregar à prática tola e inconsciente de *benzeções*, como vi, ainda ontem, em nossa oficina, na pessoa de um dos nossos oficiais, a quem ele quer curar assim de uma falha de cabelo numa das sobrancelhas.

Deixo de citar, por inútil, muitos outros casos locais, cuja existência poderei provar com a maior facilidade.

João Ernesto, o admirável musicista e compositor, de Ubá, era o espírita mais antigo dessa vizinha cidade e um dos mais preparados da zona. Atacado pelo padre Zeferino de Abreu e outros, na imprensa periódica daquela cidade, e sendo a loucura o principal argumento invocado contra o Espiritismo pelos atacantes, respondeu-lhes, em artigos muito ponderados, apresentando contraditas como as seguintes:

"Sendo espírita, como sou, há muitíssimos anos, parece-me que *ainda* não estou doido. Pai de família que sou, vivo em perfeita paz com os meus, na minha residência; guarda-livros de profissão, continuo nesse trabalho, para o qual é necessário algum discernimento, e os meus patrões, membros das mesmas firmas a que sirvo há muito, continuam a tolerar-me; músico que sou e regente de uma banda de música já bastante antiga, importante e com um nome feito, continuo no exercício desse cargo, desde a fundação da sociedade, e os meus companheiros e dirigidos continuam a tolerar-me. Parece-me, pois, que *ainda*

não estou doido. Num ponto tem, aliás, Monsenhor Miguel Martins inteira razão: é quando diz que o *Espiritismo se assemelha à roseira de São José, que, quando brota num lugar, ali não se extingue nunca*. É que o Espiritismo é a verdade e por isso nele se conservam quantos o conhecem”.

É digno de ler-se o livro *Fariseu*, escrito por João Ernesto. Contém a série de artigos com que respondeu aos ataques do padre Zeferino de Abreu e de outros.

Homem dedicado e modesto, era bastante ativo e laborioso, sabendo aproveitar criteriosamente o seu tempo. Adepto da bela língua criada pelo Dr. Zamenhof, era o decano dos esperantistas desta zona, exprimindo-se nessa língua com facilidade e correção.

Era de cor escura, bem escura. Chamado por monsenhor Miguel Martins, para ser doutrinado, à casa do senador Levindo Coelho, em Ubá, compareceu com a modéstia que o caracterizava; mas, aí, depois de declarar com firmeza que era espírita, isto é, livre pesquisador da verdade, foi seriamente insultado pelo monsenhor que, afinal, se retirou da sala aos repelões etc. etc. João Ernesto tudo ouviu com a costumeira humildade, quase sempre em silêncio; porém, narrando o fato, dias depois, em um artigo na imprensa local, concluiu declarando tristemente, com um pouco de ironia: “Só não me xingou de negro”. É que o monsenhor Lellis, o pregador, tem a cor um pouco mais escura do que a sua...

Foi João Ernesto quem iniciou no Espiritismo e no Esperanto, há muitos anos, um moço de minha família, hoje dos mais entusiastas impulsionadores de associações esperantistas de diversos países. A ele devemos grande número de traduções de escritos em francês, inglês, alemão, italiano e esperanto, sobre experiências e estudos psíquicos, traduções estas publicadas em vários jornais e revistas, mas, principalmente, na *Revista Internacional do Espiritismo*.

Duas classes movem tremenda guerra ao Espiritismo: a

Igreja católica e a medicina. Também o Protestantismo o combate, mas de modo menos renhido. Julgam o Catolicismo e a medicina ter diante de si um adversário poderoso, que ao primeiro retira bons fregueses e à segunda prejudica os interesses, curando de graça numerosos enfermos do corpo e da alma. É realmente enorme o número dos que procuram e obtêm a cura de moléstias com o auxílio dos médiuns. É assombroso o movimento de receituário no Rio e no interior. A Federação Espírita Brasileira, da capital, instituição fundada há quase meio século, é o núcleo principal desse movimento, seguido de perto pelas Federações estaduais, por inúmeros Centros e pelos médiuns que isoladamente trabalham em todo o nosso país.

O decano da imprensa espírita do Brasil é o *Reformador*, órgão daquela Federação e fundado na mesma época que ela; mas já são antigos e muito conhecidos diversos outros periódicos, entre os quais *O Clarim*, da cidade de Matão, S. Paulo, com 23 anos de vida; a *Aurora*, do Rio, com 16 anos. Têm nome feito os que se acham à frente desses e de vários outros órgãos espíritas de publicidade e muitos mais, entre eles o propagandista de estilo fluente e argumentos fortes, Dr. Viana de Carvalho, há pouco falecido, o querido romancista Dr. Américo Verneq, e o velho e caridoso Jerônimo Ribeiro, também desaparecido este ano do plano visível. São estimados e prestam excelentes serviços à propaganda os escritos desses defensores da doutrina, bem como de numerosíssimos outros. Deixaram após si luminoso rastro os ilustres propagandistas Drs. Bezerra de Menezes, Bittencourt Sampaio, Fernando de Alencar e muitos outros.

Mesmo entre nós, neste modesto recanto do Brasil, prestou bons serviços à causa o nosso velho amigo Dr. Pio Martins Marques Ventania, que dedicou os seus últimos 12 anos de vida à propaganda espírita. Já não têm conta os que, nestes últimos anos, se hão votado à propaganda do Espiritismo, sempre no uso pleno de suas faculdades intelectuais e sempre ativos, calmos,

caridosos, ponderados, amigos da alegria e do progresso, instruindo-se cada vez mais pelo estudo de todas as religiões e tendo, algumas vezes, na estante – como a mim mesmo sucede –, livros espíritas, teosofistas, ocultistas, católicos, positivistas, metodistas, sem que obra nenhuma lhes abale a crença na multiplicidade de vidas, nem na recompensa e no castigo, de acordo com as próprias obras, nem na bondade infinita de Deus, cujo perdão é tão sublime que se estende até a um Loiola, um Torquemada, um Ximenez, um Santa Cruz, um Bórgia.

Aos bons católicos, ao contrário do que sucede aos espíritas, o que cumpre apenas é serem obedientes e pagar as taxas caríssimas da religião suntuosa em que nasceram e vivem. É-lhes vedada a leitura de obras onde se não veja o *Imprimatur* de alguma autoridade eclesiástica. Seus sacerdotes, como disse o ex-padre romano Hipólito de Campos, se assemelham aos morcegos, pois a luz os perturba.

A um desses sacerdotes, incontestavelmente dos mais ilustres e operosos, o Dr. Júlio Maria, escreveu o ilustre médico mineiro Dr. Fernando de Alencar, a quem aquele pregador chamara supersticioso:

“Supersticiosos sois vós, os padres da Igreja romana, porque acreditais que um pedacinho de pão, após algumas palavras ditas sobre ele, passa a ser o verdadeiro Cristo, isto é, o verdadeiro sangue, corpo, alma e divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, e acreditais ser o Cristo, ao mesmo tempo, Deus e homem. E o comeis... Além de supersticiosos, sois teófagos e antropófagos, isto é, devoradores de deuses e de homens”.

Não me ocorrem textualmente as palavras do Dr. Fernando de Alencar; mas o pensamento é o que aí ficou.

Os mais poderosos adversários do Espiritismo são, como disse acima, a medicina e a religião católica, isto é, o preconceito científico e a disciplina eclesiástica. Os cientistas, cujo campo de ação é o corpo humano, nada tendo ouvido, nem visto, em suas escolas, com referência à outra vida, propendem para a negação sistemática de tudo o que não podem sondar com os sentidos corporais, julgando erro ou embuste quantos conhecimentos não figuram entre os seus. Os padres romanos, firmados na infalibilidade do seu chefe e na imobilidade da sua igreja, coisas em que, aliás, nem eles próprios acreditam, atribuem ao demônio todos os fenômenos espíritas que não estudaram, que não podem estudar, considerando cada espírita um iludido ou um mentiroso e cada médium um possesso do Espírito das trevas.

Esquecem-se os homens da ciência de que são ainda limitadíssimos os conhecimentos humanos e de que a humanidade, caminhando sempre para a frente na estrada do saber, se acha ainda, como o disse Cuvier, pouco mais adiantada do que a criança entretida a apanhar conchinhas à beira-mar. Esquecem-se os homens do credo romano de que a sua igreja, ainda jovem, relativamente à existência do homem no planeta, tem necessidade de muito estudar e muito evoluir, para se tornar verdadeiramente forte, para arrostar com as dificuldades que lhe opõem a razão, o estudo e o livre-arbítrio, aos quais há de fazer concessões não pequenas, se quiser viver.

O Dr. Carlos Imbassahy, do Rio de Janeiro, respondendo aos Drs. Oscar de Sousa e Everardo Backeuser, acaba de fazer importantes e curiosas ponderações sobre o assunto.

Lembremos a incerteza da medicina, em alguns fatos locais. Duas moças, irmãs gêmeas, foram atacadas pela mesma doença (então epidêmica), no mesmo dia, com os mesmos sintomas, na mesma casa e foram tratadas pelo mesmo médico, vindo os medicamentos da mesma farmácia, com medicação e tratamento idênticos. Uma dessas moças faleceu, enquanto que a outra se restabeleceu, para ser a esposa de um dos meus amigos e

vizinhos.

Um parente meu, médico, viajava com um empregado por umas terras insalubres e, descansando alguns minutos junto de um charco, aí dessedentaram-se num regato de límpida e fresca água, contraindo ambos a terrível moléstia da zona. De regresso à fazenda, o meu parente recolheu-se à cama, enfermo, enquanto que o empregado caía sobre o seu humilde catre de roceiro, desamparado e sem conforto. O primeiro, medicado por nove ilustres facultativos, que lhe prescreveram noventa fórmulas, morreu, ao passo que o outro enfermo se curava com o uso de remédios caseiros, mediante os quais recuperou rapidamente a saúde e a força, ao ponto de poder, alguns dias mais tarde, tomar uma das alças do ataúde em que o cadáver do seu patrão e amigo seguia para o cemitério, para o campo onde terminam todas as grandezas humanas.

Conheço numerosos casos semelhantes e V. Ex^a. os deve conhecer muito mais numerosos. Quer isso dizer que a vida do corpo não é ainda propriedade da ciência e que, por isso, essa ciência, tão incerta no seu círculo de ação, não se deve abalançar à condenação intolerante da doutrina daqueles que estudam a alma.

Se os médicos ainda não dominam os fenômenos do corpo, o último dos quais, a morte, não sabem, nem podem retardar, sequer, não devem abandonar o seu campo de ação – o mesmo corpo – para invadir, com o intuito de tudo negar, ou de tudo explicar a seu modo, o campo do estudo dos espíritas, isto é, a alma.

Desculpe o ilustre amigo a franqueza das minhas expressões, nas quais não existe a menor ironia.

Há, entretanto, muitos médicos espíritas: são os que não se curvam aos preconceitos da escola. Também alguns padres romanos têm aceitado a consoladora doutrina codificada por Allan Kardec.

Quase a terminar esta já longa missiva, tenho hoje a não

pequena felicidade de lhe declarar, respondendo assim a alguns tópicos da sua prezada carta de 30 de outubro de 1907:

1º. *O Espiritismo tem utilidade prática*, pois prova a existência da alma e das outras vidas, cura enfermos, combate a loucura, inspira paciência e resignação, infunde esperança, explica os motivos de nossos sofrimentos e espalha benefícios;

2º. *Os espíritas não vão beber inspirações em Espíritos atrasados* somente, mas ouvem quantos se lhes apresentem, entre eles encontrando alguns que possuem mais adiantamento moral e intelectual do que muitos eruditos da atualidade;

3º. *Os fenômenos observados não são casos de autossugestão*, nem de sugestão alheia, como pode V. Ex.^a. observar nos livros de Paulo Gibier, W. Crookes, Gabriel Delanne, A. Conan Doyle, Lombroso, A. Costa, Léon Denis, De Rochas e outros;

4º. Com o Espiritismo beneficiamos a humanidade e melhoramos nossas condições, como já está provado, e bastante, pois ao Espiritismo se devem diversos asilos, para ambos os sexos, para crianças e velhos desamparados, e muitas escolas, muitos livros, muita caridade, enfim;

5º. *Se alguns espíritas há onerando o Estado com a sua permanência no hospício*, esses espíritas, se realmente o são, o que é de duvidar, devem ser pessoas taradas, devem ser indivíduos defeituosos desde o berço e, a cada um que exista *onerando assim o Estado*, as Associações espíritas correspondem sustentando ou curando mil católicos;

6º. A minha crença não me levará à inutilidade, absorvido por essas teorias errôneas, pois, se algum mal me pudessem fazer essas teorias, há muito já o teriam feito no decorrer dos últimos 20 anos; entretanto, tendo eu ultrapassado os 50 de idade, levando sempre uma vida de trabalhos e dificuldades, sofrendo desde a infância a moléstia da espinha que três grandes professores declaram ser caso desconhecido na ciência, sinto-me ainda com o juízo perfeito, conservo-me

sempre calmo e atento, vejo-me ainda cheio de vida, de saúde (relativa), de esperanças, de alegria, de quase mocidade mesmo.

Realmente, considerada a enfermidade que me acompanha desde a infância e consideradas a minha idade, a minha profissão e as dificuldades desta, oriundas do meio, sou uma prova viva de que o Espiritismo não faz loucos nem bobos, pois tenho o juízo perfeito, sou senhor de minhas faculdades intelectuais. Deus, em sua infinita bondade, concedeu-me o tino que me serve a mim e algumas vezes aos outros. E, apesar dos meus 20 anos de estudos espíritas e de ter ultrapassado os 50 de vida terrena, trabalho durante todo o dia e a empresa por mim fundada, há 18 anos, prospera sempre e ainda me sobeja um pouco de tempo para o descanso, para a leitura, para a música e para escrever esta longa missiva, que talvez vá levar ao meu ilustre amigo alguma contrariedade, ou mesmo uma pequena indisposição, que, entretanto, desaparecerá e não obstará a que eu continue a dedicar-lhe a mesma afeição e a que prossiga fazendo ardentes votos à infinita misericórdia de Deus pela felicidade de V. Ex^a. e de sua distinta família.

Devo, todavia, dizer-lhe que não sou um investigador direto dos fenômenos espíritas. Nunca o fui e provavelmente não o serei jamais nesta vida – não porque me faltasse o desejo de o ser, mas porque não houve e provavelmente não haverá para isso oportunidade. Tenho procurado, porém, tomar conhecimento das investigações já feitas, consignadas em numerosos livros cheios de provas irrecusáveis, de testemunhos respeitáveis, e isso me basta. Não é crível que os cientistas se recusem à leitura desses livros, embora tenha força, em alguns homens o preconceito científico. Por isso, crendo que V. Ex^a. conhece os mais importantes e os mais documentados desses livros, não tomo a liberdade de lhe recomendar escrito nenhum, nem mesmo o *Depois da Morte*, de Léon Denis, e *Vozes do Além pelo*

telefone, de Oscar d'Argonnel, notável o primeiro pela grandiosidade das ponderações, e o segundo pela curiosidade genuinamente brasileira do autor.

Terminando a minha carta, devo dizer-lhe que não nego poderem os Espíritos, em certos casos, ocasionar alguma perturbação mental, mas, apenas, em pessoas imprudentes, apenas aos que, ignorando inteiramente a Doutrina Espírita, se atiram por mera curiosidade, ou com intuitos inconfessáveis e pouco honrosos, a fazer por conta própria investigações para as quais não têm prática, não têm competência, não têm critério. Esses indivíduos, felizmente em pequena quantidade, estão sujeitos a uma obsessão por Espíritos maus, como também estão sujeitos a ela quaisquer indivíduos, de qualquer religião ou sem religião, que tenham mediunidade, mesmo que não provoquem comunicações, mesmo que não chamem Espírito nenhum. Porém, esses indivíduos se tornam perturbados mais por não conhecerem o Espiritismo, pois esse conhecimento os livraria do mal em muitos casos.

O nosso mundo é cercado por enormíssima quantidade de Espíritos, muitíssimo maior do que a quantidade de pessoas; esses Espíritos têm sempre o desejo de se comunicar conosco. Ora, como cada médium é uma espécie de janela aberta para o mundo espiritual, os Espíritos – e parece-me que principalmente os menos evoluídos – atiram-se sempre a esses médiuns, a essas janelas abertas para o seu mundo, sejam embora católicos, metodistas, ateus, indiferentes, positivistas ou espíritas.

Quer isso dizer que as pessoas imprudentes, que se aventuram a investigações a sós e sem competência, de fenômenos espíritas, estão sujeitas a uma obsessão, *mas, apenas, quando possuem qualidades mediúnicas*, condição essencial para serem influenciadas. Mais sujeitas estão a essa influência espiritual quando são moralmente atrasadas.

Acham-se isentas da loucura as pessoas que, dedicando-se embora a tais investigações, não possuem mediunidade; e, em

regra geral, estão também isentas as pessoas que, dedicando-se a tais práticas e tendo mediunidade, embora investiguem a sós e sem traquejo, se encontram em tal grau de adiantamento moral que sabem e podem reagir contra as influências dos Espíritos atrasados.

O que fica nesses dois parágrafos não é a minha opinião pessoal somente; é o que ouvi de algumas pessoas competentes e o que a experiência tem demonstrado.

São comuns os casos de manifestações do Além a pessoas alheias à crença espírita. Os próprios livros da Igreja contêm numerosas narrações.

É digna de nota a aparição do Espírito do padre Buselim, na sacristia da matriz de Barra Longa, neste Estado, ao padre encarregado da paróquia, justamente quando acabava de deixar o invólucro terrestre em Mariana, acerca de 12 léguas por péssimas estradas. Apresentou-se como se estivesse vivo (no seu corpo conhecido), e encarregou o colega da decisão de alguns negócios de outrem, tendo sido ouvido em parte pelo sacristão. Esse fato me foi narrado pelo meu amigo João Cupertino, do comércio do Rio de Janeiro, viajante que tanto trabalhava pelo Catolicismo em geral e pelas irmandades de São Vicente de Paula em particular, que o velho arcebispo lhe chamava – o bispo secular.

Eu poderia citar uma dezena de outros fatos, alguns dos quais entre os meus parentes; mas penso não ser necessário fazê-lo, porque alongaria em excesso esta carta.

Concluindo, torno a declarar a V. Ex^a. que creio haver algum perigo *em ser médium*, sem, entretanto, haver nem sombra de perigo *em ser espírita*. E como a mediunidade é um dom natural, há médiuns inconscientes de que o são, de todas as crenças e, até, sem crença alguma.

Todos devemos, portanto, conhecer o Espiritismo, a fim de evitarmos os perigos de uma obsessão, ou os perigos da mediunidade sem o menor conhecimento do assunto.

Estará V. Ex^a. lendo até agora esta longa missiva? Se estiver, só me resta pedir-lhe novamente desculpas pelo desalinho com que é ela escrita.

Apresento-lhe os meus protestos de gratidão e afeto, com o prazer de me declarar, como sempre, atento amigo e admirador de V. Ex^a. – Abel Gomes.

II

A mulher do hoteleiro

Dirigi-me uma tarde à estação da via férrea, na cidade de C., a fim de tomar o expresso em que devia regressar à minha residência. O trem acabava de se deter junto à plataforma cheia de viajantes profissionais, de outros empregados do comércio, de carregadores, de funcionários da Estrada, e de curiosos, enfim, devendo ser de 25 minutos a permanência do trem, para cujos passageiros era ponto de jantar a linda cidade da mata.

Recebido o meu bilhete de passagem, dirigia-me a um grupo de amigos, em uma das extremidades da plataforma, quando uma voz bem conhecida chamou-se à entrada do armazém central. Atendendo ao chamado, achei-me em frente do meu velho vizinho A. J. M., que me disse, indicando-me uma pobre senhora modestamente vestida e um cavalheiro, ambos desconhecidos para mim:

– “Esta senhora saiu hoje do hospital, e quer regressar a casa, faltando-lhe parte do dinheiro necessário, e por isso proponho a você e a esse meu amigo pagarmos toda a passagem, que importará em dez ou doze mil réis”.

Compramos a passagem, sem aceitar o dinheiro que a pobre senhora oferecia para completar a quantia precisa, o qual servir-lhe-ia para as pequenas despesas de viagem, e pouco depois partia ela, com um sorriso de satisfação, comodamente sentada em uma cadeira do carro de primeira classe, depois de despedir-se de nós, conservando ainda na mão o pouco dinheiro que lhe sobejara das pequenas compras efetuadas, no hospital, durante dois meses de tratamento.

Quem era aquela mulher? Onde residia sua família? Qual o seu nome?

Não o sabemos. Tínhamos cumprido o nosso dever, e não

fizemos perguntas. Ela precisava de nosso auxílio, e nós lho prestamos sem sacrifício, sem esforço algum, e poucos dias depois esquecíamos do caso.

Decorreram anos, uns oito anos talvez, ou pouco mais.

Numa tarde de verão, cavalgando eu uma velha e pacata alimária de aluguel da cidade de A., de onde tinha partido pouco antes, chegava à estação da via férrea pouco depois das quinze horas.

À direita da estação, mais um pouco ao fundo, via-se uma casa simples, verdadeira casa de campo, caiada, com janelas verdes, tendo em frente à porta uma escada tosca de madeira, com três ou quatro degraus. Era a única morada do local, além da estação, e devia eu jantar e passar a noite, a fim de viajar pelo misto da manhã seguinte.

Esse único prédio do local era, pois, o hotel, e para ele dirigi-me, sendo recebido, à porta por um homem forte, de cerca de quarenta anos, vestido de brim escuro, pés descalços, rosto oval, cabelos e bigodes pretos.

Convidou-me a entrar, depois de me haver tomado as rédeas do animal, e conduziu esta para uma sombra, com a recomendação, feita por mim, de o entregar ao Dr. J. P., que devia chegar pelo expresso da noite.

A sala do hotel tinha duas janelas e uma porta na frente, outra no fundo, e duas mais, laterais para dois pequenos quartos. Por móveis tinha a sala dois bancos de madeira, duas cadeiras toscas e uma pequena mesa.

Voltando à casa, o hoteleiro assentou-se em minha frente e pôs-se a conversar comigo sobre diversos assuntos. Residia ali desde cinco anos antes, e tinha uma pequena lavoura acerca de um quilômetro de distância, continuando a manter a sua hospedaria, não somente porque essa indústria aumentava-lhe

um pouco a renda, como porque era isso uma necessidade no local, onde quase sempre pernoitavam viajantes, e mais frequentemente jantavam, à espera do expresso da noite.

À tardinha jantamos – eu, o dono da casa, o agente da estação e um jovem negociante que residia acerca de meio quilômetro, à margem da estrada que ligava a estação à cidade.

Ao anoitecer seguimos para a estação, pois aproximava-se a hora da passagem do expresso do Rio.

Às 8 ou 9 horas da noite, depois de servido o café com leite e pão, conduziu-me o hoteleiro ao meu quarto, sem forro, com uma janela em frente à via férrea.

A cama – uma cama somente, sem outros móveis – era de colchão de palha, muito fofo e cômodo, com os lençóis muito alvos, e as fronhas de filó bordado, contendo esta inscrição em letras grandes: Boa noite.

Em um canto do quarto, a minha mala de viagem, encimada por dois pequenos embrulhos, e junto da cama, no chão, uma lamparina de querosene.

Era cedo. Um silêncio profundo rodeava-me. Mas o sono talvez não atendesse ao meu convite antes das 9 horas da noite.

Havia calor, mas eu temia abrir a janela e o vento extinguir-me a luz da lamparina. Lancei então a vista à cama, e vi, meio oculta sob as almofadas, uma caixa de fósforos... Tinha sido previdente o hoteleiro.

Soprei a chama da lamparina, e abri a janela.

A lua iluminava os campos – vasta pastagem, limitada ao longe pelos milharais em boneca, e em alguns pontos pelas samambaias, a principal vegetação espontânea daquelas terras.

Algum tempo depois, fechando a janela, deitei-me, e, depois de ler algumas páginas de José de Alencar, dormi longamente, calmamente, até que a voz do hoteleiro despertou-me, na manhã seguinte, quando a luz viva do sol nascente começava a iluminar o quarto, introduzindo-se pelos orifícios da coberta a telha-vã.

Na sala entregou-me o homem uma toalha e um pires com

sabão, e convidou-me a acompanhá-lo ao quintal, onde jorrava, de uma bica de madeira, a uns dez metros da porta da cozinha, uma água abundante e cristalina.

Era o lavatório do hotel...

Algumas árvores frutíferas estavam carregadas de frutos sazoados, e entre essas dois grandes pessegueiros.

Lavei-me rapidamente, e voltei à cozinha, onde o hoteleiro esperava-me com o café e o pão com manteiga.

Ninguém mais vi naquela casa: somente o hoteleiro, e à tarde do dia anterior, os dois pensionistas.

Quis então pagar a minha despesa, mas o hoteleiro recusou-se a receber, declarando:

– Temos tempo...

Em seguida, voltando à sala, tomou em suas mãos a mala e os dois embrulhos, e acompanhou-me à estação. Eu conduzia um terceiro embrulho, um pouco maior do que os primeiros, contendo pêssegos que o homem me oferecera.

Tentei novamente pagar as despesas, mas obtive a mesma resposta: que havia tempo.

Chegava o trem em frente à chave, quando eu voltei à procura dos embrulhos e da mala, e o hoteleiro declarou-me:

– Não se incomode. A sua bagagem corre por minha conta.

Poucos momentos depois, já assentado em uma cadeira do último carro, e tendo junto de mim os meus objetos, perguntei ao hoteleiro quanto devia pagar, inclusive a condução da bagagem.

– O senhor não me deve coisa alguma – respondeu-me ele – e sou eu quem lhe deve pelo favor que me fez passando algumas horas em minha casa.

– Mas eu não posso deixar de pagar, meu amigo, e coisa alguma justificaria o meu procedimento aceitando esses favores...

– Eu não poderia receber essa pequena quantia, mesmo que minha mulher não tivesse falado nisso, e apenas tivesse contado

o fato – declarava com firmeza o homem.

– O senhor está enganado – respondi –, pois eu não sei quem é sua senhora.

– Eu também não o conhecia até ontem à tarde – disse o prestimoso hospedeiro –, mas minha mulher sabe que foi o senhor quem, com dois outros senhores, pagou a passagem dela, na estação de C., quando ela saiu do hospital, no dia...

E citou o dia, o mês e o ano.

– Nesse tempo eu era empregado da roça – continuou o homem a explicar – e não possuía nada.

– Mas eu nem vi sua senhora – declarei – e mal me ocorre o fato a que o senhor se refere, o qual entretanto não tem a menor importância, pois a quantia gasta foi uma insignificância, e o nosso ato não foi mais do que faria qualquer outra pessoa no cumprimento do dever.

– Logo que o senhor chegou – explicou o hospedeiro –, minha mulher me disse quem era o nosso hóspede, e ela não pôde ou não desejou aparecer, porque desde anteontem tem estado adoentada, e porque está tratando de uma filha nossa, a um quilômetro, que está de cama por causa do nascimento do nosso primeiro netinho.

– No caso de C. – asseverei novamente –, eu apenas cumpri o meu dever...

– Pois eu também estou cumprindo o meu dever – atalhou o hoteleiro –, e o senhor me faz um grande favor, sempre que viajar por estes lados, vindo passar mal debaixo das minhas telhas. Esteja eu onde estiver, a minha choupana é também sua.

Tentei ainda convencer ao hospedeiro do exagero dos seus sentimentos de gratidão, fazendo-lhe ver ainda não ter partido de mim, na cidade de C., a iniciativa do ato de que dificilmente me fizera recordar.

Nada consegui.

O sino dera o sinal de partida, a locomotiva apitou, e o comboio começou a mover-se pesadamente, e então o homem

apertou-me a mão como um verdadeiro amigo, transpôs a porta posterior do carro, e saltou levemente para a plataforma, onde ficou, a sorrir, num gesto de despedida onde poder-se-ia ler toda a bondade de uma alma grande.

E eu correspondi às suas despedidas descobrindo-me com afetuoso respeito, enquanto o comboio, fugindo com velocidade, arrastando quatorze carros fazia desaparecer o hoteleiro, a casa do hotel, a estação, e corria estrepitosamente entre as extensas roças de milho, ou longas pastagens, ou vastos lençóis de samambaias.

Quem era aquele homem? Qual o seu nome? Onde vive atualmente?

Ignoro-o. Ele também não procurou saber o meu nome, e nem eu lho dei.

Sei somente que naquela casa, naquela hospedaria da roça, existiam dois corações que tributavam à gratidão um extraordinário culto, pagando com desusada generosidade um insignificante gesto de auxílio do qual eu me não recordava então, e que nunca mais me voltaria à lembrança, por insignificante que ele foi, se minha memória, aliás, feliz, não houvesse sido despertada pelas informações do hoteleiro, a este anteriormente transmitidas pela esposa.

Sobre este mundo, onde muitas pessoas teimam em somente ver deformidades morais, há muitos sentimentos generosos, há corações de nobreza admirável, há numerosíssimos seres dedicados ao bem, e devotados, até ao sacrifício, ao que é ou que eles julgam o cumprimento do dever.

Um desses espécimes é o fato estampado neste livro sob o título *A mulher do hoteleiro*.

III

Um homem de bem

Era um artista ambulante – ator, fotógrafo, desenhista e cenógrafo.

Dirigia uma pequena companhia dramática composta de meia dúzia de artistas modestos, mas de reconhecida vocação, com os quais, e ainda auxiliado pela esposa dedicada, ganhava honradamente a vida, de terra em terra, dando representações muito apreciadas nas cidades e nas maiores povoações que percorria.

Mas Eduardo lutava quase sempre com grandes dificuldades, somente conhecidas pelos pacientes, ou também conhecidas, aproximadamente, por quem já vislumbrou, como eu o fiz, as agruras da vida atrás dos bastidores.

Eu o conheci em uma pequena cidade do centro de Minas. Fui-lhe apresentado porque eu já era então, como ainda o sou, fotógrafo amador, naquele tempo, quase trinta anos antes, ainda nas primeiras experiências, e Eduardo era um bom desenhista e excelente fotógrafo. Durante a maior parte do dia, e por algumas horas das noites em que a trupe não trabalhava, trabalhava ele em fotografia, demonstrando perícia não comum.

Já lá vão quase trinta anos, e eu ainda me recordo, saudosos, do artista Eduardo. Simpático, delicado, prestimoso, fez de mim, em nossa primeira entrevista, um dos meus numerosos amigos. Mostrou-me os seus aparelhos, o seu sistema de impressão à luz natural e à luz artificial, os seus utensílios de retoque, os fundos habilmente pintados por ele próprio, e os melhoramentos por ele introduzidos nas diferentes seções da arte.

Ao retirar-me, agradavelmente impressionado pelo cavalheirismo do artista, fez-me este assumir o compromisso de outras visitas, a fim de trocarmos ideias – dizia ele, quando sobre

a arte eu apenas via, ouvia e aprendia.

Vimo-nos no dia seguinte em casa de um amigo, onde mais uma vez tive oportunidade de admirar a inteligência de Eduardo, e em seguida, isto é, no terceiro dia após a nossa apresentação, fiz-lhe nova visita, na ocasião em que ele, espontaneamente, aperfeiçoava o retoque de uma chapa minha.

Conversávamos, então, em sua sala de visitas, transformada em exposição de retratos e gabinete de trabalho, quando alguém pediu licença para entrar.

Era um moço claro, bem-vestido, maneiras distintas, estatura um pouco acima da mediana, trazendo debaixo do braço uma pequena bolsa de viagem.

Recebido cortesmente pelo artista, que lhe tomou o chapéu e a bengala, o visitante deu alguns passos na sala, saudou-me, e, antes de aceitar a cadeira que lhe era oferecida, declarou ter necessidade de dizer ao artista algumas palavras em particular.

– É meu amigo e colega – disse Eduardo indicando-me ao visitante –, e em sua presença pode ser tratado qualquer assunto.

– Então permita-me entrar imediatamente no caso que aqui me trouxe. Eu sou o Tenente F., delegado de polícia em comissão...

– É provável haver então algum engano dirigindo-se a mim – interrompeu Eduardo –, engano compensado pelo meu prazer em conhecer o Tenente.

– Não, cavalheiro – asseverou o moço –, não há engano algum. Não estou falando ao Sr. Eduardo, Eduardo, ator e fotógrafo, que esteve na cidade de P. há cerca de dois meses?

– Exatamente.

– E nessa ocasião fotografou o jovem S. E. J., que residia no hotel próximo?

– Sim – confirmou Eduardo –, lembro-me desse moço e desses retratos.

– Pois é justamente por isso que venho hoje falar-lhe, tendo

desembarcado do primeiro comboio apenas para esse fim.

– E em que lhe poderei ser útil?

– O Sr. deve ter algum desses retratos de S. E. J. – disse o Tenente.

– Não tenho retratos impressos, mas possuo o negativo – disse o fotógrafo.

– S. E. J. é criminoso – explicou o Tenente – e pessoas de destaque fazem esforços para que seja preso. Ora, como eu não conheço pessoalmente esse indivíduo, e o mesmo sucede aos meus auxiliares, venho pedir-lhe o favor de me ceder um retrato dele, retrato que pagarei como for exigido.

– Mas eu apenas tenho a chapa...

– Mas eu esperarei, e o Sr. terá a bondade de imprimir um positivo.

– Sinto muito não poder servir-lhe – disse Eduardo –, pois penso não ser correto fornecer à polícia, ou a qualquer pessoa não autorizada pelo retratado, qualquer fotografia de meus fregueses.

– Ficarei penalizado – declarou o Tenente –, se me for necessário forçá-lo a entregar-me a chapa. Tenho comigo soldados que podem, a um mandado meu, invadir-lhe a casa, prendê-lo, dar-lhe busca ao arquivo e retirar a chapa desejada.

– Mesmo a sós o Sr. poderá fazer tudo isso. Eu duvido, porém, ser-lhe possível encontrar a chapa, mesmo com auxílio de pessoas a quem S. E. J. seja conhecido, pois são numerosíssimos os negativos em meu arquivo, e a quem não tem prática da nossa arte é quase impossível reconhecer negativos, quase todos pequenos, apropriados a viajantes como eu, e alguns próprios mesmo para ampliações, sendo estes menores. O que o Sr. Tenente poderia certamente fazer é prender-me, assustar a minha família e causar-me diversos prejuízos, não logrando o seu intento. Se, entretanto – coisa aliás quase impossível –, encontrasse o negativo procurado, eu nada perderia com a sua retirada, pois continuaria em paz com a minha consciência.

– Esse moço é também fotógrafo – disse o Tenente, dirigindo-se a mim –, e poderia auxiliar-me...

– Amador aprendiz apenas – asseverei – e não conheço o retratado.

Corei de vexame ao dizer essa mentira. Eu conhecia S. E. J. Sinto ter sido quase uma covardia. Eu deveria ter declarado: “Conheço o retratado, mas também eu não me presto a isso”. Achei mais fácil declarar não conhecê-lo...

O delegado ficou por alguns momentos pensativo, dizendo depois:

– Assim o Sr. Eduardo favorece o crime, impedindo a ação da polícia e da justiça.

– Há inúmeros criminosos soltos e inúmeros crimes impunes – asseverou o retratista. – Se S. E. J. é criminoso...

– Ladrão, moedeiro falso – explicou o Tenente.

– Se é ladrão, eu não o sabia quando o recebi como freguês, e lhe ganhei o dinheiro, e a minha consciência se revolta ante a ideia de cometer essa espécie de delação. Se a polícia agisse sempre com imparcialidade e critério, faria jus ao apoio direto de todos os cidadãos; mas o Sr. Tenente acaba de dizer que *peessoas de destaque se interessam pela prisão* de S. E. J., e por isso eu nego com maior firmeza a entrega do retrato, temendo favorecer mais a causa dessas pessoas do que a da justiça pública. Além disso, algumas vezes não há provas do crime imputado a alguém, e contra o acusado há violências que, cometidas contra esse meu freguês, me fariam arrependido e envergonhado do meu ato.

– Mas eu – disse o Tenente – não penso em fazer absurdo algum, e prometo apenas apurar responsabilidades de acordo com as leis. E pagarei por uma prova do retrato uma dúzia de vezes mais que o retratado pagou por uma dúzia...

– Não – respondeu o artista –, mesmo não havendo injustiças para com esse moço, o que é entretanto muito possível haver, embora não da parte do Sr. Tenente, o que creio com

firmeza, eu não posso e não devo aquiescer ao seu desejo. Seria uma espécie de traição, da qual eu teria remorsos. Faça o Sr. Tenente o que lhe aprouver, e, se encontrar a chapa, o que acho entretanto quase impossível, não lhe custará ela coisa alguma.

– Se o Sr. ma entregar, eu irei imprimi-la em outra casa, e pagar-lhe-ei, como já disse...

– Todo o dinheiro do Estado de Minas seria pouco para esse pagamento – interrompeu o artista.

Tendo ouvido estas últimas palavras, o Tenente levantou-se, tomou de um cabide próximo o chapéu e a bengala, e, dirigindo-se ao artista, apertou-lhe comovido a mão, dizendo-lhe:

– Sr. Eduardo, dê-me a honra de me alistar entre os seus amigos. Se algum dia eu lhe puder ser útil, quer como funcionário público, quer como cidadão, serei feliz em servi-lo, e o Sr. poderá dispor de mim como de um amigo dedicado. O Sr. é um homem de bem!

IV

O campo de forragem

Tendo concluído a narrativa anterior – *Um homem de bem* –, ocorreu-me inscrever aqui outra narrativa, igualmente verídica, que tem, como a anterior, o atrativo da honradez e da naturalidade que envolvem o fato nelas lembrado.

Esse fato, bastante antigo, é asseverado por Bernardin de Saint Pierre, tendo-o eu lido, há algumas dezenas de anos, em um livro adotado pelo Governo de então nas escolas públicas, em uma das quais eu era aluno. Alguma diferença deve haver entre a narração de Saint Pierre e as linhas seguintes, mas essa diferença não prejudica a essência do fato, e deve ser atribuída ao espaço decorrido entre o tempo em que li a famosa narração e a atualidade.

Passemos ao fato.

A França estava em guerra.

Um regimento de cavalaria marchava vagarosamente, por uma estrada desconhecida, procurando forragem para os animais cansados e famintos.

Em certo ponto avistaram os soldados uma casa de campo, para a qual dirigiu-se o comandante, que foi recebido à porta por um homem idoso.

– Amigo – disse-lhe o comandante –, tenho necessidade de encontrar um campo onde possa ser encontrada a precisa forragem para os nossos animais, e eu desejava, no caso de ser isso possível, me guiásseis o regimento a um campo onde encontrássemos feno em abundância.

– Iremos sem demora – respondeu o ancião.

E imediatamente, deixando sua casa, colocou-se à frente do regimento, que recomeçou a sua marcha vagarosa, a passo, por aquela estrada somente conhecida pelo guia.

Transposta uma pequena colina, achou-se a expedição, após alguns minutos, em um belo campo de feno onde havia forragem para um número de cavalos muito superior ao do regimento.

– Paramos aqui? – perguntou o comandante.

– Não – respondeu o camponês continuando a andar.

Depois de mais algum tempo de marcha, e de terem atravessado outro rico campo de feno, chegou o regimento ao terceiro campo onde havia abundante forragem.

O comandante bradou: “Alto!”

– Ainda não – respondeu o camponês. – Dentro de pouco tempo mais teremos o que necessitam.

E continuou a caminhar, seguido pelo comandante e pelos numerosos soldados do regimento.

Atravessaram assim alguns campos de forragem, sem se deterem, e chegaram afinal a um terreno onde havia feno com certa abundância, igual ou um pouco inferior a dos campos anteriormente atravessados.

Aí parou o camponês, e, a um sinal seu, o oficial fez parar o regimento.

– Amigo – perguntou-lhe então o comandante –, qual foi o motivo de nos terdes trazido até tão longe, se muito mais perto tínhamos a forragem de que necessitávamos?

– Senhor –, os campos por onde acabamos de passar não me pertencem, e por isso eu não tenho direito algum para vo-los oferecer. Deste campo, que é meu, podeis tomar quanto vos for necessário.

Aí fica narrado um dos mais belos exemplos de probidade de que tenho conhecimento.

Na sua emocionante simplicidade, vejo extraordinária beleza na resposta do honrado camponês.

Terra do Brasil

Entre os numerosos pedaços de jornais e de revistas que conservo entre os meus papéis velhos, arquivo começado há já algumas dezenas de anos, deve figurar um soneto de D. Pedro de Alcântara, o falecido ex-imperador do Brasil. Certo de o encontrar entre esses papéis, não o procuro, entretanto, pois tenho-o também no pensamento.

É uma composição singular. É um dos escritos mais comoventes de nossa literatura.

Nesses quatorze decassílabos há mais do que exigia Horácio em sua *Arte Poética*, isto é, mais do que talento propriamente dito: há toda a alma do autor.

Vê-se nesse soneto o verdadeiro amor à pátria, perdida para o venerando poeta, e admiro quanta tristeza e saudade, mas ao mesmo tempo quanta resignação evangélica demonstrou, escrevendo-o, o vulto mais respeitável de nossa História.

Uma revolução militar, animada por alguns civis ilustres, tinha proclamado a República nesta terra, e o venerando monarca, infundadamente temido pelos chefes dessa revolução triunfante, tinha sido expulso para sempre do país por ele tão ternamente amado, e coagido a deixar para sempre, e às pressas, a cidade onde tivera o seu berço.

Notificaram-lhe a sentença cruel na tarde do dia 15, e onze horas depois, em uma triste madrugada de novembro, partia para o Velho Mundo o bondoso ancião.

De nada lhe valeu a lembrança dos seus quarenta e nove anos de governo, durante os quais, se alguns erros e injustiças houve, como os vemos em todos os governos, originaram-se os erros da fragilidade dos conhecimentos humanos, aos quais a perfeição é vedada, e nasceram as injustiças das paixões políticas

de alguns dirigentes, ou da incapacidade intelectual e moral de alguns administradores, tendo esses, nos três ramos do poder, sabido ilaquear, durante algum tempo, a confiança do monarca e o julgamento da opinião pública.

Há pessoas assim. Ascendem a elevadas posições iludindo seus superiores e fazendo alarde de qualidades que lhes são estranhas.

De outros podem-se nomear erros e deplorar injustiças; de D. Pedro II, individualmente, não há erros nem injustiças censurados pela imparcialidade da História.

Chegando à Europa, D. Pedro de Alcântara, velho, enfermo, acabrunhado pelos desgostos, desiludido quanto à gratidão dos homens, curvado ao peso da injustiça, e sentindo-se arrebatado para sempre da pátria querida, viu-se presa de uma dessas tristezas que soem às vezes estiolar, aniquilar, matar.

Ele, o chefe supremo de um dos maiores impérios do mundo, tornara-se menos do que o mais pobre e humilde dos filhos do velho reino; porque cada um desses tinha uma pátria em cujo serviço encontrava esperanças, e tinha uma bandeira a cuja sombra se abrigava, enquanto ele, o monarca expatriado, era um estrangeiro em todas as terras, era forasteiro entre todas as nações.

Filho do fundador de nossa nacionalidade, e tendo dedicado quarenta e nove anos e quatro meses ao governo honrado do vasto império, fora transformado num proscrito, e era pai e avô de brasileiros proscritos!

Poderia ter resistido, talvez com eficácia, à onda revolucionária. Uma parte das classes armadas era-lhe fiel, e a seu brado de socorro acorreria a maioria da população agradecida e respeitosa. Não o quis fazer: a República era mais uma conquista da liberdade, e contra esta seria a resistência um crime. Ao seu coração magnânimo repugnava a ideia de se derramar sangue pela conservação de um trono.

Pobre, recusou a pensão oferecida pelo governo provisório;

sem fundos disponíveis na ocasião, para ocorrer às despesas da viagem preferiu recorrer a um empréstimo, relativamente pequeno, contraído para com um amigo, a aceitar a grande indenização oferecida à custa do tesouro público.

E assim saiu desta terra, naquela triste madrugada de novembro, acompanhado pela família inconsolável. Partiu pobre, humilde e cheio de desgostos, mas grande em sua pobreza, sublime em sua humildade, e tão digno de respeito e de veneração em sua dor, que ainda na Bahia, quando avistava o último porto brasileiro, era saudado com os vinte e um tiros de homenagem aos chefes de Estado.

Assim partiu para o exílio o venerando brasileiro, cujo único crime tinha sido ter tido o berço junto aos degraus de um trono, deixando para sempre o Brasil, naquela triste madrugada de novembro, enquanto novos astros se preparavam para iluminar o cenário político da república recém-criada, alguns dos quais tão desastrosamente iam agir no governo da jovem democracia.

Deve ser dolorosa e lúgubre a vida do proscrito.

Tem origem nessa tristeza profunda, nessa desconsoladora nostalgia, o soneto em que D. Pedro de Alcântara se refere a um pouco de terra brasileira, sobre a qual deveria repousar seu corpo alquebrado pelo sofrimento, pelos desgostos, pela idade e pelos labores, logo que sua grande alma o abandonasse, saindo a receber o prêmio dos justos e dos bons.

É mais triste e comovente o soneto do ex-imperador em sua encantadora simplicidade, do que quantas produções tenho visto, em nossa língua, obedientes às exigências da forma, da métrica e da rima.

Impressiona mais pela serenidade da esperança de um julgamento póstumo, do que Castro Alves cantando as desditas dos míseros escravos, ou Laurindo Rabelo no seu *Adeus ao mundo*, ou Gonçalves Dias em seu *Adeus aos meus amigos do Maranhão*.

Parece haver aí um pedaço da alma do poeta, vibrando de

amor pela terra querida onde ele nasceu, e de onde a ambição e o medo fizeram-no arredar-se para sempre, até que, muitos anos depois, vieram os corpos dos dois amados imperadores repousar no Brasil. Transcrevo o interessante soneto:

Espavorida agita-se a criança,
De noturnos fantasmas com receio,
Mas se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descansa.

Perdida é para mim toda a esperança
De volver ao Brasil. De lá me veio
Um pugilo de terra, e nesta, creio,
Brando será meu sono, e sem tardança.

Qual o infante dormindo em peito amigo,
Tristes sombras varrendo da memória,
Ó doce pátria, sonharei contigo!

E entre visões de paz, de luz, de glória,
Serenos aguardarei, no meu jazigo,
A justiça de Deus na voz da História.

Sim, bondoso e nobre ancião; sobre esse pugilo de terra brasileira, atraída pelo teu amor à pátria para as terras longínquas da Europa, deve ter sido sereno o teu sono.

Assim dormem os justos. Assim descansam os bons.

E não esperaste longo tempo o pronunciamento da História imparcial. Seja a tua memória um incentivo para a felicidade de teus conterrâneos, e a tua grandeza, no poder ou no exílio, seja continuamente um exemplo para a atualidade e para os pósteros.

VI

A caridade

Um hospital é lugar onde mais facilmente pode ser exercida a caridade: basta dirigirem-no pessoas para as quais cada indivíduo seja um irmão, sejam quais forem, neste, a crença religiosa e política, a nacionalidade, a cor, a posição pecuniária ou social.

Nesses prédios, não raro vastos, denominados hospitais, numerosos pobres encontram abrigo, têm alimentos, são medicados.

Nesta cidade⁽¹⁾ foi construído um desses prédios – vasto, cômodo, firme, de acordo com a estética, e para a manutenção do hospital há a renda de um fundo de reserva. Era o mais difícil de se conseguir, e isso está feito.

Agora é necessário, complementando-se a obra, encontrarem aí os pobres, além do conforto físico, também o conforto moral. Que sob esse teto encontrem os enfermos a dedicação de um médico, a consciência de um farmacêutico e os cuidados pacientes de um enfermeiro. Quanto ao enfermeiro, principalmente, muito há a esperar, pois muito podem conseguir a sua palavra animadora, a sua prática profissional, a sua dedicação de todas as horas.

É preciso colocarem-se como enfermeiros, nessa casa de caridade, indivíduos a quem o cargo não seja somente um meio de ganhar o pão, mas também uma espécie de sacerdócio. Devem ter caráter acima da mediocridade, e ser caridosos como o devem ser os cristãos.

O enfermo pobre deve encontrar no hospital, além da assistência necessária aos sofrimentos físicos, também o conforto

⁽¹⁾ Cataguases. Artigo publicado n' *O Município*.

moral, os cuidados necessários à alma, onde bastas vezes reside a origem das moléstias do corpo.

Esses cuidados para com o espírito, porém, devem ser prestados a cada enfermo de acordo com a sua crença, e não impondo-se-lhe essa ou aquela religião, por mais digna de respeito que ela seja – como em geral o são todas as crenças sinceras –, pois liberdade alguma é tão merecedora de amparo como a liberdade religiosa, e é uma vilania, das mais torpes, martirizarem os diretores de hospitais o mísero inválido, mormente quando a este já vão faltando a faculdade de discernir com precisão e a energia para a defesa do próprio credo., impondo-se-lhe as cerimônias de uma religião tardia, que o paciente aceita, coagido pela necessidade, sem sua alma tomar parte enquanto o rodeia. Esquecem-se os corifeus do dogmatismo de que o Divino Mestre recomendou, como seguro meio de nos aproximarmos de Deus, a prática da caridade...

O benefício em troca da liberdade religiosa não é caridade, e não honra jamais a quem o pratica, como a bênção de Isaac, permutada em um dia de fome por um prato de lentilhas, não atraiu felicidade ao adquirente.

A verdadeira caridade deve ser humilde e secreta. Usando-se as palavras expressivas dos livros inspirados, pode-se declarar que a mão esquerda não deve perceber o que a direita oferece.

Talvez seja demasiado hiperbólica a linguagem de Paulo de Tarso: “Se eu dispuser de todos os meus bens, e der o produto aos pobres, e der o meu próprio corpo a ser queimado em benefício dos pobres, nada valerei e nada serei se não tiver caridade”.

Hiperbólicas ou não, as palavras do grande apóstolo contêm ensinamentos merecedores do mais profundo respeito.

A verdadeira caridade é simples e humilde. Não tem grandezas; não tem ostentação.

Conheci, há já muitos anos, uma pessoa que sabia exercer a caridade cristã como fala dessa virtude Paulo de Tarso. Fazia-o

na persuasão de apenas cumprir um dever – simplesmente, humildemente, cristãmente.

Era uma pobre mulher de cor, cuja única propriedade era uma casinha térrea, onde residia com seu marido e seu único filho, em um dos bairros mais pobres de uma pequena cidade do interior.

Laboriosa e ágil, pequena de corpo e grande de alma, e de uma alegria sincera e comunicativa, e atividade surpreendente, minorava muitas dores, amenizava muito sofrimento alheio, e tudo fazia sem ostentação, mas alegremente, naturalmente, e algumas vezes com a humildade de quem pede.

Onde houvesse um enfermo desprotegido, ali estava essa mulher. Ouvia as observações do facultativo – que não raro chamado por ela com o pedido de se apresentar como se o fizesse espontaneamente –, e ministrava os medicamentos, cozia e apresentava alimentos etc.

Muitíssimas vezes eu a vi, ora levando um caldo à cama de um enfermo vizinho, ora fazendo-lhe um chá, ora compondo-lhe o leito, ora fazendo, enfim, tudo quanto sói uma alma caridosa fazer. Inclusive angariar-lhe auxílios como se os pedisse para si própria.

Se o enfermo era pessoa do seu sexo, e mormente sem parentes próximos no lugar, ia essa mulher fazer-lhe companhia, durante dias e noites, quase sempre conduzindo entre as mãos um trabalho começado, que continuava nas horas desimpedidas, e quase sempre dizendo que sentira-se isolada, por estarem ausentes o marido e o filho, operários que eram, e que por isso tinha resolvido continuar o seu trabalho junto ao leito da sua vizinha ou sua amiga enferma, assim fazendo-se companhia mutuamente. E dizia-o com a maior naturalidade, sentindo talvez, em sua alma boa, que de tanto amparo necessitava ela como a pessoa a quem tão abnegadamente servia na moléstia.

Pobre entre as mais pobres, ninguém naquela pequena cidade espalhou tanto benefício como a senhora a quem eu me

refiro.

Um vestido longo e escuro, calçando sapatos leves e sem saltos, os longos cabelos suspensos, em tranças, à parte posterior da cabeça, ela percorria todos os bairros da pequena cidade, ligeiramente, às pressas, como se o fizesse a negócios, mas realmente à procura de um benefício a fazer, de um ato de caridade a praticar, o que ela fazia sem compreender estar exercendo a caridade como Paulo de Tarso a descreveu, mas apenas agindo com o intuito único de minorar, de combater o sofrimento alheio.

É provável não pertencer mais ao número dos vivos, tendo ido certamente, se deixou de existir, colher o fruto da sua bondade, da dedicação com que compreendeu a mais sublime das virtudes.

Deixo de citar-lhe o nome – e que vale um nome? – para que, caindo estas linhas sob as vistas de algumas pessoas de sua família, ou de sua vizinhança ou suas antigas relações, pessoas que não a compreenderam devidamente, não lhes arranque o meu pobre escrito algumas palavras de protesto.

Há criaturas assim. Passam pela vida sem ser compreendidas pela grande massa popular, sem ser sequer notadas por muitíssimos, e entretanto deixam após si, na roda dos seus íntimos, ou entre os raros observadores atentos e imparciais dos homens e das coisas, um rastro luminoso que Deus certamente transforma, após a passagem desta à outra vida, num halo de bênçãos pelas regiões siderais.

A pessoa de quem falo é um desses casos, uma das *Pérolas Ocultas* disseminadas pelo mundo.

É de criaturas semelhantes que os hospitais necessitam, para que possam eles ser chamados, sem ironia, casas de caridade.

VII

Energia de um acusado

Moço ainda, ao sorrir esperançoso de vinte e duas primaveras, era eu lente em um colégio de uma cidade do interior.

Certa tarde, terminadas as aulas, dirigi-me a uma casa de negócios a varejo, à esquina da rua onde ficava o colégio, a fim de fazer umas compras.

Eram meus conhecidos o gerente e o caixeiro. Grande sortimento, com especialidade em armarinhos, em um aposento espaçoso, com três portas para uma rua e duas para a outra, e balcão largo, envernizado, na forma de um grande esquadro, cujos lados eram paralelos às paredes das duas frentes.

Entrando pela primeira porta, à direita do prédio, deparou-se-me, no lado oposto, uma cena estranha. Um rapazito de treze a quatorze anos, moreno, forte, braços grossos e nervosos, olhos grandes e negros, estava encostado à parede do fundo daquela espécie de corredor, isto é, tendo o balcão à direita e à esquerda o trecho da parede que ficava além da última porta, na atitude a mais ameaçadora. Estava de pé, olhos em chamas, com os dois braços erguidos de encontro à parede, e apertando nervosamente em cada mão um peso metálico, de um e dois quilogramas, respectivamente, que tinha retirado do suporte pousado sobre o balcão, junto à balança.

Em frente ao rapazito estavam o gerente do estabelecimento, moço de cerca de vinte e seis anos, e o ajudante deste, um adolescente robusto, e pouco atrás desses um homem desconhecido para mim, e mais um mocinho da vizinhança, todos mais velhos do que o adolescente que segurava os pesos, e todos ameaçando-lhe um ataque à viva força.

Naquela época do ano, e principalmente àquela hora, o

movimento da cidade era pequeno. A polícia, naquele tempo composta apenas de quatro a seis soldados e um cabo, dividia naquela hora os seus cuidados entre a cadeia e a estação. O movimento das imediações era, pois, insignificante, e a cena poderia prolongar-se ainda por algum tempo, ou terminar sangrenta, se eu não interviesse, pois durante mais de trinta minutos ninguém chegou ao local nem passou em frente.

Ao entrar, todos os olhares se dirigiram para mim. Aproximei-me vivamente, e pedi explicações, sem deixar de estranhar, delicadamente, estarem quatro homens ameaçando agredir um menino.

Os dois caixeiros voltaram-se ao meu encontro, explicando o caso, e o cerco diminuiu, e o rapazito desceu um pouco as mãos com os pesos ameaçadores.

– Era um ladrão – diziam. – Roubara, minutos antes, uma cédula de 2\$000 (dois mil réis) de uma criança, e esta, já não podendo fazer a compra de que fora encarregada, temia o castigo materno, considerado certo e severo, e por isso ali estava a chorar.

Somente então observei uma criança, de cerca de cinco anos, apoiando a cabeça aos braços, de encontro às tábuas do balcão, e chorando a causar pena.

Era um pequeno claro, rosado, louro. Entregara-lhe a mãe os 2\$000 (2.000 réis) – uma cédula nova, dobrada em três partes –, para a compra de alguns objetos, e, como o caixeiro estivesse escrevendo, o pequeno tinha ficado a brincar pelo negócio, e a nota desaparecera.

– A cédula fora roubada – diziam claramente –, e eles a queriam arrebatá-la, dando ainda uma lição ao gatuno.

Fiz-lhes ver então que aquilo poderia produzir consequências funestas, e que a quantia era insignificante, sendo uma covardia tal violência.

– Pelo menos a busca nós havemos de dar – respondeu-me o gerente, voltando-se para o canto onde se achava o rapazinho. –

Havemos de encontrar o dinheiro e o restituir ao dono e o rapaz pode ir em paz.

O menor levantou novamente os pesos, tremendo de indignação e de medo, e declarou com energia:

– Podem fazer de mim o que quiserem, pois são quatro contra mim, mas aos dois primeiros que chegarem hei de partir a cabeça.

Chamei novamente os atacantes à razão, convidando-os a fazermos nós a indenização. O rapazinho, conforme diziam os dois empregados, não tinha precedentes que o desabonassem, e por isso, resistindo àquela busca, obedecia a um justo impulso de indignação por aquela suspeita, que eu considerava infundada.

Observei-lhes que uma busca semelhante, positiva, desabona, vexa, desonra o indivíduo suspeito, e cobre de arrependimento e de vergonha a quem a executa no caso de ser infrutífera, como eu supunha suceder naquele caso, podendo ainda acontecer não encontrarem o dinheiro e perdurar a suspeita, pois certamente não iriam despir o acusado ali, em público... E em qualquer caso correria sangue, e poderiam surgir consequências mais desagradáveis no futuro.

Minhas ponderações produziram, felizmente, o resultado desejado, pois a criança deixou de chorar, e o gerente da casa entregou-lhe os objetos desejados como se houvesse recebido o dinheiro, e os outros moços arredaram-se alguns passos do acusado, em cujas faces corriam lágrimas. Aproximei-me dele, e convidei-o a retirar-se, o que fez imediatamente, entregando-me os pesos depois de ter pisado a rua.

Depositei os pesos nos seus respectivos orifícios, no suporte de madeira, e dirigi-me ao gerente, a fim de pagar os 2\$000, importância exata dos objetos fornecidos ao pequenino freguês, negando-se ele a aceitar o pagamento, malgrado minha insistência, e agradecendo-me ainda a intervenção. Agradei por minha vez essa prova de cavalheirismo, fiz as compras de que necessitava, e passamos a fazer alguns comentários, já

serenados os ânimos.

Alguns minutos depois, eu e os dois outros fregueses estávamos saindo do negócio, quando a criança, moradora na casa próxima, voltou a efetuar outra compra. Detivemo-nos curiosamente, a ouvir o jovem caixeiro interrogar o pequeno, que entretanto nada sabia explicar de preciso.

Nessa ocasião, porém, entrava na loja um menor, de cerca de 11 anos, que declarou:

– Eu estava aqui quando este menino chegou, e vi com ele a nota de 2\$000, nova, dobrada em três, e vi que ele esteve brincando naquele canto, entre aqueles quintos, mas eu não sabia que a nota tinha sido perdida ou roubada. Contudo é bom procurarem por ali.

Os dois empregados passaram imediatamente para o lado de fora, dirigindo-se para o lado oposto ao canto onde se tinha desenrolado a cena descrita acima.

Ali estavam cinco quintos⁽¹⁾ vazios, que os moços removeram com facilidade, deixando cada um marcado no soalho, círculo correspondente ao seu último arco de ferro.

Retirados os quintos, avistei, de longe, uma cédula dobrada, que um dos moços apanhou rapidamente. Era uma nota de 2\$000, nova, dobrada em três partes...

Um murmúrio de desapontamento perpassou pelos acusadores, arrependidos da suspeita.

No dia seguinte – era um domingo –, alguém bateu à porta do colégio, e perguntou por mim, vindo-me avisar o servente de que um mocinho desejava falar-me.

⁽¹⁾ Quinto – vasilha de madeira equivalente a quase 100 litros de líquido.

Determinei ser o visitante conduzido à saleta onde eu escrevia, supondo ser ele alguns dos meus amiguinhos, discípulos ou parentes, que houvesse chegado pelo expresso da manhã.

Era o rapazinho do caso da cédula de 2\$000, o menor que tão obstinada resistência tinha oposto às ameaças de quatro pessoas na casa de negócio da esquina.

Surpreendeu-me aquela visita, e deu-me também prazer, pois sempre tive em grande estima as pessoas que demonstram energia e força de vontade na defesa dos seus direitos ou dos seus ideais.

Vinha falar-me sobre o desagradável incidente da véspera. Soubera ter aparecido o dinheiro, e soubera também ter-se o gerente recusado a receber, anteriormente, a mesma quantia, que eu desejava e quisera pagar pelas compras feitas pela criança.

Inteligente, palavra fácil, simpático e delicado, sustentou comigo uma longa palestra. Chamava-se Valdemar, tinha treze a quatorze anos, e era órfão de pai. Sua mãe residia com os dois filhos em uma casinha pobre, fora do perímetro urbano, e mantinha-se, com os filhos, com os serviços de lavadeira de roupa. Ele, feito já o curso primário, era aprendiz de tipografia, tendo um pequeno ordenado, e o irmão, de dez anos, estudava ainda em uma escola pública, e era auxiliar da mãe na procura e entrega de roupas.

Quanto ao incidente, e à suspeita propriamente dita, declarou-me que estivera perto da criança, sem entretanto ter visto o dinheiro, e não sabe como pudera este ter sido perdido.

– A busca era uma afronta – dizia ele –, mas eu me sujeitaria a ela se no meu bolso não houvesse uma nota igual. Por uma desagradável coincidência, eu tinha no bolso uma nota de 2\$000, nova, dobrada em três partes, exatamente de acordo com as informações. Se me dessem a busca, encontrariam a nota, único dinheiro que na ocasião eu tinha e ainda tenho, pertencente a

minha mãe, e a outra não seria então encontrada, sendo talvez achada mais tarde, e por outra pessoa, e de qualquer forma eu seria o ladrão. Por isso resisti, e, se eles me atacassem, eu procuraria defender-me com todas as forças, a fim de impedir a busca, e fugiria, de um salto, na primeira oportunidade, evitando de qualquer forma a busca.

– Mas assim deixaria a suspeita...

– Sim – concluiu ele, – mas a suspeita somente, e não a certeza. Se achassem comigo a nota de 2\$000, nova, dobrada em três partes, não haveria somente a desconfiança de roubo, mas a certeza entre todos eles. Por isso resisti. Encontrada por eles a nota, eu passaria por ladrão, ficaria malvisto, e seria talvez despedido das oficinas onde trabalho, sendo afinal o único prejudicado. Ninguém acreditaria na minha inocência senão minha mãe e meu irmão.

– E eu – asseverei –, pois somente a inocência, injustamente acusada, sabe defender-se com aquela coragem.

Por alguns momentos Valdemar não pôde falar. Com os olhos úmidos de comoção, ouvindo-me as palavras acima, apenas apertou-me efusivamente as mãos.

Tinha, precocemente, notável intuição sobre a dignidade e a honra.

Relatou-me afinal ter narrado o fato à sua mãe, que aprovara o seu procedimento com estas simples palavras: “Teu pai, em semelhantes circunstâncias não teria procedido de outro modo”.

Na tarde desse mesmo dia encontrei Valdemar no jardim público. Saudou-me com certa cordialidade, falamos durante alguns minutos, e eu o convidei a visitar-me na noite seguinte.

O nosso colégio mantinha um curso noturno, no qual cabia-me uma cadeira, e frequentavam esse curso alguns alunos cujas mensalidades eram pagas pela Câmara, e alguns outros,

reconhecidamente pobres, sem remuneração alguma, e entre estes últimos surgira-me a ideia de incluir Valdemar.

Feita por mim a proposta ao diretor e, à noite, transmitida a resposta afirmativa a Valdemar, encetou este imediatamente os seus estudos de preparatórios, mediante os quais devia ter no futuro, como teve realmente, a honrosa posição a que a sua dignidade e a sua energia faziam jus.

VIII

O inimigo

Durante numerosos anos estivera Alcides ausente de sua terra natal, tendo residido em outro município mineiro, e passado algum tempo em viagens e na capital da República. Tinha se retirado aos nove anos de idade, para os seus primeiros estudos, e voltava, aos vinte e um anos, a rever Serra Alta, lugar que tinha visitado algumas vezes no decorrer desses doze anos, mas ali permanecendo alguns dias.

Ultimamente viera para uma longa permanência, ou, se possível, para ali firmar residência.

Tinha deixado naquele velho povoado, uma dúzia de anos antes, seus pais, seus irmãos, e tios, primos, amigos, e voltava a encontrar apenas alguns daqueles entes queridos. Seu pai já havia desaparecido de entre os vivos, e outros parentes e amigos tinham também falecido, tendo outros abandonado o lugar, na luta pela vida, residindo talvez em terras de onde não voltariam jamais àquele belo recanto onde deram os seus primeiros passos.

Chegando a Serra Alta, Alcides encontrava ainda sua velha mãe e alguns outros parentes, mas a maior parte das pessoas com quem mais se relacionara em pequeno e diversos de seus amiguinhos e companheiros de infância tinham desaparecido de Serra Alta. Nas casas onde outrora ia buscar seus companheiros de folguedos, via ultimamente caras desconhecidas, às vezes estrangeiros que para ali tinham vindo a fim de explorar o comércio ou exercer outras indústrias.

O tempo tudo transforma. O decurso daquela dúzia de anos tinha feito do povoado, para Alcides, um local de cuja população conhecia apenas uma pequena parte, e onde era também pouco conhecido.

Uma tarde passeava o moço, a sós por aquelas ruas que

tantas recordações lhe suscitavam. Tinha dentro d'alma uma leve tristeza, uma espécie de pungir de uma saudade mal definida, lembrança dolorosa e vaga de uns dias longínquos, quando tudo em torno de si era alegria e confiança.

Passando em frente de uma casa modesta, ali abriu-se inesperadamente uma porta, nela assomando um vulto de mulher. Moça ainda, morena, pobremente vestida, trazia pela mão uma criança de cerca de três anos. Ao ver o rapaz, soltou uma exclamação de surpresa e contentamento, e imediatamente, deixando a criança, e pousando-lhe nas mãozinhas um pequenino embrulho que trazia, dirigiu-se com rapidez a Alcides, abraçando-o fraternamente.

Eram conhecidos desde os seus primeiros tempos de vida. Eram da mesma idade, tinham nascido em duas casas contíguas, tinham sido criados quase juntos, e queriam-se muito. Tinha-os o destino separado, mas a separação não lhes arrefecera o afeto.

Aproximaram-se da porta, mas Alcides recusou-se a entrar, porque naquele momento entregavam-lhe as rédeas de uma alimária, que ele devia cavalgar sem demora, pois alguns amigos esperavam-no para uma viagem à fazenda de um parente seu.

Desculpou-se por isso de não poder aceitar o convite da jovem senhora, de visitar aquela casa, e estendeu a mão a um homem que então assomava à porta, apresentado nestes termos pela jovem senhora:

– Meu marido. Chama-se Celestino, e é pedreiro.

Era um homem de uns trinta e cinco anos, bigodes pretos, petulantemente retorcidos, olhar falso, cara de poucos amigos.

Passaram-se alguns dias.

À tardinha, quase ao crepúsculo, Alcides chegando de uma viagem, esperava, à porta de sua vivenda, que um menor viesse receber o animal, quando um homem surgiu na esquina da rua

próxima. Tinha de passar junto de Alcides, seguindo pelo passeio de pedras, a fim de não pisar a lama das ruas, amolecida pelas chuvas e pelo trânsito de animais e veículos. Era Celestino, o marido de Rosalina, com os bigodes petulantemente retorcidos, e passou sem olhar sequer, sobraçando uma escada.

Não era a primeira vez que Alcides notava ter em Celestino um inimigo. Nos pequenos povoados do interior a saudação é um dever, uma prova de boa educação e de boa vontade para com quantos se aproximam uns dos outros, eventualmente ou por tempo indeterminado, uma prova de sociabilidade enfim, e entretanto o moço tinha observado que Celestino não o saudava nunca, quando passava junto dele, e respondia entre dentes, e mal-humorado, quando ele o saudava, e não lhe dirigia jamais a palavra, embora por duas vezes se tivessem sido mutualmente apresentados.

O lugar era iluminado a querosene, com algumas dezenas de lampiões públicos. O bairro da residência de Alcides, porém, quando este estava no povoado, era onde mais tarde se fazia luz, e onde mais cedo se apagavam os lampiões, e não era raro, nas noites de sábados e domingos, que o moço passava sempre em sua residência, ficar apagado o lampião mais próximo, por esquecimento talvez.

É que Celestino era o encarregado da luz, tendo o dever de acender os lampiões ao anoitecer e apagar às 11 horas...

Por diversas vezes chegavam aos ouvidos do moço as más referências a ele feitas por Celestino, e em diversas reuniões, achando-se ambos, este procurava demonstrar, por atos ou palavras, a aversão que lhe inspirava Alcides, o qual agravava talvez a situação não falando nunca o nome do seu inimigo, e não narrando o fato a pessoa alguma.

Alcides não retribuía a visita de Rosalina, limitando as suas relações com a sua amiguinha de infância às palestras em casas amigas, onde os dois esposos com ele se encontravam, mas sempre no mais absoluto silêncio por parte de Celestino.

Alegava este que Alcides deveria tê-lo procurado logo ao chegar a Serra Alta, visto ter sido vizinho e companheiro de infância de sua mulher, e, não o tendo feito, tinha dado provas de seu orgulho, e por isso ele, Celestino, não lhe aceitava a amizade tardia, pois somente por acaso tinha Rosalina encontrado o moço, quando a este competia o dever de procurá-la, e ao marido.

Os dois esposos, levando os dois filhinhos, passeavam algumas tardes pelo átrio da matriz, lugar favorito da povoação, e nessas ocasiões Rosalina encontrava às vezes com Alcides, com quem palestrava durante alguns minutos, em que o marido ficava em absoluto silêncio, limitando-se a corresponder, de mau humor, à saudação e às despedidas de Alcides.

Em particular, talvez dissesse à mulher o que dizia a diversas pessoas: "que Alcides fora criado e vivera em cidades, e por isso desprezava o povo do arraial; que era tolo, orgulhoso, vaidoso, antipático, pedante; que carregava livros a fim de aparentar inteligência e preparo ausentes, e ficava a sós, em lugares afastados, sempre com um livro na mão, porque ouvira dizer ser esse o costume dos filósofos e poetas..."

Quase um ano durava essa aversão de Celestino pelo jovem Alcides.

Este, no exercício de sua profissão, achava-se residindo em uma fazenda importante, de cujo proprietário era parente e herdara a amizade paterna. Essa fazenda fica a oito quilômetros de Serra Alta, para onde Alcides continuava a regressar todas as tardes de sábados, a fim de passar com a família o dia dedicado ao descanso.

A sede da fazenda é um enorme prédio que apresenta à estrada uma frente com dezesseis janelas envidraçadas no pavimento superior, com doze portas no pavimento térreo,

ficando aberta a parte central, equivalente a cerca de oito metros de frente e outros oito de fundo, onde cavalgavam ou apeavam cavaleiros. À esquerda dessa espécie de salão térreo apoia-se, em um quadrado de pedra, a longa escada de madeira que conduz ao pavimento superior.

À esquerda do prédio desliza o rio, sobre o qual, não distante do mesmo prédio, estende-se uma sólida ponte de madeira, que liga os dois distritos limítrofes, à direita do rio seguindo a estrada para a sede da comarca, a mais de trinta quilômetros, e à esquerda seguindo para Serra Alta, acerca de oito quilômetros, ficando, portanto, a fazenda, com suas vastas dependências, à beira da estrada que ainda hoje liga a povoação e importante distrito de Serra Alta à velha cidade central.

O terreiro da fazenda, em forma de praça quadrada, cujo fundo é o prédio principal, tem aos lados duas alas de casas térreas, para aposentos de empregados solteiros, e é fechado, na frente, por um paredão de cimento com largo portão no centro.

Dominava um frio intenso, e uma neblina finíssima, irritante, caía sem cessar, obliquamente, friíssima, de um céu de nuvens pardacentas, aumentando a umidade daquela temperatura desagradável e doentia.

Todos tiritavam, e era impossível o trabalho nas roças.

Declinava a tarde, e as trevas ameaçavam estender-se antes da hora própria, devido à densidade das nuvens.

Descidas as vidraças, através dos vidros Alcides contemplava os campos molhados e desertos, uma tristeza indefinível pairando sobre quanto era visível, e conversava com um homem de cerca de quarenta e cinco anos, de aspecto distinto.

De repente o moço exclamou: "Dois presos! Descem do morro da ponte, caminho de Serra Alta, algemados, escoltados por oito soldados a pé e um oficial a cavalo. Dirijem-se para aqui".

Deixando a janela, Alcides e o Sr. Mendes – o proprietário da fazenda – dirigiram-se para o alpendre e desceram a escada ao

encontro dos itinerantes, que pouco depois chegavam, alojando-se os soldados e presos em compartimentos térreos do prédio, e subindo o oficial e o fazendeiro para o salão.

O fazendeiro era um homem de inteligência não comum e de bastante cultivo. Terminava o curso em um ginásio, quando, com o falecimento do pai, foi chamado a dirigir os negócios da família, e fez na lavoura uma grande fortuna, para si e para os seus, tendo mais tarde, isto é, quinze anos antes da época desta narrativa, adquirido essa fazenda, onde passou a residir ao constituir a sua nova família. Aos quarenta e cinco anos possuía uma grande fortuna pessoal, dispunha de grande prestígio no município, de cuja Comarca era vice-presidente, e tinha já adquirido inúmeras amizades, quer pelo seu caráter, quer pela sua educação, quer pela caridade com que tratava os necessitados, ou pelo cavalheirismo com que recebia os numerosos viajantes que por aquela via pública transitavam.

Mas voltemos à parte inferior do prédio, onde tinham ficado sete soldados, um inferior e os dois presos. Cada um destes tinha fechado o guarda-chuva de que vinha munido, e os militares tinham tirado os respectivos capotes úmidos. Anoitecia. O frio tornava-se mais cortante, e a noite prometia ser triste. Um soldado, devidamente autorizado, fizera fogo em um dos quartos térreos, onde havia uma forja de ferreiro, e para lá foram conduzidos os presos, de par, algemados, um de cabeça erguida, mas o outro acabrunhado, com a cabeça envolvida em um longo *cache-nez*, passo tardio, olhos baixos, chapéu desabado.

Assentaram-se os presos no solo, no fundo do compartimento, algemado o pulso direito de um ao esquerdo de outro, com cadeias de ferro.

Um era de cor preta, e era alto, forte, olhar atrevido; o outro era branco, pequeno, magro, tossindo às vezes, com a cabeça pendida sobre o peito, o olhar mergulhado na escuridão do solo.

O aposento era iluminado fracamente pelo fogo e por uma lâmparina de querosene.

Um dos soldados, notando em Alcides certa curiosidade e comiseração, passou a dar-lhe informações. O prisioneiro era um criminoso de assassinio e roubos, procurado, havia muito, pela polícia daquela comarca e da comarca vizinha, e o outro prisioneiro era um pobre homem a quem na véspera, em Serra Alta, sucedera a desdita de dar um sopapo em um indivíduo meio alcoolizado que o insultara atrevidamente, tendo sido preso e autuado em flagrante.

Ouvindo essa explicação, e sabendo ser de Serra Alta aquele homem, a Alcides pareceu não lhe ser ele desconhecido. Aproximou-se-lhe, e o prisioneiro levantou a cabeça e olhou o moço tristemente.

– Celestino! – exclamou este sem se lembrar de que se dirigia ao seu inimigo. – Lastimo vê-lo nesse estado. Sente-se doente? Posso acaso servir-lhe para alguma coisa?

– Estou doente – respondeu o preso –, e a friagem fez-me mal. Prenderam-me ontem à noite porque repeli uma afronta grosseira, e fui preso em flagrante, mais por vingança. Passei a noite em quarto frio, sem janela, guardado pela polícia, e hoje fui forçado a andar esses oito quilômetros, exposto a essa neblina. Eu já estava adoentado, e agora sinto-me bem pior.

E dizendo isso, o pobre homem tossia, gemendo.

Alcides não respondeu. Deixou-o, e subiu a falar com o fazendeiro e o oficial comandante.

Depois de uma ligeira palestra, soube que o comandante, 2º. tenente da força pública, era o delegado militar da comarca. Residia naquela cidade desde a sua promoção, e era filho de um distrito da zona do campo, de onde era oriunda a família de Alcides. Essa explicação fez com que Alcides fizesse novas perguntas, das quais deduziu ser seu primo aquele jovem oficial da polícia mineira, que, conseqüentemente, era também parente do proprietário da fazenda.

Os três homens apertaram-se novamente as mãos, e a mais franca cordialidade entre eles se estabeleceu, da qual Alcides

procurou sem demora aproveitar-se em benefício do infeliz prisioneiro.

Pouco depois era Celestino separado do seu companheiro de infortúnio, e conduzido, sem algemas, para o andar superior, sendo agasalhado em um quarto confortável e quente, onde o Sr. Mendes iniciava uma medicação enérgica, pois era um ameaço de pneumonia, combatido felizmente a tempo.

No dia seguinte, após um ligeiro repasto, quatro praças e o cabo seguiram para a sede da comarca, levando consigo o outro prisioneiro, e ficando o comandante com três soldados, a fim de partirem ao meio-dia para algumas diligências, deixando o preso enfermo aos cuidados do Sr. Mendes e de Alcides, que pela permanência do mesmo preso assumiram compromisso verbal, com a promessa de se guardar sobre o caso rigoroso sigilo.

Também na noite seguinte Alcides não abandonou o enfermo.

A febre desapareceu no terceiro dia, e no fim de mais três dias, sentindo-se quase inteiramente restabelecido, pôde Celestino acompanhar o tenente para a sede da comarca, a fim de esperar na cadeia o próximo julgamento. Mas o prisioneiro concluiu essa viagem a cavalo e sem escolta, apenas com o delegado à paisana, em um dia fresco e de sol, tendo assim sido combinado em cartas trocadas entre Alcides e o tenente, por ter tido esta necessidade de voltar a Serra Alta, e por isso dando preferência ao dia em que Celestino pudesse viajar.

Minutos depois da partida do prisioneiro, seguia Alcides para Serra Alta, onde devia efetuar certos pequenos negócios de seu ex-inimigo, remetendo-lhe dinheiro e roupas, procurando receber ordenados de Celestino, firmando-lhe contratos de trabalho etc.

Regularizados esses pequenos negócios do prisioneiro, e firmado no comércio local o crédito para a manutenção da família, regressou Alcides à fazenda, onde forneceu ao Sr. Mendes as precisas informações que concorressem para, se necessário, promover-se a defesa de Celestino contra qualquer

prevenção injusta.

Dois meses depois regressou Celestino para Serra Alta. Fora pequeno o crime, embora classificado como tentativa de assassinato, e a defesa fora fácil e sem despesas.

A sua primeira visita em Serra Alta foi feita a Alcides, e a essa seguiram-se muitas outras visitas, às vezes com a família, nas tardes dos domingos, e às vezes a sós, à noite. Transformara-se o inimigo em amigo dedicado e afetuoso. E era quase sempre o companheiro que era visto com Alcides à noite, quando a este, após quaisquer divertimentos ou reunião mais prolongada, sucedia voltar à sua residência mais tarde, quando já estava extinta a iluminação pública, e sucedia, não raro, encontrar Alcides selada a sua alimária, quando tinha de regressar cedo à fazenda onde trabalhava, sem se apresentar a pessoa que lhe fazia tais obséquios.

As mesmas pessoas que anteriormente ouviam de Celestino remoques contra o moço, ouviam-lhe mais tarde exagerados encômios.

Alcides aceitava com agrado aquela afeição, retribuindo-a com sinceridade. Chegou mesmo a aceitar o convite, que lhe foi dirigido um dia pelo seu ex-inimigo, de irem ambos, certo domingo, à fazenda do Sr. Mendes, onde fora o preso tão caritativamente recebido, e ali Celestino entregou à esposa do fazendeiro um delicado mimo que sua mulher lhe enviava, e novamente agradeceu os favores a ele dispensados, firmando-se entre todos os presentes uma amizade franca e duradoura.

Sob aquele teto hospitaleiro, onde, alguns meses antes, o Sr. Mendes e Alcides tinham tido a oportunidade de prestar alguns serviços ao ex-inimigo deste último, os agradecimentos e as narrações de Celestino causaram uma impressão um tanto dolorosa, mas ao mesmo tempo salutar e agradável.

Durante todo o tempo em que residiam em Serra Alta, entre Alcides e Celestino jamais foi, desde então, perturbada a amizade, nem sofreu o menor abalo a confiança que entre eles existia. Dois anos depois, ou pouco menos, o primeiro retirou-se daquele lugar, e mais tarde também o último transferiu a sua residência para um lugar longínquo, e nunca mais se encontraram. Em notícias, porém, trocadas entre ambos, sabem eles, ainda hoje, tantos anos depois dos acontecimentos aqui narrados, e separados, Celestino e Alcides, por uma centena de léguas, e ambos com a fronte coberta de cãs, que une-os a mesma amizade sincera e firme, amizade que o primeiro deve à gratidão, e que o segundo deve a ter tido a felicidade de ter sabido cumprir o seu dever.

Há nesta narração, inteiramente verídica, mais uma prova da belíssima verdade contida neste preceito: "Fazei o bem àqueles que vos fazem mal".

A arma do Jaó

Roceiro, solteirão, já próximo dos quarenta anos de idade, passava frequentemente aquele homem pela rua onde resido, e às vezes, raramente, parava por alguns minutos em minha sala de trabalho para uma rápida palestra.

Era conhecido pela alcunha de Jaó, como também o tinham sido seu pai e seu avô, que eu conheci em minha infância, alcunha cuja razão ignoro e que ultimamente se tornara um como nome de família.

Mas embora conhecesse aquele homem desde a sua infância, e com ele houvesse falado muitíssimas vezes, não lhe conhecia as opiniões sobre os principais problemas da vida.

Preso certa ocasião por suspeita de roubo, não quis o Jaó denunciar o culpado, e conservou-se na cadeia durante dois dias, apenas saindo quando pôde provar a própria inocência, por haver o prejudicado acabado de descobrir o verdadeiro criminoso. Sofreu prisão, afrontas, ameaças, mas tudo foi pouco para torná-lo delator.

Pobre, bem pobre, parecia, entretanto, viver do seu trabalho sem grandes necessidades e sem grandes compromissos. Pequeno, magro, pálido, a barba rala e malcuidada, é rápido de passo e anda sempre ou quase sempre a pé.

Durante algum tempo notei a sua ausência do povoado – durante um ano talvez. Viagens? Trabalhos? Moléstias? Ignoro-o. Mas afinal reapareceu, sempre no seu passo ligeiro e silencioso, a pé, descalço, com a sua barba rala e malcuidada, e sempre magro, pálido, aspecto doentio.

Passando uma tarde em frente à nossa tenda de trabalho, ponto de palestra de numerosos amigos meus e de meus associados, saudou-nos de longe, e ia seguir a sua marcha,

quando foi detido e chamado à porta por um dos nossos amigos, um negociante, especialista em armas, que, como era seu costume de quase todas as tardes, estava assentado junto a uma das portas.

– Quero vender-lhe uma arma – disse-lhe o comerciante –, mas uma arma boa, “de fiança”, que recebi há poucos dias.

– Não, seu Nicolau, nós não fazemos negócio – respondeu o Jaó –, pois eu tenho uma arma superior.

– Arma de fogo? – interrogou o negociante. – Se é arma de fogo, e boa, podemos fazer uma troca por outra melhor, e nova, moderna mesmo, e forte, com uma pequena “volta”.

– Não. – declarou o Jaó. – A minha arma não é de fogo, não, mas é uma arma *infalive*, com ela eu não tenho medo de nada deste mundo nem do outro, e tenho certeza de que nada de mal não me pode acontecer. Por isso nós não fazemos negócio nenhum de arma, pois eu não compro das suas e nem disponho da minha.

– Mas eu tenho garruchas superiores, revólveres de luxo, *Mauser* do último modelo, armas de carga dupla, garruchinhas de bolso, revólveres de cavalaria, todos com as balas próprias, e tenho também facas *Morais*, punhais *Alves*, e outras armas brancas muito boas, de todos os tamanhos. Vamos lá...

– É inútil, seu Nicolau – asseverou o Jaó. – É inútil o Sr. me mostrar as suas armas, porque eu não tenho precisão de nenhuma, mesmo porque a minha, como eu já lhe disse, é *infalive de boa*.

– E traz você a tal arma aí consigo?

– Trago sim, senhor. Eu carrego sempre a minha arma comigo, e mais na certa quando saio para ficar fora de casa de um dia para o outro, como aconteceu ontem.

E o Jaó, dizendo essas palavras, levou a mão ao bolso interno do paletó, e daí retirou um pequeno livro, que apresentou ao negociante.

Era um exemplar do “Novo Testamento de Nosso Senhor

Jesus Cristo”, perfeitamente encadernado em marroquim, tradução de Pereira, edição da Sociedade Bíblica Americana.

Tomando o livro, e abrindo-o curiosamente, o comerciante exclamou:

– Isto?! É com isso que você se quer defender em qualquer perigo?! Ah! Meu caro! Você, andando como anda, de dia e de noite, por estas estradas e desvios, está muito sujeito a ser agredido, espancado, roubado, e até assassinado, em qualquer um desses rincões por onde viaja, sem ter um modo de se defender.

– A minha defesa é esta – disse o Jaó, tomando e mostrando-nos o livrinho – e nada de mal me há de suceder. Eu confio em Deus e nestes Evangelhos. Além disso, eu sou muito conhecido por aqui, e por isso ninguém me procura para roubar, pois todos sabem que sou pobre – menos da graça de Deus –, e vivo do meu pequeno salário. E nem há gatunos por aqui... Para me bater ou me matar, ninguém me há de procurar também, porque eu não tenho inimizade nenhuma, trato a todos com respeito, e ninguém tem queixa de mim.

– Mas neste mundo há muita gente perversa – ponderou Nicolau. – Embora você não tenha inimigos, pode ser agredido. Você dirá que isso é pouco provável, o que admito, não podendo dizer que é impossível. Suponhamos que você encontra um dia, em um lugar ermo, um indivíduo que lhe queira roubar mesmo esses poucos gêneros alimentícios que você aí leva, e um pouquinho de dinheiro que de suas compras lhe sobrou no bolso, como poderá se defender, inerme, e de compleição franzina como é?

– Se isso acontecer, o que eu não creio, hei de convencer a esse meu irmão infeliz de que ele está em erro, e está cometendo um grande crime perante Deus e os homens. Se ele não atender a esses conselhos, eu entrego a ele os poucos gêneros e o pouco dinheiro que levo, e sigo a minha viagem, certo de não passar necessidade, de não sofrer fome, pois hei de

encontrar o socorro das pessoas boas, das pessoas caridosas.

– Mas se esse indivíduo, além de lhe roubar os objetos e o dinheiro, entender que lhe deve dar uma sova, para lhe incutir medo e assim você não o denunciar?

– Isso acontecendo – disse o Jaó –, hei de fazer esforços para convencer a esse homem que ele não deve me bater. Dou também o chapéu, entrego também o paletó, e peço com bons modos que não me espanque. Faço ver a esse infeliz o mal que esse crime pode lhe causar neste mundo e no outro...

– Mas apesar de tudo isso – retrucou o comerciante –, se ele entender, por malvadez, que o deve mesmo espancar?

– Chegando as coisas a esse ponto – respondeu o homem do livro –, eu dou um salto, e corro, e fujo, e entro no mato... O Sr. sabe que eu tenho agilidade.

– E se o malvado não lhe der tempo para isso? E se o agarrar, e não o deixar fugir? Que fará você, assim desarmado?

– Eu apanho, seu Nicolau.

E o Jaó, dada esta última resposta, tomou tranquilamente, de sobre uma cadeira, o seu pequeno saco de provisões, que atirou ao ombro, e disse-nos, despedindo-se:

– Até a volta, senhores!

E partiu o Jaó, ligeiramente, pequeno, magro, pálido, a barba rala e malcuidada, em demanda da sua pobre morada, a mais de uma légua, lá para os lados da serra da Pedra Escura, levando no bolso interno do paletó a sua arma defensiva, a sua arma *infalível*, que é um exemplar do “Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Deixando aqui registrado este conto verídico, não posso deixar de consignar que compartilho da opinião do Jaó quanto ao uso de armas.

Tenho visto homens desarmados, sistematicamente inimigos

do uso de armas, atravessando a vida, ou pelo menos as quadras mais agitadas da existência, sem sofrer uma agressão, sem se envolver em nenhum conflito, sem correr o risco de cair vitimados por um homicídio, como também conheço alguns indivíduos aos quais o uso constante de armas não inibiu de graves afrontas, e lembro-me de outros indivíduos que traziam constantemente consigo as mais poderosas armas portáteis, e que tombaram entretanto, mortos, sob os golpes rudes de ferro homicida, ou sucumbiram varados por balas traiçoeiras. Tenho visto indivíduos armados serem mortos, sem suas armas lhes constituírem defesa, e outros, igualmente armados, tenho visto feridos, perseguidos, espancados, deixando às vezes os primeiros uma triste recordação de sua inútil valentia, e perambulando estes marcados, mutilados, e algumas vezes inválidos, devido à agressão brutal de inimigos aos quais as armas, que pressentiam, temendo, mais açulavam o ódio e estimulavam no ataque.

É bem provável que um revólver, em nossa cinta, e um punhal, suspenso à cava de nosso colete, originem um campo neutro entre a nossa fraqueza e a proteção divina...

E não é aceitável essa teoria? Parece-me que a quem muito se arma falece a fé, falta a confiança na Divina Providência, cujos inúmeros agentes nos não desamparam jamais, mas talvez diminuam a sua vigília perante tão acentuada descrença.

Eu assim o compreendo e assim o creio.

Uma data

(Para o aniversário d' *O Município*, de Cataguases.)

Sobre os mares, e mares então desconhecidos, ora lugubrememente calmos, ora ameaçadoramente agitados, vogam três pobres caravelas.

Impulsionadas pelo sopro incerto das correntes aéreas, e seguindo vagarosas e tristes como medroso e lento caminha quem atravessa fatigado um deserto de areia, as três caravelas avançam morosamente sobre aquela tremenda amplitude.

Não lhes faz girar as rodas o poderoso impulso do vapor, nem lhes aceleram a marcha possantes hélices. Não são guarnecidas por medonhos canhões, nem temíveis metralhadoras as defendem. Mal trazem armas capazes de as livrar da abordagem de algum fraco mas atrevido corsário, e o vento, apenas o vento, empandeirando-lhes as velas, é o impulso com que contam para a longa e penosa travessia daqueles mares misteriosos.

Nessas velas, porém, há um símbolo – a cruz –, e somente com uma defesa eficaz, para todas as eventualidades, conta aquele pugilo de temerários: a fé inabalável do seu chefe.

E seguem a sua rota as três caravelas. Por todos os lados o silêncio, a uniformidade, o mistério. Nunca um ser humano demandara, por aqueles mares estranhos, o alvo visado pelos três barcos; jamais um batel ousado sulcara anteriormente aquelas ondas.

São três pequenas unidades da esquadra de Castela. Representam tudo quanto Izabel conseguira entregar a Colombo.

É que faltava às cortes latinas a confiança na arrojada empresa proposta pelo genovês. Ele era um sábio, mas talvez

não fosse um orador, não possuindo a faculdade da persuasão, e não dispunha, como Cabral, de vassalos e terras que lhe garantissem o poderio e o crédito.

Malgrado, porém, a fé inabalável de Colombo, e a sua energia nunca desmentida na glória nem na adversidade, o medo dominava já entre os seus subordinados. Supunham-se num mar sem limites, sendo a Terra plana e sem-fim, e temiam, não encontrando em sua frente senão água, sem nenhum vestígio de terra, ter novamente a atravessar a mesma imensidade, mas já então minados pelas fadigas e pela fome, sem forças sequer para o manejo das velas e a direção do leme.

Mas mesmo assim seguem ainda as três caravelas.

Sobre a amplidão dos mares, o silêncio, a uniformidade, o mistério; no interior dos barcos, o desgosto e o receio de Colombo, e a desconfiança, o medo e a insubordinação dos marujos – desgosto devido à ignorância e à desconfiança daqueles rudes homens do mar, e receio de que a insubordinação triunfasse, assim inutilizando os seus esforços, e os perigos vencidos, e os seus longos estudos, e os seus oito anos de rogativas pelas cortes da Europa.

Aqueles simples e incultos marinheiros de Palos não compreendiam a esfericidade da Terra. Para eles o mundo era plano e o mar infinito. Tinham ouvido narrativas sobre a Atlântida invisível e o El-Dorado misterioso, situados além das águas, e por isso tinham partido com fé; mas sucediam-se os dias, e semanas, e meses, e em torno dos nautas via-se sempre o deserto sem-fim. As mesmas noites, consteladas ou borrascosas, e os mesmos dias, trabalhosos ou calmos, sucediam-se sem a menor esperança para os marujos, e em seus corações cresciam sempre as saudades acerbadas da pátria, deixada tão longe, tão longe, que eles temiam não tornar jamais a ver, se seguissem a derrota

daquele louco, daquele visionário, em busca de um país não existente, por sobre aquele mar sem-fim, que se perdia no infinito. A sua viagem era a fome, a morte, o esquecimento.

Era a última noite do prazo fatal imposto ao genovês. A nostalgia e o medo tinham levado os marujos às ameaças, e levá-los-iam às violências.

No dia seguinte iniciariam a volta às terras europeias: eles, os marujos, às alegrias da terra natal, aos enlevos sonhados do lar, e Cristóvão Colombo, com o desespero na alma, aos vilipêndios de uma corte eivada de preconceitos ou prejuízos, que o faria carregar de ferros e cobrir de ignomínias, assim premiando o sábio pelos seus estudos e lucubrações, e pelos oito anos de vexatórias rogativas.

É que ele seria novamente chamado de visionário, e acusado de ter levado as três caravelas, e suas tripulações, para a fome e para a perdição sobre as ondas de um mar sem limites.

Triunfante a obstinação dos marujos amotinados, por muitos anos esconderia ainda o Novo Mundo as suas riquezas à avidez das cortes europeias, talvez até desaparecer do cenário político o valor de Napoleão, e surgir Fulton a encurtar as distâncias com o vapor, nos seus possantes navios, a sulcar mais seguramente o oceano.

Durante mais uns três séculos teria sido a América um mito, e do sábio genovês teria ficado a memória como a de um visionário.

Mais algumas horas, e ao chefe da expedição, no seu camarote da capitânia Santa Maria, caberia a vitória ou a derrota, o que equivaleria ao dilema – à glória ou o fracasso. Ou surgiriam das ondas terras desconhecidas, ou retrocederiam as três caravelas, caminho da pátria distante, sem nada justificar as previsões do infeliz genovês.

Com a noite terminava o último prazo concedido a Colombo.

Mas era tempo. Ao raiar do dia seguinte umas aves foram vistas, voando por sobre as águas, e algumas vieram pairar sobre os nautas.

A alegria serenara as feições do sábio, e a esperança fez esquecer aos nautas os perigos da longa travessia.

Algumas horas decorreram, após os primeiros sinais observados, e os marujos da capitânia gritaram:

– Terra! Terra!

Estava descoberto o Novo Mundo. O gênio de Colombo acabava de desvendar aos seus companheiros de viagem o vastíssimo e rico continente que a ingratidão dos pósteros denominou América.

Corria então o dia 12 de outubro de 1492.

Cristóvão Colombo era um desses Espíritos predestinados aos ideais grandiosos e às belas realizações.

Modesto como raros homens o têm sido, e tão humilde que dificilmente poderá ser imitado, foi no retiro silencioso de um mosteiro que ele fez os seus estudos sobre a existência de um continente desconhecido além daqueles mares também desconhecidos, admitindo a esfericidade da Terra quando essa crença era ainda uma heresia, quando tal asserção era negar os textos sagrados, e erguer uma contradita a Josué, assim aventurando uma entrada, então temível, no “Index” do sumo pontífice.

A sua fé inabalável quanto à proteção divina, e a sua confiança inquebrantável na existência dessa terra, então lendária, pois argumentava ele não poder existir tanto mar sem um continente, levaram-no àquela arrojada empresa.

Sabia também, e era o único a asseverá-lo, que aquelas três unidades da armada de Castela não se perderiam, pois ele confiava na Providência Divina, que jamais o desampararia, e

asseverava que, no caso, aliás impossível, de não existir ou não ser encontrado o continente, nem ilha alguma ser descoberta, as três caravelas, vogando sempre ao mesmo rumo, contornariam o globo por sueste, volvendo infalivelmente, no fim de mais uma centena de dias, às terras frias do noroeste da Europa.

Mas assim não o entendiam os pobres marujos.

E nem todos compreendem os sofrimentos daquela alma de herói. Nem todos avaliam as horas de profunda tristeza, de longos desfalecimentos e dolorosa agonia, daquele espírito de sábio e de bom, entre os quatro tabiques da sua pequena câmara, na caravela Santa Maria, sabendo-se ameaçado pelos marujos em revolta, e sentindo, em torno do seu barco, o embate das ondas nunca anteriormente sulcadas por ousado lenho. Eram a tristeza de quem se vê incompreendido e suspeito, os desfalecimentos de quem vê a força tripudiando sobre a razão e a ciência, e a agonia de quem, quase ao chegar à meta desejada, vê o seu ideal ameaçado de eterno desaparecimento, de inglória fuga.

Mas o genovês triunfou, como em geral triunfam todos os ideais grandiosos, quando amparados à firmeza da verdadeira fé, quando sustentados com a tenacidade de um homem que não olvida jamais os seus compromissos, entre os coevos e os pósteros, para com Deus e a sua consciência, para com os seus mandantes e os seus subordinados, para a ciência e a humanidade.

Estava descoberto o novo continente. A América surgia para as grandes conquistas do progresso. E Cristóvão Colombo devia voltar a Castela coberto de glória, embora alguns anos mais tarde tivesse de curvar a cabeça veneranda ao peso da calúnia e da inveja.

Mas Cristóvão Colombo foi grande em sua glória como sublime em seu declínio; foi digno da admiração dos povos quando voltou triunfante às plagas europeias, como merecedor do respeito de todos quando ferido pela insídia.

O dia 12 de outubro de 1492 foi para o genovês o dia mais feliz de sua atribulada existência.⁽¹⁾

⁽¹⁾ Este artigo foi publicado n' *O Município*, de Cataguases, de 12 de outubro de 1923. Nele suprimi, porém, a última parte, ao trasladá-lo para o meu livro *Pérolas Ocultas*, porque essa parte se refere exclusivamente ao município e seus dirigentes e ao referido periódico e seus redatores, o que pareceria dar ao livro um aspecto bairrista, que ele não deve apresentar. – O Autor.

Rui, o grande

Acaba de desaparecer de entre os vivos o gênio a quem chamamos Rui Barbosa.

Faleceu quando mais sentida ia ser a sua perda, quando mais precisávamos da sua palavra autorizada, da sua eloquência arrebatadora, dos seus argumentos sem réplica, e do seu amor à verdade, à justiça e à liberdade. Faleceu quando mais profundos eram os ódios entre os partidos, e mais terríveis ameaçavam ser as represálias, e quando, mesmo por isso, mais necessitávamos de um homem que, como o grande orador e jurisconsulto, fosse, entre os partidos políticos em represálias, ou para com os vencidos e perseguidos, como que um anjo da paz, ou a própria personificação da pátria.

E ele o era.

Quando o terror empolgava nossa terra, e o sangue de nossos patrícios era derramado em horrendo fratricídio, em peijas estéreis e inglórias, ou quando, terminada a resistência dos oprimidos, a vingança ocupava a cátedra do tribunal e vestia a toga de juiz, era a destra de Rui Barbosa a que erguia a bandeira branca da paz, pois era ao maior dos brasileiros que devíamos a anistia, por ele valorosamente proposta e brilhantemente defendida.

Sendo a maior glória do Brasil, o estadista mais culto da época, matizava-lhe o talento a mais admirável modéstia.

Revisionista, mostrava os erros de nossa Constituição federal, a qual era, entretanto, obra quase exclusivamente sua, pensando de modo contrário a muitíssimos dos nossos estadistas, que frequentemente erram e perseveram no erro.

Se não houvesse falecido, em Rui Barbosa, o maior vulto de nossa política e o mais ilustre de nossos legisladores passados e

contemporâneos, teríamos a guarda avançada dos nossos direitos, e mais cedo dominaria a confiança entre os grupos divergentes, tornando menos acerbos as dores dos vencidos, e menos acerado o gládio da justiça, não raro semelhante ao punhal da vindita.

Extinguir-se-iam mais facilmente os ódios e temores, e a Lei de Imprensa, em vez de ser a salvaguarda dos dominantes e a ameaça latente dos patriotas, seria a defesa e a segurança de todos os cidadãos e de todos os lares.

Essa lei possuiria certamente, entre os artigos de mais premente necessidade, um artigo que vedasse a publicação de qualquer escrito, de censura pessoal ou política, sem se franquear ao ofendido o duplo do espaço para a defesa, mas isso no mesmo periódico, para ser lido pelo mesmo público, ou em livro ou folheto editado pela mesma empresa onde fosse feito o ataque.

Não é de se louvar a imprensa atrabiliária, quase incendiária, que nos envergonha aqui e no estrangeiro; mas aos oprimidos deve-se facultar o direito de defesa, e esse direito lhes é cerceado pela *lei contra a imprensa*, que, aliás, garante as fraudes eleitorais aos dominadores, sem que os oprimidos, vilipendiados às vezes pelos periódicos semioficiais, e esbulhados em seus direitos, tenham sequer a liberdade de analisar os atos de prepotência dos governos, que comumente fazem mais política do que administração.

É que faltou a essas leis um pouco da sabedoria de Rui Barbosa, do legislador e jurisconsulto cujo maior adversário político, o respeitável Sr. J. J. Seabra, declarou-o insubstituível no Senado, pedindo-lhe permissão de ser o portador do seu diploma, adquirido pelo sufrágio de todos os partidos do grande Estado nortista.

Morto, tornou-se ainda maior o Conselheiro Rui Barbosa. Os seus próprios adversários – se adversários seus podemos chamar a quantos, por interesses particulares e conveniências de política

peçoal, sufragaram os nomes dos Srs. Hermes e Epitácio – passaram a louvá-lo, a engrandecê-lo, alguns com entusiasmo maior do que o fazem alguns que, como nós, lhe acompanharam os passos desde antes de 1889; pois com ele e por ele nos exultamos nas conquistas de Haia, e por ele sofremos as agruras do ostracismo nos primeiros tempos da República, e com ele sentimo-nos espoliados em nossos direitos em 1910, e por ele lutamos em 1918, e acompanhamos-lhe os passos, em pensamento, quando, com seus admiráveis artigos escritos na Europa, e suas conferências na Argentina, e seus discursos na Bahia, em Minas, em São Paulo, no Rio de Janeiro, demonstrava ele o seu talento extraordinário, e as suas admiráveis qualidades de paladino da verdade eleitoral, da liberdade do cidadão, e das prerrogativas dos povos nos países menos fortes.

Desaparecendo de entre os vivos, o Conselheiro Rui Barbosa viverá entretanto para sempre no coração dos contemporâneos e da posteridade, como um exemplo perene de civismo e de honradez. De civismo e de competência.

Quando eleito para qualquer das casas do Congresso, quando escolhido mandatário do povo na Câmara ou no Senado, o cidadão deve dizer à sua consciência, ao tomar posse da sua cadeira: "Eu devo ser honrado e digno em todas as decisões que houver de tomar, em todas as discussões em que me houver de envolver, pois nesta casa, nesta assembleia, legislou Rui Barbosa".

Não cabe nos estreitos limites destas linhas descrever tão grande vulto, e nem para isso o seu autor tem competência. Faço-lhe apenas, nestas pobres linhas, a prova do grande respeito que sempre tributei ao mais eminente dos nossos patrícios.

Orador, estadista, literato, juriconsulto, jornalista, foi admirado pelo mundo culto. Estrênua campeão da liberdade, foi sempre temido por todos os opressores, e teve como inimigos todos os déspotas e seus sequazes; mas foi idolatrado pela

enorme maioria da população do Brasil, isto é, pela parte, felizmente importantíssima, não contaminada pelo vírus da ambição e da subserviência.

Conhecedor de diversos idiomas e de várias ciências, eram-lhe conhecidos os Códigos Civis e Criminais, como também as Cartas Magnas dos principais povos, e na literatura mundial conhecia as obras-primas que honram os países mais cultos.

Político desde a mocidade, e parlamentar desde o antigo regime, foi um dos fundadores da República, tendo sido um dos grandes paladinos da emancipação dos escravos. Entrava no Congresso pela porta da frente, por onde entram os eleitos, e honrava o cargo que lhe era confiado tanto como os que mais o honram, ou mais do que quase todos os que mais o honram, sem contar com reconhecimentos protecionistas.

Era um sábio, um patriota, um homem extraordinário enfim pelo seu saber e pela sua bondade.

A nós, os seus admiradores de sempre, os seus amigos de todos os tempos, é justo deixarmos cair uma lágrima de gratidão e de saudade pelo maior dos brasileiros.

Zamenhof

A poucos dos meus leitores, a quase nenhum, poderá ser desconhecido o nome imortal do Dr. Luiz Lázaro Zamenhof, o eminente filólogo e grande cientista da Polônia russa, desaparecido, há pouco, na voragem do sepulcro.⁽¹⁾

Não eram somente os esperantistas que admiravam e tinham extraordinária afeição ao sábio mestre: idolatravam-no os mais dedicados pacifistas do mundo culto, os filólogos de todas as raças, os verdadeiros patriotas de todos os países, os mais ardentes defensores dos ideais elevados, as sumidades da ciência e da literatura entre todos os povos.

Foi um médico ilustre, um professor distintíssimo, um grande poliglota, mas o que mais o tornou digno de veneração foi o seu amor à paz, foi o seu devotamento à causa da união e da amizade entre todos os povos.

Conhecendo quanto influía a afinidade de línguas para a união dos povos – mais do que a aproximação de territórios e uniformidade de interesses comerciais ou políticos –, entendeu que se pode promover essa união por meio de um idioma comum, mesmo quando esses povos estão separados entre si pelos cento e oitenta graus dos antípodas, e mesmo quando são diferentes os seus costumes, a sua cor, os seus planos, as suas crenças.

Provas, nós as tivemos, e recentes, vendo a Bélgica sacrificar-se pela França, vendo a Itália estender as mãos aos

⁽¹⁾ Zamenhof, natural de Białystok, Polônia, onde nasceu em 15 de dezembro de 1859, faleceu em Varsóvia no dia 14 de abril de 1917.

franco-belgas por sobre as hostes teuto-austríacas, vendo Portugal concorrer com o seu não pequeno contingente contra os Estados centrais, e ainda vendo a Espanha conservar a sua neutralidade, embora os seus interesses ameaçassem atirá-la contra os seus vizinhos. Provas tivemos-las ainda, na mesma conflagração, vendo nossa terra apoiando a Entente, e a grande república norte-americana armando os seus exércitos a favor da sua antiga metrópole, com o apoio moral de quase toda a América latina.

Provas, nós as temos sempre, numerosas, gerais, indiscutíveis, e entre essas a existência das pequenas repúblicas do centro e do sul do Novo Mundo, as quais, sem a uniformidade de línguas, não teriam chegado até nossos dias, ou no futuro não teriam assegurada a sua autonomia.

É conhecido, desde a mais remota antiguidade, ser a semelhança de línguas o mais forte liame entre as nações. O Velho Testamento dá-nos, como em alegoria, a história da Torre de Babel, demonstrando ter havido concórdia até a confusão das línguas... Desde aquela época já compreendiam os pensadores constituir a língua o mais forte elo entre os povos.

Assim o compreendia Zamenhof, que dedicou muitos anos da sua fecunda existência à criação e à difusão da língua internacional, o Esperanto.

Algumas pessoas pensam, erroneamente, ter perpassado pela mente de Zamenhof o projeto de abolir as línguas nacionais, como se um dos Espíritos mais esclarecidos de nossa época pudesse afagar a ideia de tentar o impossível.

As línguas nacionais constituem o mais forte dos elos que podem unir entre si os filhos do mesmo país. São a origem das nações, se examinarmos o passado, e não a garantia da indissolubilidade das mesmas nações no futuro.

Extinguir essas línguas, coisa aliás impossível, seria abolir os marcos milenários dos governos, para atirar a primeira pedra para o edifício da federação mundial, utopia que não deve fazer

parte do grupo de nossas cogitações neste século.

Cada povo tem tanto amor à sua língua, que, no caso de uma das línguas nacionais dever ser escolhida para o idioma auxiliar internacional, tantos pretendentes se apresentariam à escolha quantos são os idiomas cultos existentes no globo, sem ceder nenhum deles às vantagens de outro.

Vendo, pois, o Dr. Zamenhof, depois de prolongados estudos e observações, ser de inadiável necessidade uma língua internacional, e que para isso não teria jamais solução a proposta de qualquer dos idiomas nacionais, resolveu criar o Esperanto.

O grande mestre não sonhou, entretanto, a extinção de idioma algum, e os seus numerosos e dedicados discípulos e continuadores, corroborando-lhe as opiniões, têm-se esforçado pelo ensino dos idiomas mais necessários ao convívio e comércio dos povos, fazendo essa propaganda pelo Esperanto. É mais uma prova de que o Esperanto sempre se destinou a ser uma língua auxiliar que facilitasse o convívio e as transações comerciais entre todos os países, que tornasse conhecida a literatura de cada nação entre os mais diversos povos, que divulgasse ciências e artes, que permitisse não se confinarem entre os estreitos limites de um país as suas obras-primas, que intensificasse as relações e amizade entre os habitantes de um e outro continente, tornando fácil a correspondência epistolar, difundindo jornais e revistas, permutando livros, unindo enfim os homens sem tomar em consideração a sua raça, a sua pátria, o seu credo religioso, as suas opiniões políticas, mas promovendo a amizade e a confiança, na preparação de um tempo, não muito longínquo, em que a afeição entre os homens deverá abolir o ódio entre as nações constituídas e entre as raças diferentes que povoam o mundo.

O Dr. Zamenhof, criando, após estudos prolongados e ponderadas observações, a língua auxiliar posteriormente denominada Esperanto, teve em vista esse trabalho ciclópico do conagraçamento, da afeição dos povos entre si, e não somente

sem o menor intuito de prejudicar o estudo dos idiomas nacionais, como até para esse estudo fornecendo, com o Esperanto, novos tratados que mais fácil tornam esse estudo.

O seu intuito, felizmente conseguido, era criar e difundir uma língua de fácil aprendizado, e por isso ao alcance de pessoas medianamente ilustradas, que a pudessem aprender, em pouco tempo, por meio de correspondência ou mediante o estudo de alguns fascículos.

No começo do último quarto do século findo iniciou Zamenhof, moço ainda, o seu grande empreendimento.

Poliglota distintíssimo que era, fez metuculoso estudo sobre as principais línguas europeias, também usadas na América, e das mais faladas fez as bases do Esperanto, que de tal forma ficou constituído, que nele os portugueses, espanhóis, ingleses, alemães, italianos, russos e outros, sem conhecimentos de outra língua além da materna, encontram grande número de palavras ou raízes conhecidas, pois Zamenhof adotou, para a representação de cada ideia, a palavra que mais equivalentes semelhantes tivesse, na forma e na pronúncia, nas diversas línguas mais faladas.

Fundado sobre radicais pouco numerosos, tendo cada letra do alfabeto um som fixo, e cada categoria gramatical uma terminação própria e imutável, é o Esperanto o modo mais simples e fácil de se transmitirem ideias.

Possui entretanto tal maleabilidade, e dispõe de tantos e tão belos recursos, que pode apresentar, com as mais delicadas expressões, as obras-primas da literatura universal, sem lhes tirar o colorido da origem.

Seu dicionário completo é um pequeno manual, um livrinho de bolso, de menos de 200 páginas, e sua gramática é um pequeno volume que uma pessoa de inteligência normal pode ler e compreender em algumas horas.

Apesar dessa simplicidade, dessa facilidade admirável, o Esperanto presta-se entretanto a todos os estilos, e fornece aos

escritores copioso léxico, trazendo aos eruditos admirável riqueza de elocução.

Não somente para a prosa é o Esperanto perfeito: o seu verso é agradável e sonoro, e a metrificação mais fácil do que a das línguas que o produziram, assemelhando-se ao sistema latino.

Criada a língua, e publicados os primeiros opúsculos, em todos os países cultos fundaram-se associações para a sua propaganda, e iniciou-se a correspondência postal, sempre em aumento, entre povos os mais afastados entre si, correspondência de notável proveito quanto à literatura, à arte e ao comércio, e ainda de maior proveito como um meio de unir entre si, pelos laços da afeição, indivíduos de todas as raças.

Espírito clarividente, verdadeiro missionário do bem, Zamenhof dedicou a maior parte da sua vida à criação e propaganda do Esperanto, no qual reconhecia o meio mais seguro para a iniciação da obra monumental do pacifismo.

O Esperanto progrediu de um modo admirável, desde os seus primeiros anos de vida, e muito maior campo teria conquistado se tão inoportunamente não sobreviesse a guerra europeia, quando as vistas de todos os numerosíssimos esperantistas, do mundo inteiro, estavam voltadas para Paris, onde se deveria reunir o grande congresso universal esperantista.

O Dr. Zamenhof, viajando de Varsóvia com destino a Paris, onde deveria presidir o congresso, foi surpreendido, em viagem, pelo rompimento das hostilidades, e detido na Alemanha, e viu extraviada a sua preciosa bagagem, e ao mesmo tempo a neutralidade da Bélgica era violada pelos exércitos da maior potência militar de todos os tempos.

Tivesse o Esperanto mais alguns decênios de evoluir pacífico, isto é, sem ter sido o mundo abalado pelas guerras a que temos assistido desde o princípio deste século, e principalmente sem essa enorme catástrofe que foi a conflagração iniciada em 1914, e as guerras tornar-se-iam impossíveis, porque o Esperanto, a

língua da paz, auxiliado eficazmente pelo rádio, pelos credos religiosos que não benzem armas, pela imprensa verdadeiramente cristã, pelas associações pacifistas, pelos homens de boa vontade enfim, estenderia pelo mundo a doutrina da paz, da concórdia, do desarmamento, da confiança, da afeição, a todos provando que a humanidade é uma família cujo chefe é Deus.

A corrente de simpatia existente entre os esperantistas filhos de países diversos, avolumando-se com o próprio aumento das associações esperantistas, aplainariam quaisquer complicações diplomáticas de que surgissem questões que pudessem originar demonstrações armadas, e mesmo sangrentos conflitos, se antes dessa esperada difusão do Esperanto não viessem os acontecimentos de 1914, verdadeiro desastre universal, cobrir de sangue a Europa e os mares, e espalhar pelo mundo uma nuvem negra de ódios e vindita.

Mesmo assim, porém, muito esperamos do Esperanto. A união e afeição entre os esperantistas, com o aumento do número destes adquirindo novas forças, farão sentir a sua influência sobre os governos, em futuro não muito longínquo, e os governos procurarão na paz o engrandecimento das nações e a felicidade dos povos. As próprias associações de propaganda do Esperanto procurarão dificultar, no futuro, quaisquer manifestações nacionalistas demasiado extremadas, causas às vezes de rompimento entre as nações.

O homem extraordinário que desapareceu, há pouco, de entre os vivos, foi, com a criação e a propaganda do Esperanto, o maior dos obreiros da paz nos tempos modernos, e um dos maiores de todos os tempos.

Três qualidades principais ornaram-lhe o caráter: a bondade, a sabedoria e a operosidade.

A posteridade saberá render o devido culto à memória do Dr. Luiz Lázaro Zamenhof.

O ano da fome

Chuvas abundantíssimas, demasiado tardias, no decorrer de muitos meses, e quase ininterruptas, tinham feito apodrecer nas roças, no ano anterior, as plantações de milho, o principal produto da zona, e tinham inibido aos lavradores, em uma grande extensão de mesma zona, o cultivo dos outros cereais e a capina e a colheita do café. Assim terminara o ano agrícola, entre as queixas, muito verdadeiras, contra a horrenda carestia, e as esperanças de farta colheita no ano seguinte.

Este, porém, tinha entrado ainda mais inclemente. O sol crestava em germe quase todas as plantas, e um desânimo geral empolgava a população.

A menos afastada estação ferroviária ficava até então a mais de vinte léguas, e o transporte de gêneros alimentícios, importados dos grandes centros por meio de tropas a três léguas por dia, era moroso e caríssimo.

Às pessoas a quem sobejava numerário era menos difícil a aquisição de gêneros, mas o proletariado entrava assustadoramente na verdadeira crise da fome.

Tinham-se esgotado os recursos dos pequenos lavradores, e extinguíam-se os vegetais com que se alimentavam os animais, assim escasseando mais a carne, o leite e os ovos. As próprias pastagens baixas crestavam-se ao calor do sol, e por isso os animais de carga, empregados na importação de mantimentos, tornavam-se dia a dia mais magros e fracos, incapazes para qualquer trabalho que se não cingisse a cargas menos pesadas e marchas bastante mais curtas.

As dificuldades multiplicavam-se no decorrer dos primeiros dias do outono, e a mais triste e desoladora penúria espriava-se entre os proletários. À sombra das pobres casinhas rústicas o

vijador podia ver, acorados ou deitados sobre velhas esteiras de junco, homens, mulheres e meninos cujos rostos demonstravam as privações acerbadas da miséria, e constava que algumas vidas tinham-se já sacrificado aos sofrimentos da anemia profunda.

Nesse tempo não se havia ainda generalizado o uso do trigo, e para os bolos de fubá e de polvilho, e para o angu, as farinhas, o pão de milho e o pirão, faltavam as duas matérias-primas – o milho e a mandioca.

A carne seca, então conhecida com o nome de carne da colônia, era um alimento caro, insuficiente por si só, e ainda desagradável ao paladar, como produto inferior que devia ser, e até então desconhecido naquela zona.

A fome, com todo o seu cortejo de males, dominava afinal uma grande parte da população, no perímetro de muitas léguas.

Era o mais horroroso dos espetáculos, pois não assombrava um indivíduo, mas uma coletividade.

Mas assim como um imenso deserto de areia possui, de espaço a espaço, oásis verdejantes – as ilhas do deserto, onde podem os viajantes retemperar as suas forças, dessedentando-se com a fresca linfa que nesse oásis desliza, e descansando à sombra espessa e atraente das árvores eternas que ali vicejam, e nutrindo-se com frutos saborosos dali oriundos, assim também naquela grande extensão flagelada pela fome, naquele vasto território ocupado por cidades, povoados, fazendas e pequenos sítios de lavoura assolados pela penúria, ostentavam-se, de espaço a espaço, algumas propriedades agrícolas onde a abundância era admirável.

Algumas fazendas tinham, pois, superabundância de diversos gêneros alimentícios, e principalmente de milho, por um fenômeno quase incompreensível deixando de ser envolvidas naquele flagelo.

Algumas dessas fazendas, separadas entre si por léguas, amenizavam um pouco a sorte de uma parte da população, e outras, raríssimas, forneciam cereais mesmo às classes mais

pobres, algumas vezes a crédito, e outras como esmola, mas em pequena quantidade, insuficiente para as necessidades de cada família, e apenas às pessoas que podiam ir pessoalmente à procura desse recurso. Outros desses proprietários felizardos abusavam da fortuna que lhes sorria, e exploravam sem compaixão, em sua zona, o monopólio do milho, vendendo-o por preços exagerados a quantos o podiam pagar na ocasião, e negando-o a quantos não dispunham então do preciso numerário.

Um desses fazendeiros, que mais tarde eu conheci, tinha em seus celeiros centenas de carros de milho, vendendo-o a 10\$000 o alqueire, preço considerado naquela época um grande absurdo, vinte vezes maior do que o preço normal de então. Censurado certo dia por um dos compradores, que lhe disse estar ele *vendendo a alma*, respondeu, arrufado: – “Então de hoje em diante hei de vender o milho a 12\$000, assim *vendendo a alma com o corpo...*”.

Entre esses agricultores, porém, um houve que vendia o milho pelo preço das épocas normais, e às vezes a prazo, mas cedendo-o em pequenas porções, a fim de evitar açambarcadores, e outro fazendeiro foi notado, na mesma ocasião, pelos atos de generosidade por ele praticados, um dos quais passo a narrar.

Ambos se tornaram conhecidos pelas esmolas diretas por eles feitas.

Pelo seu modo de proceder naquela época cheia de calamidades, honram esses dois homens um dos capítulos do meu livro *Pérolas Ocultas*.

É somente ao último desses agricultores que eu me refiro nas linhas abaixo.

Jaime Lopes de Araújo era o seu nome.

Homem laborioso e sério, e de costumes simples, era o mais rico fazendeiro daquele vasto distrito. A sua casa de residência era grande e cômoda, mas inteiramente sem luxo, e todos da sua família dedicavam-se muito ao trabalho, raramente procurando os divertimentos que em geral tanto preocupam os moços.

Nesse ano, quando a falta de gêneros alimentícios tanto acabrunhava a população, estavam repletos de milho os vastos celeiros do Sr. Jaime Lopes de Araújo, que também possuía não pequena quantidade de arroz e de feijão.

Algumas famílias de pequenos lavradores da vizinhança da fazenda, e algumas outras famílias residentes na sede do distrito, mas tanto estas como aquelas aparentadas entre si, procuraram então adquirir com o rico lavrador o milho de que necessitavam, enviando-lhe à fazenda, como parlamentar, o chefe de uma dessas famílias, Luciano, moço trabalhador e sério, mas pobre, com o qual o Sr. Jaime de Araújo entrou facilmente em combinação, propondo fornecer todo o milho necessário a essas seis ou oito casas, mas ficando o preço e as condições de pagamento a se discutirem por ocasião das colheitas do ano seguinte.

Decorreram muitos meses. Quase um ano tinha escoado.

O ano fatídico tinha passado, legando ao povo caras, mas nobilíssimas lições, escoando-se os últimos dias do primeiro quarto do ano de 1874 entre a exuberância das terras, a garrulice da petizada sadia e forte, e o sorriso de satisfação dos lavradores em geral.

Luciano, em seu nome, como em nome dos parentes a quem o fazendeiro tinha suprido de milho e outros produtos da fazenda durante muitos meses, procurou-o então para a regularização das contas.

Já era possível fazerem sem sacrifício o pagamento. Extensos e cerrados milharais cobriam as serras, e fartos arrozais sazonavam nas vargens, e os outros gêneros necessários à alimentação prometiam ao povo, após aqueles dois anos de

penúria, uma abundância extraordinária.

A Luciano e seus parentes já era possível, portanto, fazerem, dentro de mais um mês, e sem sacrifício, o pagamento ao bondoso fazendeiro Sr. Jaime.

– De nossa casa – declarou então o Sr. Jaime Lopes de Araújo –, vocês levaram milho, cevados e feijão. Se agora podem pagar-me sem dificuldades, paguem-me em milho, cevados e feijão, com a mesma quantidade e o mesmo peso que receberam, podendo os que não têm lavoura pagar em dinheiro, pelos preços da atualidade.

– Mas isso seria um abuso de nossa parte – exclamou o devedor –, pois os preços do passado eram muitíssimo maiores. O milho custará, no próximo mês em diante, por um carro, o que no ano passado era o valor de um alqueire, isto é, vinte vezes menos do que na ocasião do fornecimento.

– Sim – replicou o Sr. Jaime –, assim é; mas eu na ocasião tinha os gêneros, e vocês não os tinham. Se as coisas tivessem sucedido de modo contrário, eu teria ido bater à sua porta, que é a do meu vizinho mais próximo, e você teria procedido como eu o fiz para com vocês. Seu avô – que Deus o tenha na sua santa glória –, não negava um favor nem a um desconhecido. Esse modo de pagamento, já que vocês fazem questão de pagar, é também para todos os seus irmãos e cunhados. A qualquer de vocês eu sempre prestarei qualquer serviço que esteja ao meu alcance. De todos receberei a mesma medida de cereal fornecida, e o mesmo peso de toucinho ou cevada, e se a algum for difícil o pagamento, desse eu nada aceitarei, pois nada me deve. Com tudo isso eu estou pagando somente uma parte de uma dívida velha...

– Eu não sei de dívida alguma sua, Sr. Jaime, e não compreendo por que faz empenho em nos prestar tão grande favor.

– Você não sabe desse fato – explicou o fazendeiro –, porque é ainda muito moço, e o fato é já antigo, datando de uns doze a

quinze anos antes do seu nascimento. Mas sente-se de novo, meu caro vizinho, pois enquanto esperamos o café eu quero contar-lhe um trecho da minha história.

E o Sr. Jaime fez nestes termos a sua narração:

– “Eu nasci em um pequeno e velho sítio perto de Ouro Preto. Quando menino, estive em uma escola dentro da cidade, e depois rapazote voltei para a cidade como empregado no comércio.

“Lá estava eu, em Ouro Preto, no tempo da visita do Imperador D. Pedro I, e ouvi dobrarem os sinos de dez igrejas ao chegar o monarca, e mesmo depois, quando ele percorria as ruas. O povo estava desgostoso com D. Pedro I, e assim manifestava o seu descontentamento e a sua reprovação.

“Mas o ordenado no comércio não me servia: era demasiado pequeno. Resolvi por isso voltar para a roça, e pouco depois casei-me, com vinte anos de idade, a abri lavoura no pequeno sítio de meu pai.

“Nesse tempo eu já era órfão de mãe, e logo depois do meu casamento tive a infelicidade de perder meu pai. Houve conseqüentemente a partilha dos bens, e eu fui forçado a vender a minha parte, pois não podia comprar as outras partes, e voltei para a cidade com a minha pequenina herança, em dinheiro, a qual não passava muito de *um conto de réis*.

“Uma semana apenas fiquei com minha mulher na capital mineira, pois lá procurei um conhecido meu, o Jeremias, e arrendei-lhe o sítio de lavoura onde você ainda me conheceu, na sua meninice, ali por trás daquela serra, naquele tempo chamada Serra dos Puris. Fiz o arrendamento por cinco anos, pago adiantadamente de uma só vez, e com o restante do meu dinheiro comprei os objetos mais necessários à minha instalação, e paguei as despesas da viagem, aqui chegando na época

apropriada para as plantações.

“Todas as minhas propriedades naquela ocasião eram os trastes mais necessários a uma casinha de pobre na roça, dois animais de sela, um selim, um silhão e um lombilho, mantimentos que nos poderiam sustentar dois meses, e uma grande disposição para o trabalho. Dinheiro, nenhum; mas por aqui estavam estabelecidos quatro primos meus, todos em boas condições financeiras, e com eles eu esperava obter o necessário para principiar a lavoura, contando com a sua proteção durante alguns meses, até que Deus permitisse melhorarem as minhas condições.

“Chegando em uma sexta-feira, passei o sábado percorrendo todo o sítio, correndo-lhe as divisas, sondando-lhe os terrenos, e passei o domingo em casa, descansando e fazendo alguns reparos urgentes nas paredes e na horta. Ao romper do terceiro dia, deixando minha mulher em companhia de um casal de índios que tínhamos conosco, desde muitos anos antes, no sítio de meu pai, como empregados de confiança, selei o meu burro e parti para a casa de um de meus parentes, o mais vizinho, a uma légua, certo de ali obter a necessária proteção, mas disposto a visitar no mesmo dia os outros três primos.

“Expus a esse parente a minha situação: sem dinheiro algum, em um meio inteiramente estranho para mim, sem ter na zona um conhecido – pois nem esses primos eram meus conhecidos –, e tendo mantimentos apenas para uns dois meses, sem recursos para principiar lavoura, e tendo ainda a mulher em vésperas de dar à luz o primeiro filho.

“Da casa desse meu primo segui para os sítios dos outros três parentes, e a todos expus a minha situação, entreguei cartas de meu irmão mais velho, e fiz os mesmos pedidos. De todos obtive a mesma resposta: ‘Que tinham muito prazer em conhecer-me, e foram muito amigos de meu falecido pai, mas... absolutamente nada podiam fazer por mim...’

“Nada consegui, portanto. Os meus primos não me podiam

fornecer coisa alguma, nem se prestavam a apresentar-me a outros.

“Seriam quase três horas da tarde quando estava eu em caminho, de volta a casa, acerca de um quarto de légua. Eu caminhava triste, vagorosamente, acabrunhado, pensando não me ser possível progredir aqui, por falta de um apoio relativamente pequeno.

“Pensei em voltar para Ouro Preto, e ficar algum tempo em companhia de meu irmão mais velho; mas a distância era grande, e minha mulher já não estava em condições de empreender essa viagem. Além disso, eu ficaria vexado em voltar àquela cidade em procura de recursos, pois todos nós temos um pouquinho de orgulho.

“Irresoluto, e muito contrariado, eu voltava à tarde para o sítio, quando, talvez às três horas, tive de passar junto à porteira de um terreiro grande, no fundo do qual via-se uma casa vasta e bem construída, mas sem luxo, de dois andares, com um alpendre na frente, onde havia uma escada de madeira, coberta de telhas.

“Quando eu ia passando em frente da porteira, por ela saía um preto idoso, levando sobre a cabeça um balaio de milho em espigas, e eu tive a lembrança de lhe perguntar quem morava naquela casa.

“Respondeu-me o preto que quem residia era o dono daquela fazenda, e, apontando para o alpendre, ajuntou: – ‘É aquele senhor, seu João Ribeiro, sim, senhor’.

“Dirigi o olhar para o ponto indicado, e vi, de pé, em um canto do alpendre, um senhor de cerca de sessenta anos, a quem saudei de longe, tirando o chapéu, e que me disse alto: – ‘Pode chegar, moço!’.

“Até esse momento ainda o trabalhador com quem eu falava tinha segura a porteira, e bem aberta, e eu, depois de agradecer, toquei o burro em direção à casa, a fim de tomar conhecimento com aquele vizinho.

“Um menino tomou-me a rédea do burro, e uma senhora que chegava nesse momento a uma janela à esquerda da casa convidou-me a subir.

“No alto da escada encontrei o dono da casa, que me apertou a mão dizendo: – ‘Muito boas tardes, moço; você chega em boa hora, pois o jantar está na mesa, e de certo ainda não jantou’.

– ‘Eu ainda não almocei, meu caro senhor’, – respondi acompanhando o homem para o interior da casa.

“O homem olhou-me com certa estranheza, e nada disse.

“Ao jantar compareceram algumas outras pessoas da casa, tornando-se geral a conversação, que versou sobre diversos assuntos, sem entretanto o dono da casa me perguntar pelo meu nome nem residência.

“Terminado o jantar, voltamos para o alpendre, e então o fazendeiro, dirigindo-se a um rapaz que depois eu soube ser neto dele, disse: – ‘Antônio, pode descarregar o animal do moço, porque a noite vai ser fria, e ele fica hoje aqui’.

“A essas palavras respondi, agradecendo, e foi então que reparei morar muito perto, a um quarto de légua. Perguntou-me ele então se era eu o novo vizinho que tinha comprado o sítio do Jeremias, ao que expliquei: – ‘Sou eu mesmo, mas apenas arrendei, por cinco anos, com o pagamento adiantado’.

“Declarou-me ele então que tinha prazer em sermos vizinhos, e que tinha a certeza de que seríamos bons amigos, concluindo a resposta com o oferecimento franco de seus préstimos.

“E levou-me depois a ver as suas criações, o moinho, o paiol, a ceva, e repetiu os mesmos oferecimentos, perguntando se eu precisava de alguma coisa.

– ‘O senhor pergunta se eu preciso de alguma coisa – declarei francamente –, eu preciso de tudo, tenho necessidade de tudo, e apesar disso sou forçado a recusar a sua oferta, porque eu não tenho dinheiro nenhum, e o Sr. não me conhece, nem eu disponho de quem me apresente.’

– ‘Mas nós já estamos conhecidos – disse ele –, e o pouco que tenho está ao seu dispor.’

“Narrei então ao Sr. Ribeiro que estava chegando das casas dos meus parentes, com os quais nada tinha conseguido. Ele não fez comentário algum, e logo em seguida entregou-me o dinheiro de que tinha precisão para o pagamento dos trabalhadores, que nesse tempo ganhavam uma diária de uma pataca cada um, indicou-me os homens que eu devia procurar para o começo do serviço, e combinou comigo, para o dia seguinte, a venda a prazo de colheita, de todos os gêneros precisos.

“À noite, voltando para o sítio, eu nadava em alegria e esperanças.

“Fui feliz desde os primeiros tempos, e depois da colheita apenas fiquei devendo ao Sr. Ribeiro a profunda gratidão que não tem fim. Mas terminado o arrendamento, no fim de cinco anos, comprei o sítio, e na mesma ocasião mais dois pequenos sítios anexos, no todo de vinte alqueires, para o que precisei novamente de contrair um empréstimo com o Sr. Ribeiro, já nesse tempo meu compadre e amigo íntimo.

“A fartura de que eu hoje desfruto com a minha família, graças à bondade de Deus, teve origem naqueles mantimentos e naqueles cinquenta mil réis que me foram fornecidos pelo Sr. Ribeiro, e cinco anos depois pelo empréstimo que me fez, espontaneamente, e sem documento e sem juro, da quantia precisa para completar o pagamento das terras, por mim compradas – um conto e quinhentos mil réis.

“Aquele homem confiou a mim quantia relativamente grande, e gêneros que também representavam um valor relativamente elevadíssimo, no dia em que me via pela primeira vez. Um bom pai não teria feito mais por um filho.

“Deu-se esse fato há perto de quarenta e cinco anos, quando eu tinha pouco mais de vinte anos de idade, e eu lembro de tudo como se isso houvesse sucedido ontem.

“Conquanto o Sr. Ribeiro tivesse vivido bastante ainda depois

que eu me tornei fazendeiro, pois faleceu velhinho, com cerca de noventa anos, nunca me foi possível provar a ele a minha gratidão, pois nunca precisou de mim, e é por isso que eu hoje tenho o maior prazer em ser útil aos netos e bisnetos daquele meu amigo e antigo protetor.

“Ele era seu avô, e por isso eu sou muito feliz em ter podido prestar um pequeno serviço a você e seus irmãos e cunhados, e terei muito prazer se em qualquer coisa lhes puder continuar a ser útil no futuro.

“Assim cumpro simplesmente o meu dever.

“Se por ocasião da carestia dos dois anos passados eu já não fosse vivo, minha mulher e meus filhos teriam procedido para com os vizinhos como eu procedi, pois todos eles sabem do caso que acabo de lhe contar, estão para isso recomendados desde muitos anos antes, e estavam e estão prontos a pagar por mim essa dívida de gratidão aos descendentes do nosso antigo vizinho e protetor.

“O mesmo que eu acabo de lhe dizer pode você dizer aos seus irmãos e cunhados.

“Eu e minha família nunca deixaremos de honrar a memória de seu avô.”

Luciano, regressando a casa, agradavelmente emocionado, narrou à sua velha mãe quanto tinha ouvido, e esta disse:

– “Eu me lembro de tudo isso, e sabia que o Jaime ia proceder desse modo. Eu me recordo da primeira visita que ele fez a meu pai, há quarenta e cinco anos, e assisti à conversa e à combinação dos dois. Somente em um ponto ele faltou à verdade. É quando diz que nunca nos fez favor algum, pois por diversas vezes já nos foi útil, até mesmo no tempo de meu pai. Benditas sejam as almas que da gratidão, mesmo exagerada, fazem uma segunda religião!”.

A retribuição

O meu velho amigo Cirilo foi sempre um desses homens a quem o vulgo chama "sem sorte".

Trabalhando como um mouro desde a juventude, primeiramente na lavoura, depois no comércio, e mais tarde novamente na lavoura, chegou a possuir um bom sítio de cultura, e perdeu-o, e alguns anos mais tarde, a golpes de trabalho e economia, adquiriu uma boa casa comercial, que também perdeu aos embates da adversidade, por ocasião de uma das crises graves sofridas pelo nosso comércio do interior.

Voltou ulteriormente para a lavoura, mas trabalhando como empreiteiro nos terrenos de uma fazenda próxima, e continuando a residir dentro da cidade, em uma pequena casa de um bairro pobre.

Viúvo com cerca de trinta e cinco anos, contraiu segundas núpcias, e é hoje pai de numerosos filhos, todos ainda menores, achando-se ele agora não longe dos sessenta anos, mas ainda sadio e robusto.

Conheço-o desde a sua mocidade, desde o tempo, já longínquo, em que eu ainda era rapazote, e posso asseverar ter ele sido sempre um homem honrado, um cavalheiro digno de consideração e estima. Entre os seus atos de seriedade e honradez ocorre-me o do seu depoimento em um pleito de empenho, do qual era autor um chefe político de grande prestígio, cujo advogado ocupava importante posto na problemática representação popular no chamado Poder Legislativo, poder que entre nós ainda não é mais, infelizmente, do que o mais subserviente departamento do Executivo.

Chamado Cirilo à presença do outorgante e do seu poderoso causídico, procuraram estes sugestioná-lo sobre o modo pelo

qual deveria depor, amparando as sugestões com promessas no caso de aquiescência, e ameaças no caso contrário, aliás não esperado por eles. Cirilo respondeu ambigualmente, e no dia aprazado dirigiu-se ao fórum, e depôs a verdade, que sobre o caso era bem conhecida somente por ele, prestando assim um relevante serviço à causa da razão e da justiça, e, sem receio às iras dos poderosos, estendendo a mão protetora a uma família pobre injustamente perseguida.

É esse, em traços rápidos, o homem de quem desejo narrar um ato que constitui um dos pequenos capítulos das minhas *Pérolas Ocultas*.

Por um dos seus filhos me foi, espontaneamente, narrado o fato a que me reporto, dias depois confirmado por Cirilo e sua senhora, quando por mim interrogado.

Em uma tarde de certo domingo entrava Cirilo em sua casinha, situada, como eu já disse, em um bairro pobre da cidade, depois de um pequeno passeio com dois de seus filhos menores, quando avistou uma pobre mulher que vinha mendigando de porta em porta, recebendo aqui um tostão, ali um ovo, além um pão.

Lembrou-se então Cirilo de que nesse dia não possuía dinheiro algum a ser dado àquela pedinte. Tinha algum dinheiro a receber, possuía alguns gêneros alimentícios ainda na roça, e dispunha do preciso crédito, na praça daquela cidade, para não sofrer grandes necessidades na falta de recursos próprios. Não dispunha entretanto naquele dia de uma pequena moeda de níquel para uma esmola, e isso entristecia-o.

Ao entrar encontrou a esposa, e, perguntando-lhe se tinha ela uma pequena quantia para a esmola, obteve resposta negativa.

– Pois então você dará a ela qualquer auxílio em mantimento

– disse Cirilo. – Pode dar um litro de feijão.

– Nós temos pouco feijão – replicou a esposa –, apenas uns três litros.

– Pois desse pouco você pode tirar a metade e dar à mulher esse auxílio. Na semana próxima havemos de colher o nosso feijoad, que dará para o nosso consumo durante alguns meses, e depois havemos de nos arranjar de qualquer forma. Além disso, *a quem dá um de boa vontade pela porta da sala, Deus restitui dez pela porta da cozinha.*

Dizendo estas palavras, Cirilo entrou para o seu quarto, onde, tomando um jornal de sobre a mesinha, recostou-se em sua cama larga e cômoda, tendo os pés, calçados, sobre uma cadeira, com o duplo intuito de ler e descansar, enquanto os meninos brincavam alegremente no quintal.

Pouco depois chegava a mendiga, e ouviu-a Cirilo agradecer a vultosa dádiva, declarando ser a mesma muitas vezes superior à sua expectativa, e terminando ao despedir-se por pedir para aquele lar as bênçãos de Deus.

O meu amigo sentiu-se muitíssimo mais feliz por haver dado do que a pobre mulher de ter recebido a valiosa esmola.

Algumas horas depois, já esquecido o incidente, Cirilo e sua senhora, em sua modesta sala de visitas, palestravam com algumas visitas costumeiras de quase todos os domingos, quando um moço robusto, depois de pedir licença, entrou na sala vergado sob o peso de um volume que trazia às costas, e disse ao dono da casa:

– O patrão mandou-lhe “de presente” este saco de feijão.

Era um irmão e vizinho de Cirilo quem lhe enviava aquele presente, que na ocasião valia mais de cem mil réis (cem cruzeiros). Acabava de chegar do seu sítio de cultura, onde estivera toda a semana anterior ultimando a colheita, e de onde tinha já mandado todos os cereais para sua casa, na cidade, a fim de serem vendidos os que excedessem à quantidade necessária à sua despesa. De passagem, tinha observado ser

exígua a produção na pequena roça de Cirilo, e por isso tivera a lembrança de dar-lhe aquele saco de feijão, apenas algumas horas depois de ter seu irmão partido com uma pobre mendiga os três litros que possuía.

Cirilo, acompanhando o portador ao interior da casa, trocou com sua mulher um olhar expressivo, e ia dizendo consigo mesmo: "A quem dá *um* de boa vontade pela porta da sala, Deus restitui *dez* pela porta da cozinha...".

Ao regressar à sala, disse-lhe a esposa sorrindo, à meia-voz: "E foi mesmo pela porta da sala, e a quarenta por um...".

O recruta

O Exército brasileiro tinha iniciado, meses antes, a guerra sangrenta e longa contra o Paraguai, com enorme sacrifício do erário público e das economias particulares.

Mas era insuficiente o nosso Exército, composto, em 1865, de quatorze mil soldados somente, para repelir a avalanche dos noventa mil guerreiros, bem armados e bem disciplinados, que o pequeno Paraguai, na ditadura militar de Solano Lopez, atirara contra as nossas Províncias do sul. Para fazer frente a essa invasão, e mais tarde dominar as fortalezas inimigas, por muitos competentes consideradas inexpugnáveis, o Governo tinha necessidade do apoio do povo em geral, para o qual apelava então por meio do voluntariado e do recrutamento.

Insuficiente o quadro de voluntários, e incapazes estes, com os recrutas das primeiras levas, para se repelirem as incursões do inimigo, o Governo Imperial decretou a continuação do recrutamento, que começou a ser feito com dobrada energia por todo o interior, enquanto Osório, no sul, transformava em excelentes soldados os moços brasileiros para lá remetidos. Nesse sentido expediram-se ordens terminantes a todos os distritos deste vasto império, sendo obrigadas todas as autoridades, sob ameaças de penas rigorosas, a cumprir as determinações recebidas. Conduziam assim as autoridades, para as sedes dos respectivos municípios, ou capitais de Províncias, todos os jovens cujos nomes estivessem na lista a seu cargo.

Alguns desses moços, notificados, compareciam sem relutância, pela compreensão de assim estarem cumprindo um dever, ou pela persuasão da parte das mesmas autoridades ou de amigos, mas outros fugiam, desapareciam, embrenhavam-se nas matas, permanecendo às vezes longo espaço de tempo entre

frequentes perigos, e chegando não raro a resistir quando perseguidos em seus asilos. Alguns chegavam a mutilar-se, a deformar-se, amputando um dedo, a fim de se tornarem inaptos ao serviço militar...

Em certa ocasião, em alguns distritos do interior, tornou-se mais árdua a tarefa das autoridades na caça desses insubmissos. Beleguins da polícia, auxiliados por populares e oficiais da justiça, dirigidos por subdelegados de polícia, percorriam os campos, invadiam as casas, sondavam as florestas, aprisionando homens destinados ao sorvedouro da guerra, e algumas vezes cometendo atrocidades não comuns.

Entre numerosas atrocidades cometidas por esses representantes do poder, lembro-me das duas seguintes:

Um pequeno comerciante era credor de um delegado de polícia de certo município mineiro, por não pequena quantia, e um dia dirigiu-se à casa do devedor, a quem pediu delicadamente o pagamento do débito. O devedor disse-lhe: – O Sr. veio um pouco mais cedo do que eu esperava, pois eu ainda não tenho em casa o dinheiro; mas espere uns poucos minutos, e receberá o seu dinheiro”. O comerciante assentou-se calmamente, e o delegado, tendo escrito e endereçado às pressas um bilhete, ordenou a um empregado que levasse aquela missiva ao destino. O comerciante continuou a esperar, palestrando amistosamente com o delegado, até que, uns dez minutos depois chegaram inopinadamente um inferior e dois praças da polícia, que o prenderam e conduziram à cadeia local, onde ficou incomunicável o resto do dia e durante a noite, sendo transportado na madrugada seguinte para o posto militar mais próximo... como recruta para a guerra contra o Paraguai.

Um delegado de polícia, à noite, à frente de alguns soldados e guardas municipais, dirigiu-se a uma casa de campo onde residia um moço inscrito no registro de recrutas, e, aproximando-se em silêncio, a truculenta autoridade, em vez de chamar calmamente, esperando que lhe abrissem a porta, arrombou esta

com estrépito, e penetrou na casa, ameaçador, com os seus asseclas. Uma jovem ergueu-se da cama, assustada, e tombou com uma síncope, e um homem de cerca de trinta anos, enfermo, tiritando de febre, implorava que, em atenção à sua moléstia e à velhice de sua mãe viúva, não levassem naquela noite o irmão. O moço que procuravam não estava em casa, mas em viagem, e por uma triste coincidência regressava nessa ocasião. Vendo a porta arrombada, e deitada sobre o solo a irmã desfalecida, e a velha mãe a tremer de medo, e o irmão a tiritar de febre, dirigiu-se ao subdelegado, declarando não ter comparecido porque ignorava até na véspera a sua inscrição, e verberou-lhe com alguma aspereza o procedimento. A autoridade, vendo-a censurada, e reconhecendo que essa censura era apoiada pelos próprios guardas que o acompanhavam, arrancou da cinta um revólver, e com um tiro prostrou morto o jovem recruta que lhe ousara censurar o procedimento, e retirou-se deixando naquela casa um cadáver, um enfermo e duas mulheres desamparadas.

Mas assim como entre os espinhos agudos e traiçoeiros viceja a rosa, e entre os cardos agrestes sorriem formosas flores, e em um cacto parasitário, acostado a um tronco carcomido, encontra-se um fruto saboroso, entre esses homens sem consciência e sem entranhas existiam também indivíduos cheios de comiseração pelas desditas alheias, e homens cuja bondade poderia servir de modelo à posteridade e de título de nobreza à sua descendência.

É com um desses exemplos, infelizmente raros então e sempre, que eu honro este desprezioso capítulo de meu livro *Pérolas Ocultas*.

O subdelegado João Rodrigues dos Santos, do distrito de paz de Monte Verde, recebera a lista dos recrutas do distrito a seu cargo, com ordens severas contra os insubmissos.

Fez João Rodrigues as precisas notificações aos interessados, e no dia designado quase todos eles se apresentaram, na sede do distrito, no salão da subdelegacia, e ao romper do dia seguinte, depois de assistirem à missa que em sua atenção celebrara o vigário da paróquia, e de ouvirem o discurso patriótico pronunciado pelo médico do lugar, partiram para a sede da região militar mais próxima, ao som do hino nacional, executado por uma banda de músicos que o acompanhou até o fim do povoado, e acompanhados ainda por uma multidão onde havia pais, mães, irmãos, noivas e mais pessoas da família e das relações dos jovens recrutas.

Eu disse – quase todos – referindo-me aos moços inscritos na lista dos novos defensores da pátria, porque um deles, um somente, deixara de comparecer.

Alguns dias depois o subdelegado, a sós, dirigiu-se ao sítio onde sabia residir o conscrito faltoso, a mais de duas léguas do povoado.

Estradas de pouco trânsito, em parte cobertas de capim e outros vegetais, e em diversos trechos, de um e outro lado, vastos roçados, alguns dos quais já queimados, vendo-se numerosos escravos que ajuntavam lenha em grandes montes, à margem do caminho. Ao longe, em frente, toda a vertente em fogo: era a queimada. E pelo ar abafadiço, enfumaçado, sem sol, flutuavam folhas queimadas, baloiçando-se ao sopro leve da aragem quente de agosto.

João Rodrigues dos Santos, numa tristeza indefinida, deteve por alguns minutos a alimária, e do ponto elevado onde se achava examinava detidamente os arredores, mergulhados, como ele, na mesma tristeza muda e indefinida, quando das proximidades de uma casinha rústica, situada na encosta à esquerda, surgiu um cavaleiro que veio ao seu encontro, isto é,

em direção ao povoado. Com esse cavaleiro falou João Rodrigues durante alguns momentos, dele obtendo as desejadas informações sobre a direção a tomar, e continuou a viagem seguindo por um trilho, à direita, morro acima, em parte por entre alas de bambus, e sempre pisando a vegetação rasteira da encosta, até parar, afinal, quase em frente a uma casa de aspecto pobre, mas bem cuidada, construída a meio de um declive que terminava em um córrego, e junto a um vasto canal onde trabalhavam diversos homens. À direita da casa, sob uma cobertura de telhas que era a continuação de um pequeno celeiro, rodava morosamente um engenho de madeira, tirado por um cavalo, e ali duas moças moíam a cana cuja garapa seria transformada em rapaduras ou açúcar de forma.

Recebido à porta por uma senhora idosa, o subdelegado de polícia apeou, entrou, e, aceitando a cadeira tosca que lhe era oferecida, entrou sem demora no assunto que o levava àquela casa. Que os outros recrutas tinham-se apresentado espontaneamente, e tinham seguido no dia marcado, apenas faltando o filho dessa senhora, ao qual vinha então falar, e que era muito contra sua vontade que ali se apresentava, cumprindo amargamente o seu dever, e concluiu declarando que o recruta João Rodrigues dos Santos – nome exatamente igual ao seu – ficava avisado que devia comparecer cinco dias depois, a fim de seguir para Ouro Preto com os recrutas de dois municípios vizinhos.

A mulher declarou, em resposta, que seu filho teria comparecido se o pai não houvesse enfermado, na antevéspera da partida, com uma congestão cerebral, da qual não havia esperanças de completo restabelecimento, e que, achando-se ela também enferma, devido aos trabalhos e vigílias pela enfermidade do marido, contavam todos com o amparo do filho, pelo menos durante alguns meses, pois os outros filhos eram casados e residiam a distância...

A pobre senhora falava com sentimento, e lágrimas

abundantes corriam-lhe pelas faces.

Conduziu o visitante ao quarto do enfermo, que aliás começava a andar, mas hemiplégico, e mostrou, ao longe, o filho que trabalhava na conclusão de um pequeno roçado em companhia de alguns empregados.

João Rodrigues, conversando com o enfermo, aceitou a xícara de café que uma das moças lhe ofereceu, e depois de mais meia hora de palestra, sobre vários assuntos, saiu a percorrer, com uma das moças e a velha senhora, todas as dependências da pequena propriedade agrícola, tomou parte no modesto mas delicado jantar da família, e retirou-se, à tarde, deixando a promessa de que o moço não seria perseguido, e ficaria isento mesmo do serviço militar. Como recompensa, pedia apenas o mais absoluto sigilo sobre o caso.

As duas moças, muito simpáticas, em trajés de serviço, sorrindo alegremente ante a promessa do subdelegado de polícia, acompanharam-nos até a porteira do terreiro, onde a alimária comia pacatamente o seu milho em um pequeno cocho, e ofereceram-lhe flores, e fizeram-no aceitar laranjas em um pequeno e alvo bernal de algodão.

Ao despedir-se, João Rodrigues tinha os olhos úmidos, enquanto as duas irmãs sorriam, lembrando ao moço que se retirava esperar outras visitas suas.

Descendo o morro, a passo vagaroso, e cavalgando a sós em demanda da estrada, então deserta, João Rodrigues pensava na sua estranha promessa de proteção àquele insubmisso, e media a grande responsabilidade que lhe poderia caber, e a extensão do sacrifício que tal ato lhe poderia custar.

E seguia triste, meditando profundamente.

Chegando à várzea, lançou um último olhar à casa dos pais do moço inscrito na lista do recrutamento, casa ainda visível, ao longe, por entre as árvores, raras, que sucediam, na descida da encosta, ao bambuzal espesso, e percorreu o olhar, vagamente, por toda a restinga, e pelos campos vizinhos, então

despovoados, enegrecidos pelo fogo das queimadas, e mal iluminados pelos reflexos avermelhados do sol, oculto pela densidade da fumaça, e já prestes a desaparecer no ocaso.

– “Eu e o moço temos o mesmo nome – dizia consigo o viajante – e é pequena a diferença entre a minha idade e a dele. São poucos anos mais os que eu conto de vida – uns três, se me não engano. Mas ele tem pai, mãe, irmãs, irmão, sobrinhos, noiva, e eu vivo solitário. Meus pais já não existem, irmãs eu não conheci, e minha noiva traiu-me, casando-se com um moço que ela supunha rico, e que abandonou-a covardemente três anos depois, com dois inocentes filhinhos. E eu fiquei abandonado, a sós, nesta terra onde nasci, vivendo como se estivesse em uma terra estranha. Meus irmãos, casados, mudaram-se para lugares afastados, não permanecendo neste distrito nenhuma outra pessoa da família. Tenho como família alguns amigos apenas. Hoje, aos vinte e oito anos de idade, sou o maior comerciante do distrito, tendo adquirido uma pequena fortuna, relativa ao meio, em 10 anos de trabalho metódico e de economia. Mas tudo quanto possuo é pouco, é insuficiente, para me fazer feliz. Minha casa é vasta e cômoda, mas... tão vazia! O moço recruta, embora pobre, é mais feliz do que eu, pois é amado, é noivo, e é útil a seus velhos pais e às suas irmãs. Uma dessas, Iracema, demonstra, há bem tempo, pronunciada simpatia por mim; mas meu coração, ferido profundamente no primeiro amor e na primeira perfídia, não corresponde a esse generoso afeto. A essa família fiz hoje a minha primeira visita, que também será a última, se me não enganam as minhas tristes previsões. Mas, afinal, a partida desse moço para a guerra seria a miséria para a família, seria talvez a morte do pai, seria o desamparo da mãe e das irmãs...”

Assim pensando, assim dizendo consigo mesmo, continuava João Rodrigues a caminhar para a sede do distrito, ainda à distância de alguns quilômetros.

Era noite.

No dia seguinte, às primeiras horas, dois homens práticos, auxiliados pelo próprio negociante e seu caixeiro, procediam a um balanço rápido mas minucioso na casa comercial de João Rodrigues dos Santos, e este, terminado o balanço, na noite do terceiro dia de trabalho, firmava um contrato com esses três homens, isto é, com o seu antigo empregado Josias de Abreu e os irmãos deste, Hilário e Antônio de Abreu, vendendo-lhes o seu estabelecimento comercial, com o seu ativo completo, inclusive móveis e semoventes, e constituía um procurador para o fim especial de em seu nome vender aos mesmos compradores os dois prédios de sua propriedade, assinando a respectiva escritura.

Os compradores ficaram responsáveis pelo passivo, aliás, diminuto, e a cada um deles cabiam atribuições especiais.

O pagamento deveria ser feito na agência bancária mais próxima, em parcelas, de seis em seis meses, e ali o vendedor poderia receber cada parcela, com os juros, um ano depois de ter sido ela ali depositada.

No caso de não serem tais quantias reclamadas pelo seu proprietário, ou procurador seu legalmente constituído, no devido tempo, continuariam elas a vencer o mesmo juro, com o prazo de mais um ano, e o mesmo sucederia não sendo reclamadas no fim do segundo ano. As quantias não reclamadas ao findar o terceiro ano, isto é, após o decurso de três anos a contar do dia do respectivo depósito – se tal sucedesse –, deixariam de pertencer a João Rodrigues, e seriam creditadas aos herdeiros deste, com a obrigação de, retirando-as, dividirem entre si apenas a metade, entregando trinta por cento ao recruta isento João Rodrigues dos Santos e suas duas irmãs, e entregando à firma sucessora os restantes vinte por cento, os quais deveriam ser partidos em duas porções iguais, sendo uma aplicada em melhoramentos, exarados no contrato, na sede do distrito, e a outra repartida entre os pobres do lugar.

Era esse, em resumo, o contrato entre João Rodrigues dos

Santos e os compradores, com os quais tinha ele ilimitada confiança, subindo toda a compra a um pouco mais de cem contos de réis.

Ultimados esses negócios, com a previsão talvez de jamais regressar, João Rodrigues dos Santos, declarando passar alguns meses em viagens, despediu-se de algumas pessoas íntimas somente, e retirou-se de Monte Verde, a cavalo, com destino ignorado.

Ninguém compreendia os planos daquele homem.

Como poderia ele livrar do serviço bélico, sem compromissos, o jovem recruta seu homônimo? E com que intuito se retirava, incluindo-o, e as duas irmãs, no número dos seus herdeiros, para a eventualidade de não regressar a Monte Verde, isto é, prevendo a própria morte?

Ninguém o compreendia.

Ao retirar-se deixara uma carta dirigida ao pai do recruta, carta que foi entregue no dia seguinte, mas apenas divulgada dois anos depois, na qual assegurava que o filho ficava inteiramente livre do serviço militar, e participava a sua resolução de viajar, a venda da casa comercial e imóveis, e as disposições, no contrato, que poderiam interessar àquela família. Declarava ainda na referida missiva que, agindo daquele modo, obedecia às sugestões do seu coração, e cumpria um dever de consciência, sem entretanto faltar aos seus deveres de autoridade.

Durante alguns meses o caso de João Rodrigues continuou a constituir a parte principal das palestras, em Monte Verde e nos distritos vizinhos, ninguém chegando a uma conclusão plausível sobre tão enigmático modo de proceder.

Desde os primeiros dias alguns indivíduos propensos à maledicência avançavam que João Rodrigues dos Santos, autoridade, protegia a João Rodrigues dos Santos, recruta, porque este tinha duas irmãs formosas, uma das quais não era indiferente àquele...

Esses murmúrios foram cessando, a pouco e pouco, e dois anos depois somente em Monte Verde faziam-se ainda comentários sobre o caso, sem notícia alguma do subdelegado, que entretanto não fora substituído. Não tendo sido reclamadas as quantias depositadas na agência bancária, iam os juros sendo acumulados, com a renovação do prazo de ano em ano.

Os três irmãos que tinham adquirido as propriedades e negócio continuavam a progredir, e o moço inscrito na lista dos recrutas, nada tendo a temer, uniu-se pelo matrimônio à eleita do seu coração, e vivia feliz, com sua esposa, ao lado dos seus velhos pais, que os cobriam de bênçãos.

O fato já era bem comentado, quando, mais de dois anos depois, os jornais, noticiando os sangrentos combates da tomada da ponte de Itororó, noticiaram:

“Entre os mortos estava o sargento João Rodrigues dos Santos, do distrito de Monte Verde, Província de Minas Gerais, incorporado ao Exército, como recruta, dois anos antes, e promovido sucessivamente até o posto de sargento devido aos seus atos de heroísmo, principalmente no perigoso trabalho de salvamento de feridos.”

SEGUNDA PARTE

Fatos e Comentários

A maior das obras de Deus

Convidado a opinar, para as páginas de uma revista, sobre a grandeza das obras de Deus, isto é, convidado a declarar qual dessas obras sublimes, em minha opinião, é a mais elevada, mais bela, mais perfeita, conservei-me longamente em silêncio, receoso de ser uma falta dissertar sobre assunto de tão provada transcendência.

Como poderia eu, pequenino, finito, frágil, alçar o pensamento à imensidade, ao infinito, à grandeza e ao poder do Pai Celeste?! Eu, tudo ignorando, verme minúsculo da Terra, erguer o olhar à onisciência do Ser Supremo?!

O que hoje faço talvez seja, portanto, uma ousadia. Tão grande é, porém, a misericórdia divina, que extinguirá a minha falta cobrindo-a com o manto do seu perdão sublime.

Mas o meu ato, neste rude escrito, não é uma falta para com o Onipotente, mas apenas perante os homens; pois a Grandeza Infinita, que domina o universo, não será jamais atingida por um obscuro verme deste mundo.

Falta no tempo, e não na eternidade; ousadia perante meus irmãos, os homens, e não para com o Eterno, o Pai.

Perdoai-me, pois, Deus e Senhor meu, se for ousadia proclamar qual é, de vossas obras sublimes, a mais elevada, a mais bela, a mais perfeita.

Perdoai-me, pois; não por Vós, a Quem a minha ousadia, se assim o meu ato for considerado, jamais atingirá, mas pelo conceito que de mim podem fazer os homens, hóspedes, como eu, deste ponto minúsculo da imensidade, denominado Terra, se

me puder molestar esse conceito, ao verem-se eles abordar assunto de tão extraordinária transcendência.

Perdoai-me, pois, Deus e Senhor meu, e permiti-me proclamar, neste rude escrito, qual é, dentre vossas obras sublimes, a mais bela, a mais perfeita.

Quando, durante o dia, eu volvo o olhar pelo espaço que nos circunda na Terra, e imagino a quantidade de espaços semelhantes de que é composta a superfície desta enorme esfera, minha alma se extasia de admiração ante o Criador deste mundo. E vendo o sol que nos ilumina e aquece, e lembrando-me de que esse sol é o centro de um sistema de mundos semelhantes ao nosso mundo – maiores uns, e outros menores, mas todos cheios de luz e de vida, e todos habitados ou habitáveis por humanidades semelhantes à deste mundo –, meu espírito perde-se em conjecturas acerca da grandeza e do poder do Senhor Supremo.

Se cada uma dessas moradas possui a sua atmosfera, as suas selvas, os seus rios, os seus mares, a sua fauna, as suas montanhas, os seus vales; se sobre cada uma delas existe e evolui uma raça pensante; se em torno desses mundos gravitam astros secundários, que são outras tantas luas iluminando-lhes as noites com os revérberos do astro-rei; e se cada uma dessas esferas, girando no espaço, tem as suas estações e as suas belezas naturais, e tem também quanto vemos entre nós de encantador e grandioso, todo o meu ser vibra, de admiração e de deslumbramento, contemplando nessas maravilhas o poder do Senhor Supremo.

Mas entre as obras de Deus, algo existe mais elevado e mais belo.

Quando, à noite, atiro um olhar à imensidade, e contemplo os milhões e milhões de estrelas que povoam esses espaços sem-fim, minha alma sente-se extasiada perante a magnificência do Ser Supremo, sabendo ser um sol cada uma dessas estrelas, ao redor do qual gravitam astros que são outros tantos mundos, habitados ou habitáveis, centenas ou milhares de planetas e seus satélites, girando no espaço, e levando cada um desses mundos as suas maravilhas particulares, as suas raças ignotas, as suas belezas naturais, uma fauna talvez estupenda, uma flora talvez exuberante, e talvez os seus sábios, os seus gênios, os seus admirados cientistas...

E cada estrela é um sol, em torno do qual há outros mundos semelhantes a este que nós habitamos; e essas estrelas são tantas, isto é, são tão numerosos esses astros-sóis, centro ao redor dos quais vivem e giram astros, que, se as pudéssemos contar, veríamos, maravilhados, que o seu número é maior do que o número de gotas d'água que o nosso oceano contém!

São tantos esses sóis misteriosos, perdidos para nós pelo infinito, que a lenda antiga pretendeu ver, esparso na amplidão, o branco líquido de onde se derivou o nome de Via Láctea, nome dado ainda àquele magnificante e imenso cardume de estrelas, que aos nossos olhos parecem unidas umas às outras, estando entretanto separadas entre si por distâncias incomensuráveis.

Contemplando, à noite, aqueles sóis longínquos, e imaginado o sistema solar que cada um deles preside, e pensando nas outras maravilhas do espaço infindo, com as suas nebulosas – germens talvez de futuros mundos –, e os cometas misteriosos, de alongadas elipses, minha alma é arrebatada e curva-se, submissa e deslumbrada, ante a magnificência de Deus, que tudo dispôs nesse universo sem-fim.

Mas entre as obras de Deus, eu penso existir algo mais elevado e mais belo.

Quem, como eu fiz, já se embrenhou a sós por uma floresta espessa, onde não se ouvisse a voz de outro ente humano, e aí viu árvores colossais, e frutos, e flores, e aves canoras, e animais silvestres, e aí conservou-se longo tempo a pensar sobre a riqueza imensa das selvas, sobre a quantidade admirável de seres vivos aí ocultos, e acerca dos mistérios aí entrevistos, deve ter ficado deslumbrado pela grandeza e pela sabedoria do Senhor Supremo.

Como pode, em uma pequenina semente, ocultar-se o gérmen de uma árvore gigantesca?! Como pode o tronco anoso ser oriundo de um fruto quase informe, e tanto se elevar e se fortalecer que chega a resistir com galhardia à fúria dos vendavais?! Como pode, do solo impuro, subir a haste flexível onde desabrocha a flor?! E as aves, com o seu canto e os seus ninhos, e as flores, com o seu perfume, e as águas cristalinas do riacho que murmura?!

Em tudo, e por toda parte, vemos a magnificência do Senhor Supremo – nas grandes e nas pequenas cousas da criação, no majestoso roble como no musgo humílimo, nas asas possantes da águia como no esvoaçar do esbelto colibri, para o qual nunca houve segredos para a permanência em um ponto do espaço.

É tão grande o poder, e tão admirável é a sabedoria de Quem criou as selvas, e nelas fez surgir quanto nelas vive e sente, que minha alma se eleva, comovida e deslumbrada, pensando na bondade infinita que tais maravilhas criou.

Mas entre as obras de Deus, algo existe mais elevado e mais belo.

No silêncio dos campos, na solidão das selvas, ou à vista do oceano, longe, bem longe do bulício dos outros entes humanos, é que nossa alma se eleva mais diretamente aos pés do Senhor

Supremo.

O silêncio dos campos e a solidão aproximam-nos de Deus.

Alta noite, junto à cidade adormecida, quem já esteve, a sós, à luz argêntea da lua, contemplando o oceano, e sentindo, a seus pés, o embate forte e sonoro das vagas de encontro às pedras da margem deve ter sabido compreender como é grande o mar, formoso nos seus dias de calma e nas suas noites silenciosas, majestoso e belo nos mistérios que encerra em suas entranhas profundas, e mesmo em sua imensa superfície, e imponente e tétrico, mas ainda assim formoso, nos seus dias tempestuosos, nas suas noites de trevas e de borrasca, quando o nauta lhe vê as fauces dos abismos, pressentindo, nos ares revoltos, a voz ameaçadora, de morte e de extermínio, contra o frágil batel assim exposto à fúria dos ventos e das vagas.

No fundo ainda quase desconhecido do oceano, nos seus vales profundos e nas suas escarpadas montanhas, que estranha flora vegetal e que extraordinária fauna habita?!

Em cada gota de sua água existe o que a fraqueza do nosso aparelho visual nos não permite distinguir; mas as lentes do microscópio aí descobrem seres que vivem, que sentem, e talvez – quem o poderá negar? – que progridem, que evoluem...

Vendo esse mar imenso, com o desejo insano de lhe desvendar os arcanos, nossa alma se prostra, reverente, perante a grandeza dos mares, em tudo sentindo a magnanimidade de Deus, o Ente infinitamente poderoso e sábio para Quem não há mistérios em todas essas maravilhas.

Mas entre as obras de Deus algo existe mais elevado e mais belo.

Perdoai-me, Deus e Senhor meu, pela ousadia em que eu talvez esteja incurso, não perante Vós, mas perante meus irmãos, os homens, proclamando que alguma cousa existe, entre

as vossas obras sublimes, mais elevada, mais bela, mais perfeita do que o mar imenso com todos os seus mistérios, do que as florestas espessas com todas as suas riquezas, do que a Terra onde habitamos com todas as suas belezas naturais, e do que a amplidão infinda, povoada de mundos incontáveis, e repleta de maravilhas, e que é, toda ela, como que um hino perene de glória para com o Senhor Supremo, para com a sabedoria infinita do Criador.

Algo existe, pois, entre as obras de Deus, mais elevado, mais belo e mais perfeito do que a Terra, o mar e o infinito.

Eu penso que, entre as obras sublimes de Deus, a mais elevada, a mais bela, a mais perfeita é, incontestavelmente, o amor de mãe.

Que seria do indefeso entezinho se lhe faltasse o carinho materno?!

Iniciando a vida terrena, o recém-nascido chora, lamenta-se. Talvez sejam os protestos da ave altiva e livre, que se librava nos ares, contra as agruras do nosso mundo, cadeia de almas que recebe mais um sofrimento.

Ei-lo, o recém-nascido, pequenino, quase inerte, privado da consciência e da palavra, e ignorando a importância da sua missão, mas já envolto em faixas, e docemente estendido sobre o fofo colchãozinho do seu leito suspenso.

E alguém vela, dia e noite, à beira do pequenino berço.

Ao abrir a criancinha os seus olhos doloridos, pouco afeitos ainda à nossa luz, alguém, num sorriso santo de felicidade, de esperança e de amor, vem depor-lhe, sobre o corpo rosado, sobre os bracinhos tenros, sobre as mãozinhas apertadas, sobre a lisa e pequenina face, um sem-número de beijos castos, impregnados do amor mais puro e mais santo.

Se chora o inocentinho, há alguém, a seu lado, que o embala

e consola, que o defende contra as intempéries, que o alenta com carinho inexcedível, com afeição incomparável.

É sua mãe.

A mulher é mais formosa quando é mãe. Não lhe reconheço a verdadeira beleza se lhe não vejo nos braços o filhinho amado.

Sempre foi este, para mim, o quadro mais belo da criação: a mãe, sorridente, tendo nos braços o filhinho a sugar-lhe os seios túmidos.

É a carne da sua carne, a vida da sua vida. Representa para ela um mundo inteiro de amor, e concentra para ela as mais fagueiras, as mais belas e lisonjeiras esperanças.

Que seria do inocentinho se lhe faltasse o carinho materno?!

Mas passam dias e noites, decorrem semanas, escoam-se meses, sem que, por um momento, falte quem vele junto a seu berço, ou durma a seu lado, ouvindo-lhe o respirar calmo da inocência e da confiança, ou despertando ao som do mais ligeiro vagido, para novos cuidados, para novos esforços pela saúde e pela tranquilidade do pequenino ente tão ternamente adorado.

Mesmo durante o sono reparador, a mãe, amorosa e boa, vê em sonhos o filho querido.

E os meses continuam a passar, e vão os anos decorrendo. Com o perpassar do tempo não diminuem, porém, os cuidados maternos. O filho tem crescido em idade, em forças, em tamanho, em raciocínio, e então é tempo, para a mãe dedicada, de lhe formar a alma, de lhe incutir a crença em Deus e na imortalidade, de lhe inspirar amor ao bem e ao próximo.

No correr da vida muitos homens são, física e moralmente, os indivíduos que suas mães idearam.

Sem o amor materno, numerosas criaturinhas pereceriam, não podendo resistir aos perigos da primeira infância, e a quantos sobrevivessem faltariam, no futuro, os sentimentos mais nobres que apenas um coração de mãe sabe inspirar, e o mundo estaria, conseqüentemente, pleno de deformidades.

É por tudo isso que eu penso ser o amor de mãe a mais elevada, a mais bela e a mais perfeita das obras sublimes de Deus, mesmo quando essa maravilhosa criação da bondade divina é comparada às selvas, ao mar e ao espaço, e a quanto existe nas selvas, no mar e no espaço.

Ao inocentinho que entre nós vem viver, falta às vezes, nos seus primeiros tempos de existência terrena, o carinho materno, porque a mulher a quem deve a vida terminou, cedo ainda, a sua vilegiatura neste mundo de incertezas; mas então, tão grande é a misericórdia divina, que o pequenino orfanado é recolhido com afeto e carinho, pressurosamente, por um coração a quem a ternura de outra progenitora soubera transferir, anos antes, quanto de afeição e de cuidados sabe abrigar um coração de mãe.

E é assim, mesmo indiretamente, que a infinita bondade de Deus se manifesta através da mais sublime de Suas obras – o amor de mãe. Sem ele, o nosso mundo seria um caos. Os mais nobres sentimentos humanos desapareceriam. O amor conjugal passaria a ser uma convenção. A verdadeira fé religiosa seria substituída pelo negro cepticismo. O dever seria do domínio dos códigos.

Deus, criando o amor materno, agiu menos como Senhor do que como Pai. Essa criação, a mais sublime, é filha da Sua ciência sem limites, mas inspirada pela Sua misericórdia imensa e pelo Seu amor infinito.

Eu penso, pois, que a mais elevada, a mais bela, a mais perfeita das obras de Deus é, incontestavelmente, o amor de mãe...

Examinemos uns fatos, entre numerosos que me ocorrem.

Um dos meus amigos fora acometido por uma doença grave, no crânio, e era necessária uma intervenção cirúrgica. Para isso dirigiu-se à capital, acompanhado da esposa; mas os mais ilustres facultativos, por ele procurados, exigiam que primeiramente ele se fizesse mais forte, mais robusto, de modo a resistir à dolorosa operação, pois estava tristemente abatido no físico e na moral.

Entre esses facultativos estava um parente e amigo do enfermo. Esse ilustrado clínico, porém, devia seguir naquela ocasião para o sul, em trabalhos da sua honrosa profissão, e, fazendo-lhe a última visita de médico, partiu quase convicto de não mais o encontrar à sua volta, tão pálido e desanimado estava o pobre moço.

No dia seguinte, também a esposa do enfermo abandonou-o naquela metrópole, e voltou à terra natal, onde enfermara gravemente o velho pai.

Cerca de trinta dias se escoaram. Em uma bela tarde de verão, o ilustre médico, regressando de sua viagem ao sul, quis, antes de se dirigir ao lar, saber notícias do primo enfermo, e encontrou-o forte, animado, bem disposto, à porta da casinha ajardinada que lhe servia de residência. Parecia em plena saúde.

O moço correu ao encontro do recém-chegado, estendendo-lhe as mãos numa saudação cheia de afeto, mas o doutor, antes de lhe corresponder ao cumprimento, asseverou:

– Tua mãe está aqui contigo.

– Sim – respondeu o moço; – há mais de vinte dias. E por que o dizes?

– Porque somente um amor de mãe é capaz de voltar à vida

um quase moribundo – respondeu o doutor.

E realmente com o enfermo estava sua mãe, que, sabendo, vinte e cinco dias antes, em que condições estava o filho, correria em seu auxílio. Mal podendo dispor dos recursos necessários à longa viagem, partira pelo primeiro comboio.

A pobre senhora não conhecia a capital, mas seguiu sem relutância; não dispunha de uma companhia, mas seguiu a sós.

Sem os cuidados assíduos de uma mãe amorosa, sem o tratamento carinhoso e incansável daquela a quem devia a vida, jamais o pobre enfermo recuperaria as forças, e nunca se elevaria, física e moralmente, às condições necessárias à intervenção cirúrgica.

Pouco depois era o moço operado, e iniciava a curta fase de convalescença, terminada em completo restabelecimento.

De quanto é capaz um coração de mãe? É sempre o mesmo o seu amor, em todas as épocas da vida do filho, e por este sacrifica a fortuna, os gozos da vida, o fruto do seu labor insano, os confortos de um lar feliz, a própria saúde, a própria vida, enfim, se tanto se tornar preciso, tudo fazendo sem um queixume, e considerando-se feliz em concorrer para a felicidade do filho querido.

Quando entrardes em uma cadeia, em visita de caridade, ou quando percorreres as dependências de uma penitenciária, levado pelo desejo de fazer o bem como discípulo de Cristo e como cidadão, procurai, um por um, em particular, os criminosos condenados pelos delitos mais horrendos, mais terríveis, e a cada um desses infelizes perguntai com interesse afetuoso:

“Onde reside tua mãe?”

Um deles responderá: "Não conheci minha mãe, senhor; faleceu quando eu nasci".

E outro vos dirá: "Minha mãe faltou-me na primeira infância; não existe mais".

E um outro vos explicará: "Eu fugi da casa de meus pais quando ainda era menino, e nem sei sequer se minha mãe ainda existe!"

E outro infeliz vos elucidará: "Eu sou um filho do erro, e as convenções sociais baniram-me do lar. Não sei quem é ou quem foi a minha mãe".

Dai a cada um desses infelizes, se disso necessitarem, uma pequena lembrança que lhes deixe um pouco de conforto material, e a todos eles dedicai uns momentos de consolo, descerrando-lhes as portas longínquas da esperança pelo caminho da fé, do arrependimento, da regeneração e do amor, e serenai o vosso espírito, ao deixardes esse campo de misérias, pensando na bondade infinita de Deus, que a todos os Seus filhos aguarda com o Seu perdão de Pai amantíssimo.

Conheceis decerto alguns homens moralmente são, cujas qualidades, como chefes de família, e amigos, e funcionários, e cidadãos, podem ser tomados como modelo. Encaminhai-vos a alguns deles, particularmente, na direção de um estabelecimento industrial, ou à banca honrada de um advogado, ou à cátedra do mestre erudito, ou no laboratório onde trabalha o sábio, ou ao consultório de um facultativo que de sua ciência faz um sacerdócio, ou a qualquer parte, enfim, onde trabalha um homem com honra, com dedicação e com fé, e a cada um deles interrogai:

"Senhor, eu desejava saber a quem deveis a posição que ocupais. Quem vos ensinou a subir com honra, a engrandecer-vos sem soberba, a devotar-vos ao bem? Deveis a compreensão

dessas verdades ao vosso próprio mérito, aos vossos próprios esforços pessoais, ou tivestes um mestre que vos apontou o caminho do bem, da honra, do dever?"

Algun desses homens, dirigindo-se ao interior de sua residência, de lá regressará trazendo pelo braço uma velhinha sorridente, que vos apresentará nestes termos: "É minha mãe..."

Outro, menos feliz, ouvindo a vossa pergunta, erguerá a destra em direção a um quadro que lhe honra a câmara de trabalho, e vos dirá com os olhos úmidos de pranto:

"Cavalheiro, eu tive uma mãe".

E diversos outros dar-vos-ão respostas semelhantes.

É que o amor de mãe não se confina somente num berço. Não justifica a alegoria grega do amor-menino. Acompanha o filho desde o primeiro vagido até que um desses dois entes desaparece da vida terrena, e depois ressurgue na vida futura, e vive e brilha pela amplidão infinda.

Vi algures uma família sem chefe, uma viúva coberta de luto, alguns infantes sem pai, um lar onde a desdita se alojara. Pouco tempo antes habitavam ali a alegria e a esperança. Mas um dia morrera o chefe da família, o pai, esvaindo-se em sangue, horrivelmente ferido pelo ferro homicida que seu próprio filho manejara.

Muito jovem ainda, o imberbe matador pensou na fuga, mas o remorso atirou-o às mãos da justiça dos homens, que o condenou à pena máxima.

Por que cometera ele o horrendo crime? Defesa de alguém? Defesa própria? Sugestão de um Espírito devotado ao mal? Medo de opinar, nas desarmonias domésticas, se existiam, contra quaisquer arbitrariedades paternas? Ou ausência de cultivo moral, ou falta de crença, ou um momento de loucura?

Ninguém o sabe. Ninguém o saberá talvez.

E o infeliz parricida, muito jovem ainda, quase adolescente, viu fechadas após si as férreas portas da penitenciária, e viu que ao longe, junto a uma aldeia pacífica, naquela herdade anteriormente alegre e calma, ficava uma família banhada em lágrimas e coberta de luto e de vergonha.

Pois a mãe extremosa desse infeliz, vendo-o embora culpado de tanta dor, de tanta e tão acabrunhadora desdita, saía à procura de clemência para o filho parricida. Com o coração a transbordar de amor, e a alma de mãe a ressumbrar de afetuoso perdão, deixava bastas vezes o lar, e despendia não pequena parte do fruto do seu trabalho e das suas economias, e partia, viajando com sacrifícios inauditos, a fim de impetrar perdão para o filho, o seu primogênito, tanto mais querido quanto mais desditoso se tornara, até que um dia, quase vinte anos depois do horrendo crime, um dos dirigentes deixou-se comover pelas suas lágrimas, pelos seus rogos, e restituiu-lhe o filho.

Tem muito de divino o amor de mãe, ao qual nem o crime, e crime tão atroz, consegue jamais arrefecer.

No interior de um castelo antigo e nobre, no centro de uma família de costumes austeros, penetrou um dia a desonra: uma criança devia em breve surgir à luz, sem que anteriormente se houvesse efetivado um matrimônio. Era necessário desaparecer a prova do erro. Assim opinava a velha castelã, e assim confirmava a jovem, filha única, que tivera a fraqueza de crer nas juras fementidas de um moço pervertido pelos maus exemplos da época.

Para que desaparecesse o inocentinho, porém, esbulhado até dos seus direitos de herança, pensou a rica fidalga dever falar ao velho e sábio arcebispo – naqueles tempos em que, como disse Vieira, os vasos eram de pau, mas os sacerdotes eram de ouro –, e o prelado, profundo conhecedor do coração humano, declarou

a ambas as senhoras que o caso era justo, e seria a ação digna da aprovação de Deus, mas apenas sendo ele, o arcebispo, quem recebesse o inocentinho e se encarregasse de o extraviar, sob o mais rigoroso sigilo, o que poderia ser feito somente depois que a jovem mãe conservasse consigo o pequenino durante três dias...

E efetivamente o velho prelado, algum tempo depois, entrando na alcova alcatifada onde tinha nascido, três dias antes, a inocentinha criancinha, dirigiu-se à jovem mãe, que a amamentava sorrindo, e disse, estendendo-lhe as mãos: "Venho reclamar o recém-nascido a fim de fazê-lo desaparecer, concluindo a minha missão".

– Não – respondeu-lhe a mãe com firmeza; – o meu filho não se arredará de mim. Eu o criarei com dedicação e com amor.

– E eu tudo farei para que o meu amado netinho seja feliz entre nós – asseverou a velha fidalga sorrindo ao pequenino.

Eram dois corações de mãe. Afrontavam o opróbrio, e encaravam desassombadamente as convenções sociais, desprezando todas as censuras que pelo mundo lhes pudessem ser feitas, e conservavam consigo, amorosamente, com carinho inexcedível aquele pequeno ser, cujos olhos misteriosos pareciam envolver uma carícia, e cujos lábios rosados pareciam esboçar, a meio, um sorriso de gratidão e de afeto.

O arcebispo sorriu, satisfeito. Aqueles três dias tinham sido suficientes, e mais do que suficientes, para despertar no coração da nobre e orgulhosa castelã o amor ao pequenino infante, de quem era duas vezes mãe, e para substituir, no coração da jovem fidalga, a afeição mundana pelo amor puríssimo de mãe.

Já não consentiriam que lhes arrebatassem dos braços o filho querido.

Eu penso, pois, que entre as obras grandiosas de Deus a mais sublime é o amor de mãe.

II

A mulher na política

Sou e sempre fui favorável ao voto feminino. Antes de ser ventilada entre nós essa questão, muitos anos antes de ter ela ocupado, no Brasil, um lugar saliente entre as ideias externadas de numerosos pensadores, já eu tinha escrito na imprensa periódica sobre os direitos da mulher quanto à política.

Há já alguns meses, uma distinta senhora deste lugar, viúva, mãe e irmã de estimados amigos meus, trouxe-me um artigo, recortado de um diário da capital, medonhamente contrário a concederem-se à mulher os direitos de votar e ser votada.

“Que a sua missão é muito mais sublime, e que a ela pertencem os cuidados do lar”, dizia o artigo entre muitas outras coisas, e coisas bonitas, que estamos afeitos a ouvir.

E declarou-se a referida senhora inteiramente solidária com as ideias expendidas em tal artigo, e inteiramente inimiga do projeto liberalíssimo de votarem e serem votadas as pessoas do seu sexo.

Eu continuarei, todavia, a ser pelo voto feminino.

Sei perfeitamente que na atualidade ainda continua a política a ser uma burla, e que os nossos Governos, da União, do Estado, do Município e do distrito, excetuados raríssimos mas honrosos exemplos do contrário, cogitam mais sobre a política propriamente dita, e sobre a sucessão, com esta preparando a sua perpetuidade nos altos cargos públicos, do que sobre os trabalhos que constituem o seu dever, isto é, sobre a boa administração, os melhoramentos possíveis, a tranquilidade pública, a segurança do povo, a garantia do cidadão; e é justamente por isso que eu desejara ver a mulher na política, na administração, no governo.

A mulher é menos acessível nos vícios da civilização

hodierna, como o álcool e o jogo, dos quais não raro vem o afrouxamento na observância dos deveres inerentes a um cargo, e é menos propensa à subserviência, como é em geral, mais afeita que o homem à livre expansão de seus sentimentos.

Um dos maiores males da política atual é o sigilo, é o mistério, no qual a verdade é bastas vezes ludibriada, a justiça desprezada, o mérito esquecido, e o direito do povo vendido por menos de trinta dinheiros.

A mulher, mais expansiva, raramente se conformaria a planejar, hoje, nas trevas, o triunfo para o dia de amanhã, e rarissimamente se prestaria, como infelizmente fazem bem vezes os profissionais da política, a ir enegrecer a reputação dos adversários sobre as mesas avinhadas de qualquer bar.

Os governos entregaram à mulher, quase exclusivamente, a instrução pública do Estado, – refiro-me à primária principalmente, – e nisso agiram muito bem, conquanto cometendo o erro de confiar a mulheres a direção de grupos escolares, quando para tais cargos, até nossos tempos, deveriam ser nomeados homens, e homens com o preciso tirocínio, nos quais as professoras de cada grupo vissem bastante preparo, prática e energia, sem surgir entre as mesmas professoras qualquer luta de competência por serem dirigidas por uma de suas colegas, o que, entretanto, nada diz em desfavor das mulheres, entre as quais se encontram às vezes qualidades de direção não comuns no sexo forte.

De todos os departamentos do funcionalismo, é a instrução pública, e principalmente a primária, o mais importante e de maior responsabilidade. Ora, se as mulheres servem para o magistério, de preferência aos homens, e servem também para os correios, outro ramo importante da administração dos Estados bem organizados, por que não poderão elas servir para o voto, para o qual se prestam até indivíduos analfabetos, até desclassificados e inconscientes que jamais hão de dispor da própria vontade? Se prestam elas bons serviços nos bancos, na

instrução pública e particular, nos correios, nos telégrafos e telefones, nos escritórios, no comércio, na indústria, por que não podem elas ocupar cargos como os de juiz de paz e outros semelhantes, exercidos frequentemente sob a mentoria dos escrivães?

A mulher é, em geral, mais persistente do que o homem. Prova-o nos cuidados cotidianos do lar, no carinho com que sói amenizar as lides e os serões, na permanência nos trabalhos domésticos, em tudo enfim quanto é posto a seu cargo. Na política será, portanto, mais coerente com os seus princípios, mais fiel para com os seus ideais.

Bastante mais crente em uma vida após a morte. E temerosa quanto a penalidades futuras pelos erros terrenos, mui raramente aprovaria uma injustiça consciente, mui raramente se deixaria dominar pela ideia de traficar com o seu cargo.

As grandes traições do passado não foram cometidas por mulheres. Não pertencia ao belo sexo o discípulo que recebeu do Mestre o pão molhado, como também não foi mulher quem por três vezes negou o Nazareno; mas foram algumas mulheres que O acompanharam até descer ao sepulcro. Não pertenciam ao belo sexo os filhos de Jacó que venderam seu irmão; e nem Nero, nem Lopez, nem Joaquim Silvério, nem Rodrigo Bórgia, nem Cortez – mas honrava o heroísmo feminino a mãe dos macabeus, entre nós houve outra mulher que, com extraordinário amor à pátria, enviou à guerra os seus sete filhos, três dos quais sucumbiram nos campos ensanguentados do Paraguai.

Nos hospitais comuns, nos hospitais de sangue, nas escolas, na religião, nas lides da caridade, enfim, há uma plêiade admirável de heroínas, mas heroínas da paz, heroínas do bem, da instrução, da concórdia, da fraternidade, do cumprimento dos deveres cristãos e cívicos.

E entretanto as mulheres, constituindo a metade da população brasileira, mas uma metade bem mais brasileira do que a outra metade, não podem votar nem podem ser votadas,

não ocupam cargos eletivos, nem podem opinar direta e eficientemente sobre as cousas desta terra, porque os “fazedores de teorias” dizem, e em termos bonitos, que “a mulher é o anjo do lar, não devendo ser arredada da sua missão sublime”, e que “o voto seria um presente de gregos”, e muita cousa mais que todos nós conhecemos de sobra.

A despeito de tudo isso, eu sou e continuarei a ser pelo voto feminino, e entendo que a mulher deve ter o direito de votar e ser votada, sem para isso haver uma lei especial, pois a nossa Constituição não considera cidadãos somente os indivíduos do sexo masculino. E praticamente ela é ainda equiparada ao homem, pois paga ao fisco os mesmos impostos quando exerce profissão semelhante à tributada a um homem, e sobre ela recaem as penalidades do Código criminal quando incurso em delito semelhante àquele em que é pronunciado um homem, quando é ré de qualquer crime pelo qual um homem pode e deve ser processado.

São também semelhantes aos do homem os direitos e deveres da mulher perante a sociedade. As mesmas leis os amparam, as mesmas escolas os instruem, os mesmo templos os acolhem, os mesmos interesses e conveniências os persuadem.

São, pois, semelhantes, salvo quanto à política, os direitos e deveres do homem e da mulher.

Que a esta seja permitido, portanto, votar e ser votada.

Se está sujeita, no caso de crime, a ser julgada por um tribunal popular, deve, coerentemente, ter o direito de fazer parte desse mesmo tribunal em outras causas; se tem o dever de pagar impostos no exercício de qualquer profissão, deve também ter o direito de tomar parte da corporação a cujo cargo esteja o regime tributário; se aproveita diretamente as vantagens das leis, ou lhes sofre, das más, as desastrosas consequências, deve ter o direito de concorrer para a escolha dos legisladores, ou de com estes cooperar.

É incontestável que os Estados Unidos da América do Norte

são o país do progresso e da liberdade, caminhando admiravelmente à vanguarda da civilização mundial. Pois nessa república, modelo de democracias bem constituídas, as mulheres acabam de dar alguns milhões de votos, nas recentes eleições, aos candidatos à presidência e à vice-presidência da República.

E países há, onde, quer no passado, quer na atualidade, as mulheres não tinham ou não têm o direito do voto, podendo, entretanto, ocupar o maior cargo, a magistratura suprema, sendo preciso notar-se que não ficaram envergonhadas perante a História, até nossos dias, e nem ficarão certamente para com a posteridade, pois quase sempre souberam desempenhar a sua missão com tino e dignidade.

A Inglaterra, a Holanda, a França, a Espanha e Portugal tiveram rainhas que efetivamente o foram, isto é, que governaram sem tutoria e deixaram do seu governo rastros luminosos. Se D. Maria I, de Portugal, se deixou dominar pelo jesuitismo e conseqüente loucura que a desceu do trono, ainda acerca desse curto e infeliz governo não podemos criminar diretamente a rainha, isto é, a mulher, porque o erro ainda partiu dos homens, que a rodearam dos prejuízos e preconceitos da época, ficando mais tarde provada a capacidade feminina no cetro empunhado pela mão firme de D. Maria II.

Não remontando a passado muito remoto, lembramos que o absolutismo de Espanha foi combatido pela rainha Izabel II, cujo berço fora, entretanto, embalado pelo absolutismo mais violento, e que na Inglaterra o governo da rainha Vitória foi uma época de progresso para o velho e poderoso reino, como tem sido de progresso, na Holanda, o reinado feliz de Guilhermina.

No Brasil, as duas leis de maior vulto para o nosso nome de povo civilizado, as duas leis de maior perigo para a Coroa, e de mais frisante responsabilidade quanto à paz interna e ao futuro do país, foram sancionadas pela princesa Izabel de Bragança como regente do Império. Refiro-me ao "ventre livre" e à extinção completa do elemento servil; reporto-me ao 28 de

setembro e ao 13 de maio.

E não é um “presente de gregos”, como disse o artigo citado, o que eu desejo ver amplamente concedido à mulher: é apenas justiça; é somente igualdade; é simplesmente a equiparação dos seus direitos aos direitos do homem.

Não desejo ver a mulher arrancada da sua missão de esposa e de mãe, como diz o articulista, pois ao homem a política não arrebatada da missão, não menos espinhosa, de marido e de pai, e nem desejo vê-la obrigada a votar e ser votada, a escolher dirigentes e a ocupar cargos públicos, como declara ainda o referido publicista. O que eu desejo e espero é ver a mulher tendo permissão para votar e ser votada, se isso lhe aprouver.

O voto feminino deve ser considerado uma necessidade, uma conquista digna de um povo livre e culto...

Encaremos o assunto sob outra face.

Se à mulher fossem concedidos plenos direitos para votar e ser votada, e pudesse ela, conseqüentemente, exercer qualquer cargo público, poderia também dirigir a polícia, mesmo não aceitando cargo algum nas repartições da segurança pública, mas sobre os respectivos funcionários exercendo a influência que à chefia política é entre nós reconhecida; pois todos estamos fartos de saber que a polícia nada faz, em cousas de maior vulto, sem ouvir o chefe político da ocasião, ou sem lhe obedecer ao aceno, e algumas vezes aos caprichos. É uma triste verdade esta (principalmente quanto à última parte), mas infelizmente é uma verdade.

Assim sucedendo, e agindo a autoridade policial com imparcialidade e energia, na certeza de não serem os seus atos

nulificados pela preponderância da chefia política, talvez o alcoolismo e o jogo não consigam atrair, em futuro bem próximo, tantos jovens que, sem tais vícios, poderão ser bem mais úteis à família e à sociedade.

Ao contrário do que sucedia uns dois decênios antes, ou menos, o álcool e o jogo são hoje considerados o complemento de uma educação aprimorada...

Desapareceram as tabernas, onde, somente às escondidas, alguns moços da primeira linha social bebiam, raramente, com receio de serem vistos, perderam toda a antiga importância as "vendinhas dos cantos", como desapareceram também os "cafés" sem luxo, os cafés de pobres, surgindo os luxuosos bares, onde o álcool é consumido em quantidade enorme, sem ser necessário ocultarem-se os fregueses, visto ser o *bar* uma *casa distinta onde é chique ir a sociedade beber*. Além de bebidas, algumas vezes há ali jogos escusos e perigosos, nos quais numerosos jovens e até adolescentes perdem o tempo, prejudicam a saúde, desbaratam as suas rendas e desmoram o seu futuro, sem que a polícia lhes possa fazer a menor observação.

É que os encarregados da segurança pública são comumente frequentadores do mesmo *bar*, ao lado daqueles de quem dependem a sua posição, as suas rendas e os seus galões, e a qualquer advertência que fizessem a algum adolescente que vissem a deixar-se seduzir pela senda desses vícios, poderiam ouvir, como resposta, que "o exemplo não justifica os conselhos"...

Ora, como em geral não são as mulheres dominadas pelo álcool nem pelo jogo, é de se supor que, tendo elas responsabilidade direta na política, o que representa a mesma responsabilidade em todos os ramos da administração, possam os encarregados da segurança pública desviar alguns futuros chefes de família do caminho dos vícios.

A mulher, em geral mais amorosa e terna do que a outra parte do gênero humano, e vítima frequentemente das desditas

que sobre o lar atiram esses dois terríveis males, verdadeiras doenças sociais, alarma-se, e com razão, entre a ideia do alcoolismo e do jogo, e mesmo ante a ameaça de invadir o primeiro desses vícios os costumes do futuro, ameaça que paira infelizmente sobre nossas cabeças.

Se aos encarregados da segurança pública pudessem emanar ordens de mulheres, e se essas mulheres fossem mães e esposas, ou filhas, ou irmãs, que vissem os seus se tornarem assíduos em casas de bebidas e de jogos, essas ordens seriam dadas sem relutância, com o intuito de coibir o abuso do álcool e o aprendizado do jogo, porque as mulheres compreendem, por experiência própria ou por intuição, que esses vícios conduzem ao descalabro das finanças; ao descrédito, ao esquecimento dos deveres para com a família, ao embrutecimento, à moléstia e à morte.

Também os homens compreendem essas verdades em parte, mas a convivência nos vícios não lhes permite agir contra os mesmos, e numerosas vezes o receio de consequências desagradáveis, reais ou imaginárias, podem vedar-lhe a ação, o que não sucederá à mulher, cujo coração, propenso ao amor e à tranquilidade, não vê entraves na prática do bem.

Para obter a sociedade semelhantes resultados é que eu mais desejo ver a mulher na política, votando e sendo votada, assumindo a chefia de partidos, e ocupando, ou podendo ocupar cargos públicos de grande importância e responsabilidade. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Publicado em *A Reação*, de Cataguases, 1929.

III

O dia de hoje

Completam-se anos hoje que nasceu, na Ásia, em um recanto ignorado e humilde da pequena Belém, sobre as palhas de um estábulo, o Enviado de Deus, o Cristo do Senhor, cuja missão na Terra ia ser a difusão de uma doutrina de amor, de perdão, de esperança e de paz, doutrina que se irradiaria por toda a Terra através do ensino, dos exemplos, da dedicação e do martírio de seus apóstolos.

Jesus poderia ter nascido no palácio do mais poderoso monarca de então, e preferiu nascer em um dos estábulos das cercanias da velha cidade de David. Poderia surgir entre os dominadores de então, tendo a seu lado o prestígio do poder, e para sua defesa os peitos de aço dos seus soldados, e como precursores de sua doutrina a voz dos seus cortesãos e a popularidade dos seus áulicos, e, entretanto, nasceu pobre e humilde, no seio da família humilde e pobre de José, o carpinteiro, tendo por berço uma simples manjedoura, e ia ter como precursor o filho de Izabel, a voz que chamava ao arrependimento e à penitência.

A alta sociedade daquela época, possuindo riquezas que inspiravam admiração e inveja, ostentava um luxo que era uma afronta ao proletariado de então, e por isso o Filho de Deus quis surgir entre os pobres, para viver entre os simples pescadores, entre os pobres e os humildes, do meio dos quais tiraria os seus primeiros apóstolos, e mais tarde a legião de discípulos que deviam levar a todos os povos, a todas as terras, a grande nova da doutrina cristã, embora por toda parte sujeitos à opressão, às perseguições, ao martírio.

E Jesus, entretanto, deitado, apenas recém-nascido, sobre o seu berço de palhas, fazia vacilar sobre as bases o poder dos

tiranos. Sem exércitos, sem palacianos, sem ouro, sem navios, sem fortalezas, era temido pelos déspotas, mas desejado por todos os homens de boa vontade, sedentos de liberdade, de instrução e de justiça.

Promessa das Escrituras, Jesus era o Enviado de Deus, e trazia às multidões uma lei de paz, de perdão, de esperança e de amor. Vinha derribar os ídolos, confirmar a Lei, destruir o culto do ouro, fulminar a mentira, restaurar a verdade, e trazer a todos, indistintamente, a palavra de Deus.

É este dia o mais feliz da humanidade. Nele é comemorada a chegada do maior vulto da Terra; é festejada a vinda do Messias, do Cristo de Deus, todo amor e misericórdia.

Parece-nos ser este o dia da verdadeira emancipação do gênero humano.

Nascia então Aquele que aos deserdados da sorte ia prometer a vida eterna; Aquele que ia levar a doutrina da salvação a todos os povos, a todos reunindo sob uma só bandeira, a todos chamando filhos de Deus.

Justíssimo é, portanto, alegrarmo-nos todos nós, os cristãos, sem distinção de seitas, pela passagem da mais gloriosa das datas, a data que deu base ao próprio calendário que no futuro será mundial.

A nós, porém, os cristãos tolerantes e humildes; a nós, os cristãos proletários, como proletários eram os discípulos do grande Mestre; a nós, os cristãos da imprensa, os artistas do periodismo independente, que amamos a liberdade como a entendiam os primitivos discípulos de Jesus; a nós, a quem honram com o seu ódio os prepotentes de hoje, como, dezenove séculos antes, faziam-no aos apóstolos do Cristo os tiranos de então; a nós, mais especialmente, cabe alegrarmo-nos pela passagem desta data, a mais gloriosa e promissora, a que recorda o dia mais feliz da humanidade.

É por isso que honramos hoje o nosso pequenino e modesto periódico, registrando nele a passagem do Natal de 1927.

É a “A Palavra”, com todo o respeito e veneração, curvando-se ante a glória incomparável de Jesus, o Enviado de Deus.⁽¹⁾

⁽¹⁾ Editorial do jornal *A Palavra*, do Porto de Santo Antônio (atual Astolfo Dutra, MG).

IV

Beneficência e caridade

(A um amigo meu que publicou pela imprensa uma subscrição de caridade por ele promovida.)

Certamente já viste algures uma belíssima pintura representando as três virtudes.

É uma inspirada concretização do ideal. Nela deixou o artista um pedaço da sua alma.

São três figuras femininas, de rara beleza, na idade encantadora que separa a criança da jovem. Parece-nos ver nessa tela a inocência da puerícia e o pudor da juventude; o atrativo angélico dos primeiros anos de vida, e o recato quase divinal da menina que se faz moça.

Vestem roupagens flutuantes: uma, em azul, da cor dos céus infinitos nas tardes primaveris; a segunda, de roupagem verde, da cor dos bosques misteriosos e do mar profundo; a outra, de branco e róseo, lembrando a candidez das açucenas e o suave matiz dos cúmulos longínquos.

A primeira dirige o olhar para o alto, como se procurasse, em alguma das afastadas constelações, onde se levanta o trono de Deus; a segunda olha em frente, como se sondasse um futuro radiante de suave alegria, de felicidade infinda; a terceira tem o olhar voltado para a Terra, como se pelo mundo procurasse misérias a minorar, lágrimas que deve secar, desditas físicas e morais que devem ser combatidas e extintas.

A primeira tem ao pé de si uma cruz, símbolo do credo cristão, representação do instrumento de suplícios onde foi imolado o Divino Mestre; a segunda traz consigo uma âncora, simbolizando o abrigo calmo e seguro de um porto amigo, em seguimento aos perigos e às fadigas de uma longa travessia; a

terceira está unida a um coração, representando o amor, sentimento mágico em torno do qual gravitam todas as venturas deste mundo e todas as promessas de um mundo melhor.

São as três virtudes.

A primeira é a Fé, que nos promete a felicidade sem-fim na vida futura; a segunda é a Esperança, a falar-nos de sorridentes venturas sobre este mundo; a terceira é a Caridade, que tem como sublime escopo minorar o sofrimento alheio.

São as três virtudes.

A Fé, e a sua cruz; a Esperança, e a sua âncora; a Caridade, e o seu coração.

Dentre as três, embora irmãs, uma é muito mais sublime: é a Caridade.

Está acima da Fé, porque, também ela, conduz à salvação; é superior à Esperança, porque, também ela, tem por base o amor – e um amor sublime, o amor aos desprotegidos, o amor aos que sofrem, o amor à humanidade.

Se a primeira se assemelha mais a um dom divino, fazer-nos idear as delícias de um futuro mais remoto nas regiões incógnitas do infinito, e se a segunda representa as aspirações humanas, sobre este mundo de incertezas, em futuro mais próximo, é-lhes ainda superior a terceira, pois a quantos socorre leva ela a Fé, e a quantos protege conduz ela a Esperança.

Em cada coração parece haver uma cruz e uma âncora.

Conheces com certeza a tela das três virtudes.

É uma pintura genial.

Inspira-nos um mundo de pensamentos em torno dos três duplos símbolos: – a Fé, e a sua cruz; a Esperança, e a sua âncora; a Caridade, e o seu coração.

Contemplando cuidadosamente esse quadro maravilhoso, compreendemos ser a Caridade, entre as três virtudes, a mais

sublime.

Mas deve ser humilde e modesta.

Os atos de caridade não deveriam ser, nos tempos antigos, comunicados ao som de trombetas e à voz dos arautos, como em nossos dias não devem ser atirados à publicidade da imprensa ou da tribuna.

Somente assim terão verdadeiro mérito. Somente assim poderão ser considerados verdadeira filantropia.

Tu, meu velho amigo, fizeste da imprensa periódica o portavoz de um ato de caridade que praticaste.

Foste o promotor de uma subscrição em favor de um irmão nosso, pobre e enfermo, e atiraste à publicidade o teu ato de filantropia.

Ato de filantropia, ou de caridade propriamente dita, era-o de fato o que fizeste, deixando-o de ser, na essência, com a sua publicação, e passando por isso ao grupo das vulgaridades, das ações comuns, das conveniências sociais, dos interesses pessoais indiretos, embora tenhas agido na mais pronunciada boa-fé.

É que humilhaste a pobreza vexada, assim alienando de ti quanto de mérito poderia ter, e deveria ter, como virtude, o auxílio por ti prestado a um dos nossos irmãos a quem a desdita veio visitar.

Deixaste perceber, a quantos leram aquele periódico, ou algo de tal anúncio ouviram, faltarem recursos para a medicação daquele enfermo, faltar-lhe conforto à família, escassear o pão em seu lar.

Não sabias acaso que a publicidade, quanto à esmola recebida, cobre de tristeza e de vergonha o beneficiado,

atraindo-lhe a falsa comiseração dos néscios e o desprezo vil dos fátuos? Acaso não sabias que em muitos casos, e para não pequena parte da sociedade, publicar-se uma esmola é cobrir de opróbrio a quem dela se aproveita?

Não publiques, não divulgues jamais, no futuro, a notícia dos teus atos de caridade. Guarda-os no íntimo do teu ser, no recesso da tua consciência. Esconde-os a ti mesmo, se possível, esquecendo hoje a esmola concedida ontem, e oculta-os ao próprio beneficiado, se possível, envolvendo-os na aparência de uma recompensa por serviços prestados, ou de um adiantamento por trabalhos futuros.

Quando não for possível ocultar assim ao beneficiado os teus atos de caridade, esclarece-lhe que com essa dádiva cumpres apenas o teu dever, depositário provisório que és, sobre este mundo de incertezas, de quaisquer bens que a Divina Providência quis ou queira entregar-te.

E que somos nós, senão depositários, por tempo determinado, dos bens de que nos servimos?

É teu o prédio por ti ocupado? Pertence-me a casa onde eu me abrigo? É de sua propriedade o palácio onde reside o mais rico potentado? Pertence àquele nosso irmão que socorreste o tugúrio onde ele vive?

Não!

Todos nós somos passageiros neste mundo, e nele deixaremos quanto nele encontramos, e parte perderemos em vida.

Nele deixará o fidalgo o seu castelo, o banqueiro deixará o seu palácio, o rico lavrador deixará a sua confortável vivenda, o operário deixará a sua humilde morada, o pescador deixará a sua pobre choupana, e todos, igualados na morte, abandonaremos, no pó do mundo, tudo quanto aqui nos rodeia, tudo quanto aqui constitui nossas delícias, ou nos ameniza as agruras do sofrimento.

Conta-nos a história te algum rei ter ocupado o seu trono

durante um século?

Não. Nem o mais poderoso dos reis foi conservado no poder durante cem anos.

Embora no fastígio da glória, com o decurso de alguns lustros, ou de alguns decênios, de meio século enfim, ou pouco mais, desaparece o mais estimado e valoroso monarca. O seu trono é assento de outro rei, o seu cetro é sustentado por outra destra, a sua coroa é cingida por outra frente, e outros ombros cobre a sua púrpura.

Todos nós somos passageiros neste mundo, e nele deixaremos quanto nele encontramos.

Feliz é quem, dos bens terrenos, sabe utilizar uma parte amenizando alheios sofrimentos, mas também sabe olvidar os seus atos, ou sabe dar uma esmola como sendo ela, como realmente o é, o pagamento de um débito, ou o cumprimento de um dever, e ao mesmo tempo um depósito resgatável em melhor moeda.

Tu, meu velho amigo, soubeste cumprir o teu dever estendendo mão protetora àquele nosso irmão necessitado. Não o soubeste cumprir, porém, quanto ao silêncio que de tais ações deve ser o complemento.

A ti, a quem não são estranhos os livros cristãos, deveria ser bastante conhecido, em alegoria, que a mão esquerda não deve ser sabedora dos benefícios feitos pela direita...

É em vista da tua publicação em um periódico, e é em frente ao belíssimo quadro das três virtudes, que escrevo este capítulo dos meus *Fatos e Comentários*.

Aceita-o como reminiscências dos ensinamentos de Paulo de Tarso, e mais ainda como um preito de admiração e de amor para com o Divino Mestre, que em sua parábola do bom samaritano deixou-nos explicado que a Caridade é a mais sublime das

virtudes.

Aceita-o também como uma prova de minha solidariedade para contigo, quanto aos teus atos de beneficência, mas também como um humilde protesto quanto à sua divulgação, pois a Caridade deve ser humilde e modesta, silenciosa e simples, amorosa e cristã.

Lendo este capítulo, medita sobre a doutrina que o inspirou.

E não atires jamais à imprensa, no futuro, a notícia dos teus atos de filantropia.

Guarda-os no íntimo do teu ser, no recesso da tua consciência.

O Baltazar

(Para Valente Soares Barroso.)

Entre as reminiscências da minha infância, claro, nítido, perfeito, conservo um fato que até hoje, quase quarenta e cinco anos depois, enche-me ainda de tristeza e de horror.

Era muito conhecido no lugar um homem de cor, com cerca de trinta e cinco a quarenta anos de idade, chamado Baltazar.

Estatura um pouco abaixo da mediana, rosto cheio e sempre sorridente, era um tipo simpático, de homem reforçado, de trabalhador infatigável.

Sempre alegre, era um espécimen curioso de homem a quem não abatem os desgostos e as dificuldades da vida. Possuía a grande felicidade de compreender que era feliz.

Era visto na sede do distrito, à noite, ou nas tardes de domingos ou dias santificados pela Igreja. Fora dessas ocasiões estava no eito, no trabalho exaustivo e tão mal remunerado da agricultura, ou na sua humilde tenda de ferreiro – pois era também um hábil operário, e apenas deixara a tenda porque nela a quantidade de trabalho era insuficiente para a sua atividade.

Mas Baltazar achava beleza em todos os trabalhos. Sentia prazer quando o seu machado, cortando, na mata virgem, os robustos troncos de árvores seculares, as fazia abater sobre o solo, aos grupos, fragorosamente, ou quando via o ferro, rubro, faiscante, manejado e batido por ele sobre a bigorna, estender-se, achatar-se, retorcer-se, aguçar-se, arredondar-se – tomando a forma de varão e lança de uma grade, ou de uma cantoneira de construtor, ou de um instrumento de lavoura, ou de qualquer objeto, enfim, que os seus não poucos fregueses esperavam da sua habilidade.

Quando no povoado, à noite, ou nas tardes dos dias de descanso, Baltazar estava quase sempre em companhia de alguns amigos, atraídos pela sua alegria e vivacidade, ou pela perícia com que executava a sua viola e pela expressão com que cantava, ao som do “pinho”, trovas que eram não raro da própria lavra.

E vestia-se o caboclo com asseio, ou quase com luxo se o comparássemos aos seus companheiros. Trazia os cabelos longos e bem penteados, trescalando à melhor “pomada”, e trazia a barba cuidadosamente raspada, com os bigodes longos, pontas retorcidas e voltadas para cima.

Por tudo isso era malvisto por uns moços ricos, coerdeiros em uma grande fazenda vizinha. Entendiam eles que indivíduos semelhantes não podiam viver alegres, não deviam cuidar dos cabelos nem da barba, nem deveriam ter o direito de procurar o pouquinho de gozo possível nos inocentes folguedos dos pobres.

Certo dia, quase à hora crepuscular de um belo domingo de janeiro, dirigiram-se os dois jovens a uma casa da rua do Morro, onde sabiam permanecer Baltazar durante mais tempo. Iam à procura do “Pachola”, alcunha insultuosa que pretendiam adaptar-se ao caboclo.

E lá o encontraram.

Baltazar estava assentado sobre uma caixa de cedro, e gemia-lhe nas mãos a viola. Em um tamborete, próximo, Damião, o dono da casa, fazia-lhe a harmonia com um violão, e duas meninas cantavam. Diversos assistentes ocupavam os bancos laterais.

Ali morava uma família de pobres mas honrados operários.

Penetrando na sala humilde daquela casa térrea, os dois jovens fazendeiros, ainda imberbes, dirigiram-se diretamente a Baltazar, agarraram-no, tomaram-lhe a viola, que um deles quebrou de encontro ao peitoril da janela, e meteram-lhe nos pulsos grossas algemas de ferro. Em seguida arrastaram-no para a rua, ponto aliás pouco concorrido do povoado, e aí cortaram-

lhe à face uma parte dos cabelos, e espancaram-no brutalmente.

Assim preso, foi Baltazar conduzido para a fazenda, a dois quilômetros do povoado, onde ficou detido na sala de castigos, com os pés introduzidos nos orifícios de pesado tronco de madeira, depois de ter sido notificado de que no dia seguinte começaria a receber a série de surras diárias a ele destinadas.

Algum leitor mais jovem perguntará, com inteira razão, por que sofreu Baltazar tão grande afronta, quando deveria e poderia reagir, pois foi agredido, e era mais forte do que os dois adversários reunidos.

Mesmo no caso de ser mais fraco, pensará esse leitor, o homem, quando assim atacado, deve reagir com toda a sua energia, mesmo tendo quase inteira certeza de sucumbir na defesa, pois assim cai vitimado pela superioridade de forças, e ante uma injustiça flagrante, mas repelindo com honra a afronta.

– O homem pode ser ofendido fisicamente, e morrer mesmo a espancamentos, sem, entretanto, curvar-se ante a afronta, pois pode defender-se, e deve defender-se – dirá o leitor.

Mas Baltazar não era um homem semelhante aos outros. Era muito menos do que um ser humano. Era menos ainda do que um animal doméstico. Ao boi, ao burro, ao cão, desculpam-se os atos de represália, ou de legítima defesa, e a Baltazar não se lhe conferiam tais direitos...

É que Baltazar não era um homem semelhante aos outros: era um escravo!

Tinha tido a desdita de nascer de uma escrava. Propriedade, porém, de um lavrador pobre e modesto, não lhe pesava a sua condição, e trabalhava com tanto gosto como se o fizesse para seus pais, e quase como filho era tratado pelos velhinhos que o tinham recebido em casa quando ele era ainda criança.

Corria-lhe a vida assim, suavemente, entre o trabalho

durante o dia e algumas horas de inocente folguedo à noite, até o dia em que os seus proprietários, achando-se em atraso quanto a uma dívida documentada, viram inopinadamente sequestrados os seus poucos bens, e entre eles o seu único escravo, antes de terem tido tempo de o livrar, e a este deu preferência o implacável credor, vendendo-o, depois de alguns meses, aos dois condôminos da fazenda próxima.

Estes tinham desejos de possuir o pobre escravo, cujas habilidades e cujo amor ao trabalho faziam-no com razão desejado, mas tinham-lhe certo rancor, por julgarem impróprio de um escravo passar em ruidosa e comunicativa alegria as horas de lazer.

Não compreendiam para o escravo senão obediência passiva e absoluta, humildade ilimitada, servilismo o mais deprimente, e disposição constante para um trabalho insano. Fora desse regime, era o escravo, em sua opinião, um elemento de desordem, um conselheiro para o mal, um mau exemplo para a escravatura em geral.

Desejavam, pois, adquirir aquele escravo, *a fim de o fazerem mudar de rumo*, e acabavam de efetuar a compra, tendo sido lavrada a escritura, no cartório local, na tarde do dia anterior.

Baltazar, porém, ignorando tais planos, tinha viajado na noite anterior, em visita a alguns parentes, moradores em um povoado vizinho, e apenas acabava de chegar à casa dos seus amigos da rua do Morro quando foi aprisionado pelos seus novos senhores.

Estes nem sequer lhe declararam tê-lo comprado: ele o compreendeu pela atitude e pelos atos dos agressores.

Era propriedade desses novos senhores. Cumpria-lhe obedecer e acovardar-se.

Do dia seguinte em diante, no terreiro da fazenda, ser-lhe-iam dadas as surras diárias que lhe estavam destinadas.

Naquela época vendia-se um homem como hoje é vendido um irracional. É que esse homem como tal não era olhado. Era um escravo, e não uma pessoa. Não merecia um olhar de compaixão. Nascera em uma senzala. Descendia de uma raça que os dominadores diziam inferior. Trabalhava esforçadamente, sob o látigo infamante de um feitor boçal, enquanto tinha forças; na invalidez era abandonado e esquecido, até que as privações o levassem ao aniquilamento e à morte.

Para o mísero escravo, todos os trabalhos, todas as privações, todos os castigos; para os seus senhores, o fruto desses árduos labores, o luxo e as comodidades da riqueza, o descanso, a impunidade.

Baltazar era, pois, um escravo, e nesse dia mudava pela terceira vez de senhores, vislumbrando em seu futuro uma vida de verdadeiro martírio.

Há casos, porém, nos quais a bondade de Deus se manifesta tão claramente, que mesmo à nossa ignorância torna-se essa intervenção visível.

No silêncio calmo dessa mesma noite de domingo, um vulto entrou, cauteloso, na tenda de ferreiro onde trabalhava Baltazar. Alguns vizinhos viram um vulto deslizar, silencioso, até ao fundo do compartimento, que por dois lados tinha paredes baixas, e retirar de um velho baú de ferramentas um pequeno objeto.

À luz de uma casa próxima, em frente à qual passou o silencioso personagem, um vizinho reconheceu-o: era uma senhora, de idade avançada, que tinha servido de mãe a Baltazar em seus primeiros anos de vida, e à qual era ele ligado por grande afeição.

Ao amanhecer do dia seguinte deu-se o alarme na fazenda dos irmãos Chaves, pois Baltazar não foi encontrado na sua prisão, e ninguém deu notícias dele. Um dos escravos declarou

ter ouvido um pequeno ruído no terreiro, e, levantando-se, ter visto uma mulher afagando os dois grandes cães da fazenda, enquanto um homem atravessava rapidamente o terreiro, saía pela porteira, e seguia pelo caminho do povoado. O escravo explicava não ter conhecido nenhuma dessas pessoas, que supôs serem da casa, visto não serem perseguidas pelos cães.

Junto ao tronco, aberto, estavam os pedaços do grosso e forte cadeado.

Nada ficou provado, para os interessados, quanto à identidade da mulher, e durante alguns anos nenhuma notícia houve do fugitivo, malgrado as acuradas pesquisas procedidas pelos fazendeiros e seus empregados, e pela polícia daquele e de outros distritos.

Nem a mais vaga informação.

Mais de três anos se escoaram, e a áurea lei de 13 de maio de 1888 extinguiu a escravidão no Brasil, fazendo desta nação um povo livre.

Alguns meses depois, em uma bela noite de setembro, os habitantes daquele povoado foram agradavelmente surpreendidos por uma serenata. Um trio de instrumentos de cordas executava diversos trechos de música, e, chegando à praça principal, uma voz expressiva e pura começou a cantar algumas trovas singelas, mas bem medidas, nas quais havia louvores a Joaquim Nabuco, João Alfredo, Castro Alves, Luiz Gama e D. Izabel de Bragança.

Era Baltazar o cantor.

O ex-escravo nada mais tinha a recear dos ex-senhores. Já era um cidadão livre, que saberia e poderia defender-se, e tinha em seu favor as leis e o direito.

Nem um dia servira Baltazar os seus últimos senhores, os dois moços que o tinham comprado para ser tão barbaramente espancado.

E foi assim que os dois fazendeiros perderam os seus dois contos e quinhentos...

VI

Doenças...

(Ao jornalista Serzedelo Silveira Louro.)

Li a carta que dirigiste ao nosso amigo, e grato retribuo-te as saudações nela enviadas.

Na referida carta declaras estar restabelecido da nevralgia, também dizendo que receias a volta dessa moléstia, visto haver ela voltado a outras pessoas, torturando-as durante meses inteiros.

Voltará, sim – eu to assevero –, e te empolgará novamente, martirizando-te durante longos meses.

Voltará, porque os teus receios a atraem, porque os teus pensamentos mórbidos lhe facilitam o acesso.

Voltará a moléstia, porque pensas nela, e não na saúde; porque a impressão sobre doenças é uma espécie de toque de chamada para as mesmas doenças, assim como a confiança na saúde é a segurança da sua conservação.

Se queres, entretanto, conservar a saúde, expelindo para sempre a nevralgia que tanto te fez sofrer, e tanto te fará padecer se não atenderes a estes conselhos, que não são meus, pensa no bem, na vida, na alegria, na paz, na saúde, na felicidade, enfim, em todas as suas manifestações, e repele energicamente de tua alma todos os pensamentos de doenças, ou de outros sofrimentos, e os pensamentos de desconfiança, de suspeita, de temor.

Abre o teu coração à confiança e à alegria, e repele para longe as apreensões infundadas e as ideias tristes.

A saúde e a enfermidade, a abundância e a miséria, a calma e o sobressalto, a alegria e a tristeza, o bem e o mal, enfim, tudo é oriundo dos nossos pensamentos bons ou maus, tudo é feito

por nós próprios, quase sempre inconscientemente. Nós fazemos, em grande parte, a nossa felicidade ou a nossa desdita.

As palavras frequentes sobre moléstias e suas peripécias, sobre sofrimentos que resistem a toda medicação – assunto predileto de numerosíssimas famílias – concorrem enormemente para o depauperamento do organismo de quantos em tais conversações se ocupam, prejudicando-lhes muitíssimo a saúde.

Eu ainda não conhecia Marden, nem cousa alguma tinha ouvido de suas teorias, com as quais estou, entretanto, de pleno acordo, quando escrevi sobre este assunto alguns artigos, um dos quais consegui encontrar recentemente, impresso em uma revista de 1916, não tendo ainda conseguido encontrar outros, insertos em jornais de 1914 ou 1915.

Nesse artigo, que eu reservei para ver transcrito no meu livro *Fatos e Comentários*, e nos outros artigos, que ainda espero encontrar, reportei-me a fatos por mim observados durante muitos anos, e que citei sem nomear individualidades, mas sempre pronto a nomeá-las, verbalmente ou em cartas não publicáveis, a quantos dos meus amigos e leitores tenham a curiosidade de conhecer com exatidão esses casos. Deste modo, e constatando esses fatos com inúmeras testemunhas, poderás, se o desejares, ter a prova do que asevero, no caso de pairar em teu espírito qualquer desconfiança sobre a veracidade dos fatos por mim narrados, como acerca de outros, ainda em observação, que oportunamente publicarei, e outros já observados, mas ainda não impressos, ocorridos em diversas localidades onde tenho feito vilegiaturas, ou, em outros lugares de que tenho notícias por intermédio de pessoas dignas de inteira confiança.

Com a palavra “veracidade”, no parágrafo acima, não me ocorre a possibilidade, que não pode existir, de duidares da minha palavra; pois no meu passado, nem como jornalista nem como homem particular, jamais deixei motivos que justifiquem dúvidas sobre meus compromissos ou minhas narrações dadas

como fatos. Eu me refiro à possibilidade de creres estar eu enganado em minhas observações, e contra essa dúvida poderei opor, como já disse, o testemunho de inúmeras pessoas.

Passo a narrar, resumidíssimas, algumas de minhas observações.

Um homem de minha amizade vivia enfermo, e o mesmo sucedia à sua esposa. Consultavam frequentemente aos facultativos mais em foco, e chegavam-se mesmo a supor presas de impiedosa moléstia.

Eram quase ricos, e o trabalho constante era-lhes desconhecido, por inútil, achando-se os serviços domésticos e os da casa comercial a cargo de pessoas competentes.

Sobejava-lhes tempo para moléstias e seu tratamento...

Em certa ocasião, porém, viram-se inesperadamente forçados a uma mudança de residência e de profissão. Tornaram-se senhores de uma grande propriedade agrícola, onde encontraram maior campo à sua atividade, e mais trabalho, mais compromissos e maiores proventos. A fortuna aumentava-se-lhes vertiginosamente, e com ela crescia-lhes o estímulo para ampliar-se ainda mais o seu campo de ação, empolgando-lhes as diversas secções da fazenda toda a atenção e todos os cuidados.

Vinte anos depois perguntei ainda uma vez àquele cavalheiro pela sua saúde e pela saúde de sua consorte. Estavam ambos fortes, sadios, gordos, e durante esse longo espaço de tempo não tinham tido necessidade de facultativos, nem tinham sofrido moléstia alguma de qualquer gravidade.

As suas enfermidades eram oriundas da inatividade, das apreensões, das conversações frívolas sobre moléstias.

Perguntei-lhe pelas suas antigas doenças, e ele, moço ainda aos cinquenta anos, respondeu-me num riso franco e aberto de alegria e de saúde:

– Tenho lá tempo para isso, meu caro?! O trabalho não me dá tempo de ficar doente...

Um cavalheiro de minhas relações sofria, de mês em mês, uma fortíssima enxaqueca.

Homem inteligente e muitíssimo laborioso, sentia grande desgosto com essa doença, que lhe causava não pequeno prejuízo.

Ia então à farmácia próxima, onde eu era guarda-livros, e ali encomendava 3 pílulas que em minutos lhe curavam a dor de cabeça.

Ponderava-lhe às vezes o farmacêutico que essa medicação poder-lhe-ia ser prejudicial, mas o enfermo não se demovia do seu propósito. Por duas ou três vezes tinha experimentado evitar esse remédio, mas a dor persistira então por quase dois dias, sem ele poder trabalhar, e quase sem alimento e sem repouso.

Certo dia, passando ele pela farmácia, fez a encomenda, declarando procurar o remédio em sua volta, uns quinze minutos depois.

Nessa ocasião entrava na saleta próxima o padeiro, que deixou os pães sobre o aparador.

O farmacêutico chamou-me então ao laboratório, e disse-me ir fazer uma cura por sugestão.

Tomando um pão, partiu-o ao meio, retirou do miolo do mesmo três pequenas porções, e dessas fez três pílulas perfeitamente iguais, que mergulhou em um pouquinho de xarope simples e branqueou com amido. Colocou sem demora as três pílulas em uma caixinha, em cuja tampa escrevi o rótulo do costume, isto é, a fórmula pedida.

O homem procurou logo em seguida o seu remédio, e uma hora depois, voltando à farmácia, nada mais sentia.

As pílulas de miolo de pão tinham produzido o mesmo

resultado que as legítimas... Isso prova que a cura era feita por sugestão, pela confiança, porque o doente tinha a certeza de que a dor cederia ao remédio.

E durante mais de dois anos, na conta corrente desse senhor, era escriturado, de mês em mês, ou pouco mais ou menos:

3 pílulas de valerianato de quinino e analgesina -..... grátis.

Uma senhora sofria, de tempos a tempos, umas dores reumáticas nos joelhos.

Em certo dia, achando-se enfermas as outras três pessoas da casa, a referida senhora começou a sentir as dores reumáticas, ainda brandas, e compreendeu que, seguindo elas a marcha normal, não lhe permitiriam deixar o leito no dia seguinte. Reagiu, porém, contra a invasão da moléstia, dizendo e repetindo várias vezes:

"Eu absolutamente não posso agora ficar doente, pois preciso tratar dos outros, que estão enfermos, e por isso quero continuar com saúde."

Recolheu-se, à noite, aos seus aposentos nesse firme propósito, dormiu bem, e na manhã seguinte deixou o leito sem se lembrar sequer da moléstia.

E desde aquela noite, há mais de vinte anos, não foi visitada pelas dores reumáticas.

Volverei oportunamente ao assunto, publicando novos fatos por mim observados.

Devo, entretanto, dizer-te desde já, meu ilustre amigo, que o nosso pensamento, quando firme e persistente, e quando não visa ao impossível, atrai-nos a felicidade ou a desdita, o bem ou o mal, a saúde ou a doença, conforme se eleve visando a cousas

nobres e belas, ou se deixe dominar por ideias tristes e mórbidas.

Devemos, pois, pensar na saúde, na tranquilidade, na paz, na abundância, no bem, afinal, em todas as suas manifestações, e no Ente Supremo, que ocupa o centro de todas as irradiações do bem.

Se te faltam esses pensamentos firmes sobre a felicidade em geral, e continuas a temer a volta da moléstia, esta voltará realmente, porque a saúde e a moléstia, em grande número de casos, são originadas de nossos pensamentos e nossas palavras.

Mas está em ti a reação contra o mal. Esquece a doença, e pensa na saúde, na alegria, nas harmonias da vida, e assim a nevralgia, até agora esperada, fugirá desse ambiente são, de onde as ideias mórbidas forem expelidas para sempre.

VII

Velharias

Uma das práticas populares da antiguidade, mais em uso no interior, tem ultimamente tomado um novo incremento: são as *benzeduras*.

Aceita como uma verdade por muita gente sisuda e de algum cultivo, e tomada como credence indigna de apreço por outra parte do povo, a benzedura tem, por toda parte, numerosos ministros e inúmeros adeptos, e parece ir tomando um novo alento, com visíveis prejuízos da medicina e da farmácia.

Em geral as benzeduras são feitas por mulheres já avelhantadas, mas algumas vezes também por homens. Benzem cobreiros, sarampo, sarnas, brotoejas, e outras erupções, e qualquer mazela enfim, tudo sarando como se não fosse nada... Até veneno de cobras!

Nós, os descrentes do século vinte, criaturas que gostamos de sondar o porquê das cousas, não nos podemos conservar na precisa seriedade em frente à sisudez de um benzedor, e sorrimo-nos às vezes indelicadamente quando ele corta um cobreiro, ou cose um braço luxado.

No primeiro caso bastam apenas a água fresca e o clássico raminho. O benzedor faz o papel de Cristo, e o enfermo faz o papel do discípulo inseparável, entretendo entre si um pequeno e curioso diálogo:

"Que tens, Pedro?"

"Cobreiro, Senhor."

"Corta, Pedro."

"Com quê, Senhor?"

"Com água da fonte e ramo do monte."

E por três vezes é feito esse pequeno diálogo, concluído, todas as três vezes, com a aspersão da *água da fonte*, por meio

do *raminho do monte...*

Outras vezes entra em cena um grande machado ameaçando cortar a porta, e ainda outras vezes, na suposição de ter sido a moléstia produzida pelo contato asqueroso de algum animal peçonhento, nas roupas ou com o próprio paciente, o benzedor declara em tom ameaçador:

“É rabo, cabeça ou corpo? Tudo isso eu corto!”

No segundo caso, isto é, quando o tratamento é de um braço luxado, um pé destroncado, ou cousa semelhante, o benzedor assevera por três vezes:

“Braço luxado, pé destroncado, pescoço torcido – tudo isso eu coso”.

E ao falar vai passando uma agulha, com um pouco de linha, através de um novelo de linha de algodão.

A par desses benzedores, há também os curadores de feridas em animais, efetuando a cura somente com olhar a ferida através de um nó em uma estilhazinha de palha, nó que vai sendo fechado a pouco e pouco, e é, com a palhazinha, atirado para trás sem ser olhado, repetindo-se três vezes a operação, e há os curadores de mordedura de cobra, os quais, longe do ofendido, preparam imediatamente o remédio e o dão a beber ao portador, assim curando o enfermo.

Se esse processo de tratamento fosse generalizado, e a gente, quando tem indigestão, pudesse pedir a um amigo o favor de ir à farmácia e lá beber uma taça de sal amargo...

Mas eu penso que nós não deveríamos sorrir, com esse nosso sorriso de incrédulos, ante muita cousa que não conhecemos ou não entendemos. Inúmeros segredos oculta-nos ainda o mundo, e embora muitíssimas surpresas nos tenham já sido feitas, numerosíssimas outras nos estão ainda aguardando.

É próprio do parvo zombar de quanto não conhece ou não compreende.

Se algum cientista, por desfastio, encontrando estas minhas ponderações na casa de algum dos meus amigos, ler até o

período anterior o que aqui vou traçando, amarrotará nervosamente a folha, passando a pensar em outro assunto, ao ver que eu condeno o riso ou a zombaria em face do desconhecido ou incompreensível; mas tanta tolice têm dito e têm feito numerosos sábios, em questões transcendentais, que para um sujeito como eu, alheio a tudo quanto é ciência, a tudo quanto é estudo, um fato vale mais do que cem teorias com as suas respectivas regras e leis.

Lembro alguns fatos, mas poucos, pois não desejo ver a minha lenga-lenga transbordar do espaço a ela destinado.

Um dia apresentou-se-me no corpo um cobrelo, e no mesmo dia um amigo meu mostrou o mesmo mal em seu corpo, dizendo-me ser incurável essa moléstia por meio dos recursos terapêuticos comuns, e somente curável com a benzedura.

Eu nada disse, e a todos ocultei o meu mal.

O moço descobriu, alguns dias depois, uma benzedeira, e poucos dias depois da benzedura veio mostrar-me o local infectado, já no caminho de cura, provando a eficácia do tratamento.

Nesse dia, porém, o meu cobrelo estava em melhores condições de cura do que o do moço, e eu lho mostrei. E entretanto não tinha sido benzido nem cortado.

Entre as pessoas de minhas relações adoeceu gravemente uma criança, cuja mãe, sabendo ser aquela doença incurável com os cuidados médicos, mas apenas curável, e facilmente, com a benzedura, mandou trazer à sua casa três das mais afamadas benzedeiros, sendo a pequena enferma benzida em três dias seguidos, com todas as regras da arte, de manhã, ao meio-dia e à noite.

Alguns dias depois da última benzedura, vi a interessante menina deitada num caixãozinho branco, pronta para o cemitério,

pálida, muito pálida, no seu vestidinho azul-claro, e rodeada de muitas flores, envolta num suave perfume de cera, e incenso, e violetas, e rosas.

Um desses curadores eu conheci, que, depois de benzer a sarna, receitava ao paciente uma pomada de enxofre, e outro que, nas feridas dos animais, auxiliava o tratamento mágico da benzedura com um pouco de lisol ou creolina...

Conheço casos em que parece eficaz esse tratamento, e outros em que parece nada ter produzido.

Terá enfim algum valor a benzedura? Produzirá algum efeito como meio de curar, de acordo com a confiança de quem a pratica?

Não sei, mas estou muito inclinado a uma resposta afirmativa, mas apenas quando o benzedor tem, quanto ao seu ato, a verdadeira fé, a fé que expelle espíritos e transporta montanhas.

Sobre o assunto deveríamos, entretanto, fazer um rigoroso inquérito, e, feito este, se ficasse provada a curabilidade de moléstias físicas por esse meio, deveríamos experimentar a benzedura também nas moléstias morais, nas enfermidades do caráter, nas mazelas da alma, procurando sanear assim a sociedade.

Seria uma beleza.

Seria uma glória para a nossa época se as mazelas morais dos exploradores, dos intrigantes, dos boateiros, dos mentirosos, dos espíões, dos judas, dos politiqueiros profissionais e sem escrúpulos, dos intrometidos, enfim, desaparecessem de pronto, sarando, após a intervenção do benzedor com a sua afirmação: "Isso mesmo eu coso – ou com a água da fonte e o raminho do monte..."

E devia ser mais curioso o diálogo:

"Que tens, Pedro?"

"Sem-vergonhice, Senhor."

Convido os meus leitores para algumas experiências, não em si, pois de tal não necessitam, mas em outras pessoas...

VIII

O propagandista

À tardinha, na casa comercial de um amigo, e em palestra com esse cavalheiro e sua senhora e filha, um médico e um farmacêutico residentes nas duas casas imediatas, e mais dois vizinhos e amigos nossos.

Comentavam-se os últimos sucessos da sanguinolenta guerra entre os revoltosos, sob a direção de Custódio de Melo e Saldanha da Gama, e os defensores da legalidade, simbolizada na pessoa de Floriano Peixoto.

Naquele tempo o povo era ainda informado acerca dos atos dos seus dirigentes, por ele generosamente pagos então e sempre, e sabia, portanto, de todas as evoluções de ambas as partes beligerantes, e conhecia os elementos de que podia dispor o governo contra a rebelião, como conhecia diariamente o resultado aproximado de todos os combates. Lia os manifestos dos dissidentes, e conhecia os ideais que os mantinham em armas, seguindo, por intermédio da imprensa livre e da palestra livre, todas as minuciosidades da guerra.

Em nossos dias o povo nada sabe. De nada é informado, pelos dirigentes, por ocasiões de lutas armadas ou graves complicações partidárias em que o governo é parte diretamente interessada.

Naquele tempo não vinham os jornais com colunas e pedaços de colunas em branco, como em nossos dias sucede, porque respeitavam-se mais os direitos do povo, e porque estava então em pleno vigor a Constituição, hoje deformada, desprezada, incompreendida.

Mas volvamos à minha narração.

Comentávamos, como eu dizia, os últimos sucessos da luta travada no Rio de Janeiro e no sul, quando entrou no

estabelecimento um homem de cerca de trinta anos de idade, de fisionomia simpática, e corretamente vestido, trazendo na mão direita uma pequena mala de viagem e na esquerda o chapéu. Depondo a mala sobre o balcão, saudou a todos os presentes com desenvoltura e delicadeza, e aceitou a cadeira que lhe foi oferecida, declarando logo que era o propagandista de alguns medicamentos, cujas amostras e referências pedia permissão para apresentar-nos.

Como se achava assentado a meu lado, já tendo a pequenina mala aberta sobre os joelhos, apresentei-lhe o médico, o farmacêutico e os dois comerciantes, aos quais mais interessava o assunto.

Dois dos medicamentos eram conhecidos, mas outros dois eram novos, sendo todos apoiados com atestados fidedignos, e eram convidativos os preços. Verifiquei sem demora que mesmo ali o viajante fazia boa venda, não somente ao farmacêutico, como também aos dois negociantes, pois naquela ocasião era muito comum a venda de preparados medicinais em casas de comércio.

O médico declarou ter já usado em sua clínica, na capital, os dois preparados conhecidos, sempre com bom resultado, e que os outros dois tinham-lhe sido recomendados por dois colegas ilustres.

O viajante efetuou a venda de três remessas, forneceu as respectivas cópias de pedido, e declarou pretender enviar os pedidos no dia seguinte ao depósito.

Contratando a venda dos preparados, continuando a falar sobre as qualidades e a aceitação da sua mercadoria, e escrevendo os pedidos, ia também falando acerca dos acontecimentos políticos e da guerra propriamente dita. Viera do Rio de Janeiro e de São Paulo, e tinha estado em numerosas localidades, tendo passado por diversas dificuldades devido ao estado de sítio e à desconfiança das autoridades. E falava sobre dinamiteiros, boatos de novas revoltas, desgostos entre as

classes armadas, represálias por parte das populações prejudicadas.

Depois de longa palestra, em que ele parecia auscultar em nós a opinião pública do lugar, o viajante, compreendendo que a maioria do povoado e da zona era muito favorável à causa revolucionária, isto é, contra o militarismo que ameaçava empolgar o país, declarou-se francamente partidário dos revoltosos, sem dizer, todavia, ser ou não um enviado da revolução.

Era inteligente e culto, a palavra fácil, a enunciação correta. Parecia um cientista, e não um caixeiro-viajante. Assemelhava-se a um orador afeito a defender seus ideais perante as multidões.

Retirando-se, depois de mais de duas horas de conversação animadíssima, deixou-nos, a todos nós, uma impressão de esperança e de receio, entre agradável e triste.

– Esse moço é um enigma vivo – disse a senhora do comerciante.

– Creio que é médico – declarou o doutor.

– Tenho a certeza de que é um homem acostumado a falar e a escrever sobre assuntos do mais palpitante interesse – opinou um dos comerciantes, dedicado à literatura e ao jornalismo.

– Penso que não nos remeterá os remédios – disse o farmacêutico – e que essa representação é apenas aparente, a fim de poder viajar, sondando as opiniões do interior, sem despertar suspeitas.

– Esse moço é um enigma vivo – comentou pela segunda vez a esposa do negociante.

E realmente o era.

Ou um foragido do sítio, ou um enviado da revolução, ou um curioso que viajava a sondar opiniões, ou um jornalista que colhia notas para suas notícias e seus artigos, o certo é que, retirando-se, não visitou outros comerciantes nem as duas farmácias da localidade, ou pelo menos o farmacêutico que não se achava naquela pequena reunião, e a quem eu o apresentaria,

conforme meu oferecimento, que o viajante aceitou para o dia seguinte.

Dirigi-se diretamente para a estação da via férrea, onde alguns minutos depois comprava um cartão de primeira classe para a terceira estação ascendente. Vendo-me, apertou-me delicadamente a mão, declarando: "Retiro-me, meu amiguinho; pois acabo de ver um vulto suspeito, e acho prudente seguir para um lugar onde disponho de meios de segurança. É quase certo poder voltar a visitar este lugar no fim de alguns dias. Peço dizer aos seus amigos que amanhã, à noite, farei a correspondência com os seus pedidos".

Preso de um negro pressentimento, nada respondi.

Chegava o comboio. Da última janela do carro de trás, mal iluminado por dois lampiões de querosene, fez-me o moço um gesto de despedida. E partiu.

Na manhã do dia seguinte, à passagem do expresso, começou a circular a notícia do fim trágico de um viajante.

Era um moço corretamente vestido de casimira clara, levando uma pequena mala com amostras e prospectos de quatro medicamentos, que apresentava aos passageiros, procurando fazer intensa propaganda.

Tinha tomado o expresso à noite, na terceira estação aquém daquela em que tinha saltado. Três indivíduos desconhecidos tinham também alcançado o comboio na mesma estação, mas um após outro, e no carro de segunda classe. Chegando à estação de seu destino, o jovem propagandista tinha descido, tomado a sua mala de viagem e mais objetos, e seguido por um caminho à direita da estação, com o intuito evidente de se dirigir a uma das mais próximas propriedades agrícolas do lugar, e os três indivíduos desconhecidos, vendo-o descer e tomar aquele rumo, saltaram também, um a um, e seguiram a mesma direção, não tendo tornado a ser vistos, nem deles tendo a polícia encontrado vestígio algum.

Eram essas as informações dadas por passageiros e por

funcionários da via férrea, ajuntando as informações colhidas na manhã seguinte, quando, de regresso, passara o expresso por aquela estação.

Mal havia o expresso partido, ouviram-se na estação, os estampidos de diversos tiros, como se vindos de uma distância de 400 a 500 metros, e na manhã seguinte, muito cedo ainda, fora encontrado o corpo do infeliz mancebo, já frio, varado ou ferido por diversas balas. Ao lado estavam a mala, revolvida, e os medicamentos e impressos, e à pequena distância alguns periódicos, dois livros e alguns objetos de uso, inclusive uma bolsa vazia. Nos bolsos encontraram-se-lhe algum dinheiro, um canivete, um relógio, um lápis e um lenço de seda, mas nenhum papel fora encontrado.

Não eram ladrões vulgares os matadores: eram assassinos assalariados. Não lhe roubaram o dinheiro nem o relógio: arrebataram-lhe os papéis, a correspondência, os documentos.

Quem era aquele infeliz? O seu nome? A sua residência? A sua família? A sua profissão?

Ignoro-o. Sei, porém, que foi uma vítima da política, dessa política de perseguições e de ódios de então e de sempre. Dessa política sem ideais, sem patriotismo e sem Deus. Dessa política que transforma os irmãos em inimigos, e que absorve, num nepotismo às claras, todas as economias do país. Dessa política subserviência, de então e de sempre, que prescreve obediência passiva ante a vontade de uma oligarquia sem rebuços. Dessa política sem princípios, que, conforme a definição de saudoso jornalista mineiro, sempre esteve e está dividida em dois partidos – um que é apoiado pelo governo e outro que deseja ser apoiado pelo governo.

Não sei quem era aquele homem, aquele infeliz viajante.

É bem possível, entretanto, ter ele deixado algures um lar, onde, por muitos anos, lágrimas amargas correram sobre a sua ausência, sobre a sua morte provável, sem jamais ali chegar uma notícia positiva.

Tudo trevas, silêncio, mistério...

Numerosos anos decorreram, e ainda hoje eu me sinto triste recordando o fato.

Com o assassinado extinguiram-se todas as probabilidades de informações, desapareceram todos os papéis que poderiam projetar luz sobre a identidade da vítima.

Talvez fosse um cientista, um poeta, um orador, um jornalista, uma alma cheia de ideias generosas.

E ali pereceu, ignorado, esquecido, anônimo, sob as armas homicidas de três desconhecidos.

Tudo trevas, silêncio, mistério...

Escrevi este capítulo alguns meses antes da revolução triunfante de outubro de 1930, e não envolvem, pois, o governo enérgico e patrioticamente presidido pelo Sr. Getúlio Vargas as referências por mim feitas aos nossos dirigentes. Com os Srs. Getúlio Vargas, Batista Luzardo, Osvaldo Aranha, Olegário Maciel e outros grandes chefes desse movimento de reivindicação, como também com os idolatrados patrícios Rui Barbosa e João Pessoa, sempre fui solidário, pelos seus ideais tendo lutado, verbalmente e pela imprensa, com todo o esforço de que podia dispor.

Otimistas e pessimistas

Ainda atualmente é a vida neste mundo, para os intelectuais, um perscrutar constante e nem sempre bem-sucedido da verdade, pois esta foge, não raro, ao escalpelo do médico, às deduções do filósofo, às experiências do psicólogo, aos exames meticolosos dos mais esforçados pesquisadores, às lucubrações dos eruditos em todos os ramos de conhecimentos.

Sirva de prova a ignorância em que ainda estamos sobre as razões ou as causas do otimismo e do pessimismo, e sobre a influência exercida por estes dois estados da alma humana nos fatos que nos cercam.

E realmente é grande o poder do pensamento, e são admiráveis os seus efeitos, seja ele falado ou escrito, ou simplesmente formulado pelo indivíduo em seu foro íntimo, mas em qualquer dos casos lembrado sempre, sempre, firme e claramente. Quando formulado perante a pessoa ou as pessoas de quem depende essa ou aquela realização, passa a ter verdadeira força sugestiva, ou constitui, para quem o expende, uma como que ideia fixa, uma forma indubitável de autossugestão.

Numerosas pessoas nutrem desejos contínuos, bons ou maus, para o bem ou para o mal – referentes os primeiros a si próprias ou a outrem, e referentes os últimos a inimigos –, e fazem tender para esses desejos todas as suas energias, toda a força de sua vontade, todas as esperanças, e muitíssimas outras pessoas deixam-se acabrunhar por ideias tristes, de receio, de apreensões, e nelas se conservam, durante longo tempo, no mais cruciante temor. Pois eu tenho observado, em quase todos esses casos, que a realidade, desejada ou temida com persistência, vem um dia premiar esse desejo ou essa grande confiança, ou

justificar esses receios constantes, essas apreensões de todas as horas.

Quer desejando o bem para si, e até para outros, quer desejando o mal aos seus desafetos ou temendo a própria desdita, pode o indivíduo reconhecer a força extraordinária do pensamento persistente. Quando, porém, tais desejos ou receios se referem ao próprio indivíduo que os nutre, os resultados, bons ou maus, são muito mais seguros.

Livremo-nos, portanto, de um mau pensamento, ou mesmo de lhe favorecer o curso. Grande parte do que conseguimos no decorrer da vida e grande porção de quanto sofremos, física e moralmente, originam-se dos nossos pensamentos bons ou maus, de nossas esperanças ou nossos receios, de nosso otimismo ou nosso pessimismo, de nossa persistência em pensamentos de felicidade ou de desdita.

Por que tem tanto poder o nosso pensamento?

Ignoro-o.

Eu desejara dispor de espaço suficiente para maiores dissertações e numerosos exemplos sobre o assunto, e que este fosse tratado por pessoa competente, e não por um pobre artista que, sendo, como eu o sou, um artista pobre, nem sequer pode dispor do tempo necessário para as experiências precisas, nem para a aquisição de notícias sobre tão elevado estudo. Publicação um pouco mais duradoura do que outra espécie de periódicos, a *Revista da Mata* prestaria não pequeno serviço aos estudiosos desenvolvendo o assunto, mesmo não dispondo de grande espaço, mas substituída a minha pena pela de qualquer pessoa competente.

Sirva o meu artigo de incentivo a alguém, e sejam-me permitidas mais algumas palavras antes de entrarmos no domínio dos fatos.

Pensai no bem, falai sistematicamente no bem, e dai curso a todos os pensamentos bons, pensamentos de paz, de afeição, de esperança, de saúde, de abundância, e o mal fugirá de vós. Se pensais no mal, e alimentais sentimentos de ódio, e desejos de vingança, e recordações de tristezas passadas ou imaginárias, e ideias de medo, de desconfiança, de miséria, de doenças, a desdita em breve vos baterá às portas.

Por que tem tanto poder o nosso pensamento?

Ignoro-o; mas a experiência de longos anos me assegura o poder dos pensamentos persistentes.

Passemos aos fatos.

Conheci, há cerca de vinte e cinco anos, um homem rico com o receio infundado de cair na miséria. Dizia-se, desde então, quase pobre, e caminhando de prejuízo em prejuízo, prevendo próxima a época em que, forçado a contrair dívidas que não poderia saldar, iria ver as suas propriedades sequestradas, e esgotados todos os seus recursos, ficando ele e sua família privados de um teto de colmo que lhes pertencesse, e ficando ele vestido com os farrapos e alimentado com o pão que a caridade pública lhe fornecesse.

Tudo isso ele o dizia aos parentes, amigos, vizinhos, a todas as pessoas de suas relações, e dizia-o com convicção e tristeza, como uma ideia fixa, todos os dias, durante anos, narrando os prejuízos sofridos, e enumerando as secções cujas rendas decresciam ou tinham desaparecido.

E possuía, entretanto, livre de dívidas, uma fazenda de cultura e pecuária de mais de oitenta alqueires de terreno; a sua lavoura dava-lhe superabundância de cereais e de cana, e a sua

sólida casa comercial era suficiente, por si somente, para assegurar a manutenção da família. O seu gado era composto ainda de uma centena de bovinos e quase outro tanto de suínos, com cerca de uma dúzia de cavalos e muares de aluguel, em vastas e ricas pastagens.

Esse homem, chefe de uma família pouco numerosa, estava ainda robusto naquela ocasião, entre os 40 e 45 anos, com uma saúde admirável, e, entretanto, previa os próximos achaques da velhice e das moléstias...

Alguns anos depois estava um homem pobre, paupérrimo, sem um teto próprio onde se pudesse acolher, e sem renda que lhe assegurasse a subsistência, e assim permanece, quase na miséria.⁽¹⁾

Conheci na mesma ocasião, há cerca de vinte e cinco anos, um jovem comerciante e industrial que dispunha de um pequeno capital, e estava estabelecido em um povoado pouco desenvolvido onde não poderia prosperar como desejava. Ele dizia-se, entretanto, em véspera de obter uma fortuna. De cada pequenina empresa iniciada ele descrevia-a, com entusiasmo, os fartos lucros esperados, e projetava transferir-se, com suas indústrias e seu comércio, para um grande centro, dois anos mais tarde, sobre isso falando constantemente, e, no decorrer desses dois anos, trançando convictamente o seu futuro modo de agir. Exerceria naquela cidade diversas indústrias pouco exploradas, para isso adquirindo maquinismos etc. etc. E ele enumerava os lucros que lhe deveriam advir de tais e tais empresas, e demonstrava o seu futuro modo de agir nas diversas

⁽¹⁾ O pobre homem faleceu aos 80 anos de idade, em 1927, na pobre casa campestre de um parente, que por favor o tinha ali recolhido.

secções da sua projetada casa, falando com a seriedade da confiança.

É ele, há já alguns anos, um grande industrial, um rico comerciante e proprietário em uma das nossas mais belas e prósperas cidades.⁽²⁾

Um dos meus amigos mais antigos e dedicados, tendo três filhos em 1896, começou a impressionar-se seriamente com a sorte do seu primogênito, nessa ocasião com três anos somente. Tinha o horrível receio de que esse menino, ao adquirir idade de raciocínio e de ações livres, viesse a adquirir um costume altamente censurável, isto é, um defeito que a sociedade repele com asco, e algumas vezes as leis perseguem com energia. O meu amigo tinha, a perfurar-lhe o cérebro, um medo horrendo de que esse filho viesse mais tarde a cometer tais crimes, felizmente raríssimos na zona em que residíamos, quase desconhecidos mesmo. Um velho tio desse meu amigo, homem culto, mas de equilíbrio mental um pouco duvidoso, insinuara-lhe esse receio infundado, incutira-lhe ao espírito esse estúpido terror, ao ver a criança dar os primeiros passos, e foi em vão que eu procurei numerosíssimas vezes combater esse terror. Mais de um cento de vezes falou-me ele sobre isso, sempre encontrando em mim a maior oposição aos seus receios infundados.

Decorreram os anos, e quando o filho do meu amigo chegou à maioridade, possuidor embora de alguma educação e de algumas qualidades boas, tinha já diversas manchas no seu

⁽²⁾ Em 1929 fui visitado por esse cavalheiro, que me honra com a sua amizade, e mais uma vez constatei estarem os seus negócios em franca prosperidade.

passado... O infeliz mancebo já tinha cometido algumas vezes o crime tão temido por seu pai!...

De fatos semelhantes aos dois primeiros eu poderia citar dezenas, ou mesmo algumas centenas, se considerarmos também os de menor vulto.

Quanto ao terceiro, eu poderia reforçá-lo com a narração de outros semelhantes a ele, conquanto menos importantes. O espaço é, entretanto, pequeno para isso, e, além disso, tais experiências devem ficar a cargo de pessoas competentes.

Passo a observações de outra natureza.

Há homens que passam toda a sua vida despreocupados quanto à sua segurança individual, e durante dezenas de anos, desde a puberdade à velhice, viajam, trabalham, efetuam negócios, e exercem diversas indústrias, sempre calmos, sem receio, inermes, sem pensar sequer na possibilidade de uma cilada, e não passando jamais nem pela ameaça de uma agressão.

Outros indivíduos, ao contrário desses, veem uma traição em cada canto, uma cilada em cada esquina, com um terror pânico aos inimigos, se os têm, ou de ladrões e salteadores de estradas, e temem a solidão e a noite, e desconfiam dos próprios amigos, e é, presas desse medo constante, e carregado de armas, que tais indivíduos, tratando dos seus negócios e indústrias, animam-se a transpor a sós algumas milhas por lugares pouco povoados, terminando alguns deles, não raros, sob a arma homicida de um celerado, sem para nada lhes servirem as armas e precauções.

Conheço indivíduos, já velhos, que passaram dezenas de anos em viagens e negócios, ora percorrendo cidades policiadas

e povoações civilizadas, ora lugares onde ainda não penetrou a civilização, sem a esses indivíduos nada de mal haver ocorrido, sem que um fio de cabelo lhes houvesse caído da cabeça – servindo-me da expressão do Divino Mestre –, e sempre sem o uso de armas, e outros tenho eu conhecido a quem as armas não livraram de perigosas agressões e até da morte.

É que os primeiros pensavam na paz, na harmonia, na segurança, na concórdia, nos direitos e deveres do homem, no bem enfim, cuja culminância é Deus, e os últimos tinham o receio na alma, atraindo o mal com os seus pensamentos de crimes, com o seu terror constante.

Pensemos no bem, unicamente no bem, e afastemos de nós, sem lhes dar curso, todos os pensamentos de doença, de pobreza extrema, de ódio, de vindita, de orgulho, de egoísmo, de medo –, todos os pensamentos persistentes sobre o mal.

Passo a narrar um fato triste em abono destas palavras.

Havia em certo distrito duas corporações artísticas entre cujos principais dirigentes e torcedores, de parte a parte, estabeleceu-se uma espécie de desconfiança, longe aliás de se poder chamar inimizade.

Os respectivos diretores eram calmos e sensatos, e quase todos os sócios eram pessoas afeitas à paz e à união. Alguém disse, porém, que um conflito, talvez de morte, ia haver entre os dois dirigentes adversos, e disse-o sem fundamento algum, mas deu curso a esse boato com tal insistência, com tal convicção, que no fim de alguns meses quase toda a população previa como certo esse conflito, essa estúpida cena de sangue.

Algumas pessoas tentaram deter o curso do boato, procurando provar a sua falta de base, e não o conseguiram, até que, alguns meses mais tarde, realizou-se esse crime, sendo um desses homens agredido pelo outro, ficando ambos feridos, um

dos quais gravemente.

Por que exercem as palavras, quando pronunciadas com persistência e convicção, tão estranha influência?

Ignoro os motivos, mas reconheço o fato.

Um amigo e colega meu obteve em certa ocasião uma interessante obra de arte. Era uma peça de música, uma grande ária francesa, com acompanhamento de piano e belíssimos *tutti* de violoncelo com variações de violino, ária merecedora da maior admiração devido à beleza dos versos, como devido ainda à perfeição da cópia, executada a pena, de um modo verdadeiramente admirável, em papel colorido.

Se essa música estivesse impressa, ou, mesmo em manuscrito, estivesse à venda, o seu preço seria relativamente uma insignificância.

Não estava à venda, porém, apenas existindo entre nós aquela cópia, e eu, depois de a haver admirado detidamente, comecei a alimentar o desejo de possuí-la.

Eu não o disse a ninguém, mas desde o dia da entrega da referida música comecei a pensar que ela, sendo minha, serviria a mais pessoas, e que devia pertencer-me. Eu reconhecia, perante o meu foro íntimo, ser aquele meu desejo, em ponto pequeno, um delito de cobiça, de ambição, de egoísmo talvez, mas... o desejo não me saía da mente.

No fim de uns vinte dias, ou pouco mais ou menos, *sem que sobre o assunto houvéssemos falado durante esse tempo*, o meu colega entrou-me certo dia em casa, e, entregando-me a partitura, disse-me: "Trago-te hoje um presente. Contigo será mais conservada".

Influência do meu pensamento, ou mero acaso?

Ignoro-o.

Se influência do meu pensamento, teria tal influência sido

prevista ou estudada, na antiguidade, pelo legislador que incluiu entre os preceitos divinos o *não cobiçar as cousas alheias?*

Fiz em certa ocasião uma experiência sobre o assunto, com resultado satisfatório, e três anos depois fiz novamente, com o mesmo resultado, outra experiência semelhante à primeira.⁽³⁾

Eram dois cargos eletivos, para os quais, respectivamente, eu desejava dois cidadãos dignos, quer pela sua seriedade, quer pela sua honradez, quer pela sua competência, mas sobre a escolha dos quais ninguém cogitaria, pois eles não eram políticos, e um deles nem sequer era eleitor.

A realização desses dois projetos dependia de muitas pessoas sobre as quais eu não tinha nem tenho influência alguma; mas eu falei às primeiras pessoas, com certo calor, como apresentando uma ideia minha, e, não achando oposição, comecei a falar aos outros interessados sobre esses projetos como se fossem candidaturas já assentadas, e fazendo-o com tal convicção de êxito que, em cada pessoa, em cada vontade, falando sem inverdades e sem exageros, encontrava um auxiliar de valor, cujos desejos vibravam de acordo com os meus.

E foi assim que dois homens honrados ocuparam naquele distrito, durante anos, cargos que não eram honrados pela grande competência de seus antecessores...

⁽³⁾ Não tornei a fazer outras experiências semelhantes às dos dois fatos acima, e nem as farei jamais, porque um desses cidadãos deixou-se envolver, no decorrer do segundo período de sua escolha, pelos tentáculos do polvo denominado política, chegando a ser chefe, em dois distritos, de um partido político, com o que sofreu não pequenos prejuízos e desgostos. – (Comentários do Autor, em 1930.)

Pensem no bem, e afastemos de nós, sem lhes dar curso, nem sequer como boatos, todos os pensamentos sobre o mal.⁽⁴⁾

⁽⁴⁾ Da "Revista da Mata", de Cataguases, Minas, em fevereiro de 1917.

O perdão das ofensas

Percorrem esta zona, de povoado em povoado, alguns missionários católicos redentoristas de nacionalidade holandesa.

São recebidos festivamente a música, e discursos, e fogos de artifícios, e logo em seguida principiam a falar ao povo, “pregando as missões”, e a fazer algumas festividades, e a ouvir os devotos em confissão.

E os reverendos vão ouvindo os grandes e pequenos pecados do sexo que teve barbas e torceu bigodes, e os insignificantes pecadilhos das moças, das moças bonitas, dessas encantadoras tentações que possuíram outrora belíssimos cabelos encaracolados, e que agora trazem as inquietas cabecinhas elegantemente tosadas *à la garçonne*.

É bem provável apresentarem-se as moças aos sacerdotes, embora estando o tempo quase quente, envoltas em grossas e luxuosas capas de frio, assim ocultando, aos reverendos, o belo decote do leve vestidinho de seda e os encantadores braços nus. É que esses homens da Igreja abominam essas modas de despir.

Provavelmente, aos primeiros erros, aos pecados masculinos, do sexo impropriamente denominado forte, que costuma cometer pecados graúdos, franziam os reverendos os sobrolhos, em formal desaprovação, mas ouvindo os inocentes pecadinhos das moças, e principalmente das moças bonitas, sorria-se cada confessor quase imperceptivelmente, apressando-se a dizer, para cada receio, umas palavras de conforto, e concedendo “para cada crime o seu perdão de pai”, como disse o poeta.

Mas os maiores criminosos, esses de quem cogita o Código Penal e que a sociedade teme e repele, não foram certamente ao tribunal da penitência dos dedicados missionários. Aos ouvidos destes não soaram decerto as terríveis confidências dos

assassínios covardemente premeditados, dos roubos, das traições mesquinhas, das seduções ignóbeis, das falsidades inauditas, das maldades cuja narração encher-nos-ia de horror. Esses lá não estiveram, exceto se alguns, mais animosos e hipócritas, resolveram ocultar, por momentos, as garras do lobo voraz sob a pele da mansa, da inofensiva ovelha.

Lá devem ter estado, porém, no tribunal da penitência, muitas pessoas de coração endurecido, que não perdoaram ainda as ofensas recebidas, ou as supostas ofensas de que se dizem ou se julgam vítimas, pessoas que esperam o seu perdão e continuam, entretanto, a ter o coração cheio de ódio, a transbordar de rancor e de maus desejos.

São os criminosos de quem o Código Penal não cogita.

É a essas pessoas, se o acaso levar a algumas delas estas pobres linhas, que eu consagro e dirijo este artigo.

Era costume dos antigos oferecerem sacrifícios aos deuses sobre o altar do templo. Esse altar era de mármore, de que a Igreja Católica ainda conserva vestígios na pequena pedra, colocada como um símbolo no meio do altar, e sobre a qual colocam os padres o cálice por ocasião do sacrifício da missa.

Sobre a pedra do altar provavam os homens, pois, a sua fé, sacrificando um animal, oferecendo uma vítima ao Senhor.

A essas ofertas se refere Jesus, declarando-as inúteis quando não procedidas pelo perdão das ofensas.

“Qualquer – disse o Divino Mestre – que contra seu irmão se indignar sem razão será réu de juízo, e, portanto, se trouxeres teu presente ao altar, e ali te lembrares de que teu irmão tem alguma cousa contra ti, deixa ali o teu presente, diante do altar, e vai, reconcilia-te primeiro com teu irmão, e então vem, e oferece o teu presente.”

Em nossos tempos há provas mais palpáveis da fé, e o

sacrifício de vidas foi substituído pelo sacrifício incruento. Fazem-se essas provas, quanto ao Catolicismo, nas cerimônias do batismo, da confirmação, do matrimônio eclesiástico, da confissão auricular, e da comunhão, e ainda pela imprensa, pela tribuna, nas festas religiosas, e de outros modos afinal.

A mais importante, porém, de todas as provas de submissão ao credo católico, é, incontestavelmente, a confissão, mormente se feita aos *santos missionários*, como dizem os crentes mais simples.

Não há nestas linhas ironia alguma, pois eu respeito todas as crenças, quando sinceras, como desejo ver respeitadas as minhas, e creio mesmo haver muitas vezes sem a paga o perdão de grandes erros, mas apenas quando o arrependimento é sincero e perfeito.

Mas de quantas pessoas, neste lugar, foram implorar perdão ao tribunal da penitência, uns milhares em poucos dias, não o terão feito muitas somente com os lábios? Não terão algumas dessas pessoas deixado de perdoar as ofensas recebidas ou que supõem recebidas?

Essas pessoas não foram certamente perdoadas. Deveriam primeiramente justificar-se perante seus adversários, perdoar a quantos as houvessem ofendido, e começar a amar a quantos odiavam.

A graça e o ódio são incompatíveis.

Quando reina a paz em uma população inteira, no seio de cada família como nas relações dos lares entre si, um como que estado de graça permanente constitui a felicidade geral. Se domina, porém, a desavença, e a desconfiança impera, e a ambição predomina, e a adulação mais asquerosa e soez adquire foros de virtude, e a intriga e a espionagem recebem prêmios, parece que uma atmosfera de ódios nos arreda de Deus, constituindo, quase somente por si a nossa desdita, a infelicidade geral.

Nesse estado de desdita todos os credos religiosos são

ineficazes, não trazendo ao povo a paz imprescindível para a felicidade, nem a confiança de que ele tanto necessita, nem a esperança que ele reclama, nem a tranquilidade de cada indivíduo, de cada família, de cada povo enfim.

A quem pede perdão sem por sua vez perdoar a quem o ofender, ou ao indivíduo por quem se julga ofendido, perdão não será concedido. A quem pede para si a tranquilidade, e tem, entretanto, a alma cheia de rancor, quase sempre infundado, é certo ser-lhe negado quanto implora.

Quem o diz não sou eu, não somos nós: é o Divino Mestre.

Reportando-me a alguns fatos da ocasião escrevo estas linhas, e, sem assumir as funções de doutrinador, para as quais, aliás, faltar-me-ia competência, devo asseverar que ao pedirmos perdão para os nossos erros já devemos ter perdoado aos nossos desafetos, fazendo de cada um deles um amigo ou um irmão. Sem isso, a nossa contrição seria uma mentira.

Mas dirigem-se muitas vezes ao tribunal da penitência, e mais frequentemente ao confessionário dos padres missionários, indivíduos que não relevam as faltas alheias, e continuam a odiar os seus inimigos verdadeiros ou supostos, e não procuram também o perdão das próprias faltas. Vão ao confessionário, e ouvem com aparente unção religiosa as prédicas dos sacerdotes, unicamente para serem vistos, unicamente procurando adquirir a fama de religiosos, de humildes, de populares, de bons.

Esses – assim o disse o Cristo – já receberam a sua recompensa.

Não diz o Divino Mestre em que consiste essa recompensa, sendo provável consistir na fama de religiosidade...

Escravos das convenções do meio, abandonam a sinceridade pelas aparências. Fazem o que viram fazer a maioria, e não raro o que julgam agradável aos dirigentes, aos detentores do poder ou das grandes fortunas.

E incontestavelmente causas que mais concorrem, em nossa Terra, e principalmente nos últimos tempos, para a degeneração

dos costumes, é a apatia, é a indiferença, é a amorfalidade, é a quase inconsciência com que inúmeras pessoas se deixam conduzir, pelas potências do ouro, ou pelos prepostos de governos que não compreendem a sua missão, ou simplesmente pela rotina ou pelo medo, no seu modo de agir em religião e em política.

Dizem o que não sentem, fazem o que não desejariam fazer, aprovam ou reprovam o que não conhecem, silenciam sobre injustiças, negam alvissaras ao mérito, e humilham-se não raro quando a sua altivez seria uma virtude.

Não envolvem estas minhas ponderações, referindo-me ao tribunal da penitência, e também às missões, terminadas pelo belíssimo sermão do perdão das ofensas, a mais ligeira censura aos verdadeiros crentes, aos humildes de verdade, mas apenas aos indivíduos sem fé, e cheios de rancor, e afeitos às perseguições e à mentira, que foram demonstrar o que não sentem e o que não são.

As religiões merecem mais respeito.

Terminando, entretanto, estas despreziosas ponderações, devo declarar-me inteiramente solidário com o orador. Temos o dever de perdoar quantas ofensas tenhamos recebido, e de tolerar e desculpar muitos erros e defeitos alheios, para que a nós nos perdoem nossas ofensas, e tolerem e desculpem nossos erros e defeitos.⁽¹⁾

⁽¹⁾ D'O Município, de 13-9-1923.

Um apelo

Chegamos a um ponto tão grave quanto à crise de numerário, e, conseqüentemente, quanto à crise de negócios e de trabalho, que os fatos parecem demonstrar serem estes dias os da culminância da mesma crise. Pessoas competentes dizem, entretanto, que esta época de dificuldades e prejuízos, de incertezas e apreensões está ainda longe do seu término, talvez longe ainda do seu meio, e que a etapa a vencer, comparada à já vencida, será mais longa, mais penosa, mais povoada de sofrimentos.

É necessário precaver-se o povo para entrar nesse período de tristes ameaças. Deve imaginar estarmos terminando o tempo das espigas cheias e das vacas gordas, tendo iminente o período das espigas chochas e das vacas magras, sem um José que nos leia o futuro nem um Faraó que nos forme celeiros.

Em preparar-se o indivíduo ou a coletividade para uma quadra má, mesmo sem a convicção de ser ela uma realidade, não há pessimismo: há previdência e precaução.

Diminui sensivelmente o dinheiro em circulação, e grandes empresas fracassam, arrastando consigo as economias de inúmeros lavradores, e concorrendo, conseqüentemente, para o enorme prejuízo do comércio, do operariado e de todas as classes proletárias.

O meio de combatermos a miséria que nos ameaça é a produção, em grande escala, de tudo quanto é necessário ao povo. Lavradores ou criadores, devemos aumentar o plantio e a pecuária; operários ou artífices, devemos produzir mais, bastante mais do que nos tempos normais; como intelectuais, nas ciências ou nas artes, na tribuna ou na pena, no magistério ou na imprensa, na administração ou na política, devemos agir com

energia e clareza, e ainda, se possível, mais criteriosamente, mais honradamente, mais ponderadamente, mais conscienciosamente do que nos tempos normais.

Aproveitemos o tempo, que não é dinheiro, como diz o provérbio inglês, mas muito mais do que dinheiro – pois este, perdido, pode frequentes vezes ser reconquistado, mas aquele, uma vez perdido, não poderá jamais ser recuperado.

É semelhante, o tempo, àquela belíssima Virtude que, entre as Virtudes eventualmente tangíveis para uma grande festa do Empíreo, ao se apresentarem essas entre si, na hora da separação, determinando cada uma o local onde poderia ser encontrada, disse com tristeza às divinas companheiras:

“Eu sou a entidade que nunca será novamente encontrada por quem uma vez a perde. Eu sou... a Vergonha!...”.

E realmente o tempo é semelhante à vergonha: quem tem a desgraça de perder a vergonha, ou tem a desdita de desbaratar o tempo, jamais fará nova aquisição de vergonha, e nunca recuperará o precioso tempo perdido.

Pessoas inexperientes dizem às vezes que a perda de algum tempo nada significa, pois após um dia vem outro dia. Essa teoria não tem base, não merece crédito, pois muitas vezes sucede não podermos fazer em um dia o que facilmente poderíamos ter efetuado no anterior. Além disso, cada volta da luz solar à porta de nossa morada, de 24 em 24 horas, é uma advertência de que um dia mais acaba de ser descontado no período de nossa permanência sobre a Terra, e de que, para a solução dos nossos compromissos, devemos aproveitar todas as nossas energias, sem desfalecimentos, sem prejuízos do precioso bem denominado tempo, para não termos, tentando infrutiferamente uma empresa, o desgosto de dizer a nós mesmos: É tarde; é muito tarde...

É ocasião, portanto, de agir. A época é propícia ao trabalho, e este se torna a mais premente das necessidades quando, como agora, ameaças tremendas nos enegrecem o futuro.

Muita razão tinha Wenceslau Braz, o grande presidente, quando, por ocasião da guerra europeia, da maior guerra de todos os tempos, aconselhava patrioticamente:

“Intensificai a cultura dos campos. Usai a parcimônia nos gastos.”

A época atual, financeiramente, é bastante mais grave para os brasileiros. São-nos necessários agora mais esforços, mais dedicação, mais sacrifícios. Sem isso, muito maior será o nosso sofrimento.

Essa quadra de apreensões e sacrifícios passará, porém, sem grandes comoções, se os campos, em comparação com as épocas normais, produzirem uma quantidade bastante maior de gêneros alimentícios, e a pecuária acentuar mais nitidamente o seu desenvolvimento, e as indústrias demonstrarem semelhante ou maior vigor, e cada cidadão, dentro da esfera das suas aptidões, em sua profissão, em seu cargo, em suas atribuições, envidar esforços no intuito de produzir mais e gastar menos, pondo em prática toda a sua capacidade de trabalho, e ainda der, com a palavra e os atos, lições de trabalho e de economia, e verdadeiros exemplos de amor ao cumprimento de dever.

Não são bons cidadãos os indivíduos que em qualquer tempo, mas principalmente nestes dias de angústias e apreensões, povoam sistematicamente as casas de bebidas e de jogos, ou vivem embalados ou embalando outrem com esperanças ou promessas de vida folgada à mesa do orçamento; pois também aos governos, nestes tempos de penúria, cumpre fazer algo em benefício do povo, e isso consiste em restringir as despesas aos cargos de verdadeira utilidade pública, o que permite uma sensível diminuição dos tributos. É o que consta ser propósito e estar no programa do futuro Governo do Estado, exemplo digno de ser imitado pelo Governo Federal e pela administração dos municípios.

Com uma propaganda tenaz pelo trabalho, e decidida e bem dirigida proteção à lavoura, e ainda com o exemplo, e

incentivando empresas úteis, e abandonando à ação policial os indivíduos nocivos à coletividade, muito podem os governos fazer pelo povo oprimido de nossa terra, o qual, não vendo reconhecidos os seus direitos de escolher livremente os seus dirigentes, deve ao menos ter o direito e a possibilidade de fugir da miséria, para o que faz jus ao amparo dos governos por ele tão generosamente pagos.

Para que a população não sofra a maior inclemência da crise atual, é necessário, em primeiro lugar, mas depois de implorar o amparo da Divina Providência, trabalhar com método e energia e economizar sem vileza.

É o que eu desejo.

É provável que alguns dos meus adversários, no município, no costume de encontrar erros e mentiras em tudo quanto não parte de seus chefes, lendo por desfastio as linhas acima, entendam chamar-me pregoeiro de infortúnios.

A eles, como sempre, nada posso responder, por haver muita diferença entre o meu e o seu modo de falar ao povo.⁽¹⁾

⁽¹⁾ D'A *Reação*, de 16-9-1930.

XII

Costumes

O ousado viajante criado pela imaginação fecunda de Júlio Verne, vendo chegar ao final o estopim que conduzia à mina formidável, no interior do globo, onde devia explodir fragorosamente a carga nitroglicerina, bradava de longe, sobre a toska jangada em que sulcavam as ondas do mar subterrâneo:

“Desabai, montanhas de granito!...”

Como o viajante da *Viagem ao centro da Terra*, nós, assistindo ao rápido evoluir dos povos nos últimos tempos, com a civilização a penetrar nos mais recônditos povoados do Novo Mundo, poderíamos e deveríamos bradar aos velhos usos incompatíveis com a sociedade hodierna:

“Desaparecei, costumes obsoletos!...”

Os leitores destas linhas não conhecem talvez um dos mais extravagantes desses costumes, o mais improcedente talvez: *o festejo de Judas*.

É uma comemoração do suicídio de Judas, o arrependido traidor do Mestre de Nazaré e é provável não conhecerem alguns leitores como era feita essa comemoração no interior – e em muitos lugares o é ainda –, principalmente nos povoados onde ainda não silva a locomotiva.

Na sexta-feira que a Igreja denomina “da Paixão”, mal desaparece o sol no ocidente, diversos grupos de moços, e mesmo de indivíduos barbados e de meninos, vão-se formando no povoado, em conciliábulos acerca dos *trabalhos* a serem distribuídos e sobre a zona da ação de cada grupo.

Algumas horas depois, quando o comércio termina o cerramento de suas portas, começam esses grupos a agir.

Na praça principal do povoado é erguida uma árvore, e dela pende um boneco toscamente formado de pano, com a estatura

e as proporções de um homem normal, e vestido de acordo com o uso da época e do lugar.

É o *Judas*.

O títere representa o traidor de Jesus, o discípulo que por trinta dinheiros, quantia equivalente a menos de 15\$000 em nossa moeda, guiou ao monte das Oliveiras os perseguidores de Jesus, entregando-o ou denunciando-o por meio de um ósculo na frente.

Era o ósculo de Judas. E desde então nem sempre um beijo demonstra amor, pois às vezes, não raro, encobre perfídias. Há pessoas que osculam a face do ser que odeiam, e beijam a mão que desejam morder.

Mas volvamos ao caso de Judas.

Ao suporem estar recolhida a maior parte da população, esses indivíduos, divididos em magotes, dirigem-se a todos os pontos do povoado, como às chácaras circunvizinhas, e trazem para a praça quantos objetos encontram e podem conduzir – madeiras, árvores, tábuas, portas, carros, animais de diversas espécies, frutos, flores etc. –, formando, na chamada *chácara do Judas*, uma enorme multidão de cousas e animais cuja heterogeneidade e cuja disposição fazem da praça um verdadeiro caos.

É a *chácara do Judas*, no sábado de Aleluia...

No centro, pendente de uma árvore por uma corda que lhe aperta o pescoço em nó corredio, destaca-se a figura esguia que representa o mísero judeu. Esse títere tem dentro da cabeça uma grande bomba, e tem pelo corpo, ocultas sob a veste, diversas bombas menores.

À exceção do boneco, tudo quanto se vê na improvisada chácara foi para ali conduzido contra a vontade e às ocultas dos legítimos proprietários. Toda a noite foi gasta nessa lide, terminada ao primeiro alvor do dia de sábado por um succulento pábulo, onde, quase invariavelmente, entra a vianda caprina sem ser ouvido o pastor.

Às vezes apresentam-se proprietários de alguns dos objetos colecionados, e reclamam-nos; mas os interessados pelos festejos estão sempre vigilantes, e não consentem na retirada de coisa alguma antes da hora determinada, e para a negativa apresentam razões que fazem a desistência por parte dos reclamantes, unindo-se estes, frequentemente, aos promotores do festejo.

Às nove horas da manhã do sábado denominado *da Aleluia* é lido o *testamento do Judas*, às vezes impresso, e quase sempre em numerosos versos, versos às vezes sem arte, declarando burlescamente serem doados, por Judas, certos objetos a determinadas pessoas, quase sempre em alusão a fatos anteriores, passíveis de censura, ou a costumes bons ou maus, mas na maioria maus, que caracterizam os improvisados herdeiros.

Os sinos das igrejas, que não soam na semana durante cerca de sessenta horas, às nove horas do sábado de Aleluia começam a repicar festivamente, soando ao mesmo tempo campainhas e carrilhões.

É o sinal. Os promotores do festejo e seus numerosos assistentes, já tendo ouvido então a leitura do testamento, fazem atear fogo ao *Judas de pano*, cheio de capim seco e guarnecido de bombas, e, enquanto estas vão detonando, sobe um menino à árvore, e desprende a corda, atirando o grande boneco ao solo.

Vendo no chão o vulto do pobre enforcado, já meio em chamas, a garotada vibra de alegria, e arrasta-o pelas ruas e praças esbordoando-o, despedaçando-o, queimando-o destruindo-o enfim, em uma sanha espetaculosa e irritante de inquisidores inconscientes.

Alguns desastres têm-se registrado em tal balbúrdia e, entretanto, as mesmas cenas se repetem no ano seguinte.

Não deveríamos consentir esses restos de velharias inúteis e desgraçadas, incompatíveis com a nossa época.

E com que fim acerar desse modo a ira popular contra a

memória do pobre discípulo traidor, cuja história nos não fornece dados para um julgamento definitivo?

Judas era um dos discípulos do Cristo. Acompanhava-o, ouvia-lhe a palavra meiga e persuasiva, e chegou a ser incluído entre os doze escolhidos a quem tudo seria revelado.

Se fosse um ímpio, não seria recebido, pois o Mestre lia nas consciências. Se fosse um incrédulo seria preterido, porque o Nazareno queria que os seus eleitos possuíssem a fé vigorosa e pura, capaz de arredar montanhas.

Trazia consigo a bolsa, e não desprezava o ouro – dizem –, mas isso não lhe impedia ser bondoso e crente. Um dia, tentado de certo por outrem, provavelmente por um ser extraterreno, sucumbiu a essa atração para o crime. Foi uma hora de cobiça, de descrença, de desalento.

E talvez a essa fraqueza do pobre Judas não fosse estranho algum amor de mulher... A quantos mortais leva o amor ao menosprezo de compromissos e deveres! Se a alguns é o amor, quando tem por alvo quem o merece, o caminho da regeneração, a outros o amor, quando mal escolhido o seu alvo, é a porta aberta para o esquecimento de muitos deveres que a dignidade prescreve.

Teriam os gozos do mundo alguma cumplicidade no crime de Judas, produzindo o esquecimento momentâneo dos prazeres da alma?

Ninguém o assevera ou nega.

São, todavia, inúmeros os homens que fraqueiam em suas convicções, em seus bons intentos, ante uma sugestão sistemática e persistente para o mal. Há homens honrados de quem uma hora de maus conselhos faz criminosos.

Os inimigos da verdade procuraram captar a confiança do discípulo infeliz. Insinuaram-lhe na sua alma de simples, prometeram-lhe amparo perante a lei e o povo, exploraram-lhe a avareza, sondaram-lhe as paixões, e conseguiram afinal, diminuindo perante ele o valor do Mestre, convencê-lo de que ele

cumpriria um dever cívico guiando os perseguidores de Jesus, qualificado por esses inimigos como um agitador perigoso.

E assim consentiu Judas em guiar ao monte das Oliveiras os perseguidores do Mestre, e a eles entregou o meigo filho de Maria dando-lhe um beijo na fronte, sem nela vislumbrar o diadema do maior dos mártires.

Pouco depois, porém, os mais acerbos remorsos dominaram a alma do mísero, e suas lágrimas apenas deixaram de correr, quando, pendente de uma figueira, com o colo estrangulado ao nó corredio de uma corda, encontrou Judas a dura morte que aos olhos do vulgo arrebatava-o do sofrimento e da vergonha.

A corda que lhe oprimia a cerviz, prova inconcussa do seu pronto arrependimento, dever-lhe-ia ter reabilitado a meio a memória.

Descreveram-lhe o filho de Maria como um usurpador, e mostraram-lho, despido da auréola divina, sem o desprendimento que sempre demonstrou, e aspirando a um trono na Terra, embora Jesus dissesse: "O meu reino não é deste mundo".

Atemorizaram o pobre iniciado com a justiça romana, e falaram-lhe do esperado fracasso da doutrina do Mestre.

Tentavam-no por outro lado com uma bolsa. Ele seria simplesmente um guia, e assim o Cristo seria preso em um lugar isolado, e não no centro da cidade, em plena luz do dia, o que ocasionaria um tumulto, e Judas guardaria os trinta dinheiros...

Não deixariam de lhe dizer, os inimigos de Jesus, que ele, Judas, não se prestando àquele serviço, outra pessoa a isso se prestaria com paga menor.

Assim sucumbem os fracos.

Assim sucumbiu Judas.

Mas arrependeu-se sem demora, atirou com a bolsa aos pés dos sacerdotes, e fugiu do mundo, envergonhado, convicto da enormidade do seu crime, cheio de horror de si mesmo, devorado de remorsos.

Suicidou-se poucas horas depois da traição.

E, entretanto, muitíssimos outros traidores, inúmeros outros gozam em paz a paga da sua perfídia.

Não preconizo o suicídio: pelo contrário, reprovo-o em todos os pontos, por todos os princípios. É sempre uma covardia. Mas o suicídio de Judas demonstra o seu arrependimento quanto à traição horrenda, e inúmeros traidores não se arrependem.

A devolução acintosa dos trinta dinheiros é uma prova de sentir Judas o maior horror pela sua vileza e pelo respectivo preço; e outros traidores gozam, aparentemente calmos, os proventos da sua baixaza, da sua covardia, da sua delação.

Os nossos patrícios, como se fizessem um corolário a estas ponderações, lembrarão o nome enegrecido de Joaquim Silvério dos Reis, como poderiam lembrar uma infinidade de nomes dos nossos tempos. É que Joaquim Silvério foi o mais feliz dos delatores, o mais afortunado dos espíões e traidores. Desprezado e evitado pela gente honrada de Vila Rica e de Minas, seguiu para o norte carregado de ouro e prestigiado pelos seus chefes, por lá vivendo na opulência e em aparente ventura, se a consciência não lhe tornava a vida o mais cruel suplício.

Judas foi mais honrado.

Tantos indivíduos se fazem espíões e denunciantes por um punhado de ouro! Menos honrados do que Judas, fazem-se pagar por muito mais de trinta dinheiros, e não devolvem o preço de sua infâmia...

Algumas vezes, porém, a tradição é deturpada pelas paixões políticas ou patrióticas. De Calabar fizeram um monstro, porque, mameluco, filiou-se ao partido holandês, e de Matias de Albuquerque fizeram um herói, porque, português, sustentou o domínio espanhol no Brasil. Hoje, três séculos depois das sangrentas guerrilhas do norte, é já bastante menor a distância que separa moralmente esses dois vultos – o general português, a serviço de Castela, procurando reconquistar trechos da terra do Brasil para o poder espanhol, e o pobre enforcado de Pernambuco, que, filho do país, optava pela cultura holandesa,

lutando com denodo pela causa de Nassau. Do mesmo modo que a memória de Calabar, foi a memória de Judas enegrecida demasiadamente pela tradição e pelas paixões religiosas, que parecem ter tido o intuito de inocentar Pilatos e outros dominantes, como é costume de todos os tempos e de todos os povos.

Não devemos deformar o moral de um arrependido, e não devemos concorrer para que a infância aprenda a odiar.

É sumamente triste vermos, em sábado de Aleluia, a burlesca figura de pano e estopa, representando o discípulo infiel, arrastada pelas ruas, e esbordada, queimada, destruída enfim, em uma hora de suplício, por esses pequenos inquisidores inconscientes.

A mocidade deve ser instruída em uma doutrina de amor e de perdão, e nunca ser convidada a atirar mais um insulto à memória do infiel, mormente do infiel arrependido.

De entre os usos e costumes mais reprováveis, é esse, o festejo de Judas, um dos que mais merecem que lhes brademos, como o herói de Júlio Verne às montanhas de granito do centro da Terra:

– Desabai, costumes obsoletos!...

Coisas agridoces

Narra uma historieta antiga que houve em Roma um homem com pretensões a inspirado pintor, sem todavia possuir talento algum, nem demonstrar verdadeira vocação para a pintura. Atirava à tela as mais extravagantes carantonhas, e elas lhe agradavam como se fossem obras-primas. Expondo-as à admiração dos amigos e conhecidos, alguns desses, por benevolência ou por ignorância, lisonjeavam-lhe a vaidade elogiando-lhe com entusiasmo os grosseiros quadros, e isso tornava o pobre artista cada vez mais convicto do próprio mérito.

Um belo dia teve o nosso artista um desejo ousado: pintar o santo padre...

– Se conseguir licença para essa empresa – pensava ele certamente –, licença, aliás, difícil de se obter, que honra será para mim! Ter na minha galeria, e pintado por minhas mãos em um dos salões do Vaticano, um belo e artístico retrato de sua santidade, espécie de embaixador de Deus na Terra!...

E seria uma glória digna de inveja, com poucas semelhantes nos anais da pintura, e maior seria ela ainda porque o sumo pontífice de então era Leão XIII, o papa que, antes de o ser, tinha sido o inteligente diplomata conhecido em diversas capitais europeias.

E lá se foi o pintor. A custo conseguiu ser admitido no imenso palácio, residência do pontífice, onde alguns anos antes o rei de Roma ditava leis e compunha encíclicas, mas desde 1871 transformado na prisão voluntária do chefe do Catolicismo.

Apresentado a Leão XIII, o artista arrojou-se-lhe aos pés impetrando-lhe a graça de se deixar o pontífice pintar em uma tela.

O papa, por natural benevolência e por educação, pois todos

sabemos ter ele sido um coração bem formado e um Espírito culto, acedeu em ser retratado, não sendo estranha talvez a essa aquiescência a suposição de ser o suplicante um artista genial.

Digo *suposição* acreditando que a infalibilidade pontifícia não se estende a cousas comuns, mas apenas se refere às divinas...

O pseudo Rafael atirou-se, pois, ao trabalho e alguns dias depois apresentou ao pontífice o quadro concluído: uma pintura grosseiramente sarapintada, quase nada parecida com o original, executada sem a mais leve noção da arte e do bom gosto.

Mas o pobre homem, apresentando a obra, solicitava mais uma graça, sem dúvida maior do que a primeira: pedia encarecidamente ao retratado que escrevesse algumas linhas, algumas palavras ao menos, abaixo daquela grosseira pintura, terminando-as com a assinatura...

O artista queria conservar esse tesouro em sua galeria. Esse autógrafo, honrando a tela, tornaria célebre aquela galeria.

O papa quis recusar-se. Não se sentia disposto. Declarou não lhe ocorrer pensamento algum que fosse digno de figurar na tela...

Após novas súplicas, porém – e o artista pedia qualquer pensamento ou sentença de um dos Evangelhos –, o papa sorriu quase imperceptivelmente, e tomou entre os seus dedos de lançar bênçãos a pena de ouro que um camareiro lhe oferecia.

Lembrara-se do capítulo XIV do Evangelho de Mateus.

Jesus, terminada a prédica, subira a sós a uma montanha, a fim de orar, e os doze apóstolos, pouco depois, navegavam em um barco que ventos contrários assaltavam. Decorrem algumas horas, e a noite se adianta, e o vento aumenta a sua impetuosidade. Em certo momento os apóstolos avistam uma figura humana que se dirige para o barco, mas andando calmamente sobre as ondas do mar, pisando tranquilamente sobre a superfície daquele mar revolto. O fato era extraordinário, e com ele alarmavam-se os discípulos do Nazareno. Aterrorizados, julgavam ver naquele vulto um fantasma, quando

Jesus, que os discípulos não tinham reconhecido, acalma-os dizendo:

– “Não vos assusteis; sou eu”.

Lembrara-se certamente o papa dessa passagem do Evangelho de São Mateus, e escreveu na margem inferior da grosseira pintura:

– *Não se assustem: sou eu...*

A história até aqui é velha, conhecida certamente por quase todos os leitores, mas a continuação é nova, ou quase nova.

Um amigo meu encontrou, há muitos anos atrás, um catálogo ilustrado de material fotográfico, de uma grande casa do Rio de Janeiro, e deixou-se seduzir pelas experiências da empolgante arte de Daguerre e de Niepce.

Sem consultar tratado algum de fotografia – e naquele tempo somente havia em português o pequeno manual de Klary – e sem assistir a trabalhos de artista algum, mas possuindo apenas uns rudimentos dessa arte enfeixados no referido catálogo, esse meu amigo tinha adquirido um aparelho fotográfico e os acessórios mais precisos, e atirara-se às experiências.

Após numerosos insucessos, conseguiu o meu amigo umas fotografias de edifícios e ruas, ao sol e em sombras, e colecionava já algumas paisagens, até que um belo dia obteve uma fotografia de sua própria esposa, no silêncio do seu gabinete de estudo, depois de pôr em foco um cromo de folhinha, em cujo lugar colocou-se depois, movendo a alavanca do obturador por meio de uma linha de três metros, correndo ao redor de um carretel de madeira.

Era o primeiro negativo que o novel experimentador obtinha representando um ser vivo, e não foi pequena a sua satisfação ao contemplar na estante aquele rosto negro, com as outras vestes pardacentas sobre uma camisa preta, e com os cabelos

encaracolados e o buço inteiramente brancos...

Conseguira a chapa negativa sem o conhecimento das regras da distribuição de luz, e, sem retoque algum no negativo, obteve diversas cópias positivas.

Mas a imagem era dura, sem relevo, sem arte, sem essas meias-tintas que constituem o maior encanto de um retrato. Tinha as feições carregadas, a fronte com um grosso sulco vertical, os cabelos um pouco nevados, os olhos refletindo a luz viva do céu, os lábios apertados um ao outro, a gravata torta, o colete enrugado...

O novo fotógrafo amador, não atentando no começo sobre tais defeitos, e deixando-se enlevar pela própria obra, foi somente por modéstia que pôs o seguinte improvisado em uma prova, em cartão-postal, remetida no mesmo dia a uma pessoa de suas relações:

“Reportando-me ao dito, mui sensato,
“Com que uma tela o papa subscreveu,
“Devo escrever-te ao pé do meu retrato:
“Não te assustes – sou eu...”

Dizem que a noite é boa conselheira, e eu o creio.

À noite, calmamente, a sós, em vez de dormir sobre os louros, o jovem fotógrafo, tomando uma lente, pôs-se a examinar meticulosamente o retrato obtido, e concluiu o seu exame com certo desgosto, pois observava então a maior parte dos defeitos. Mirou-se em um espelho, e viu-se menos feio do que no retrato, com feições menos duras, o olhar mais doce, a fronte mais lisa, o nariz menos escuro. Deixando sobre a mesa as provas restantes, deitou-se tarde, leu pouco e dormiu mal.

Na manhã seguinte, mal tinha o jovem artista deixado o leito, entra-lhe no espaçoso quarto um amigo seu, jovem e inspirado

poeta, o qual, vendo os retratos sobre a mesa, tomou um deles e quis guardá-lo para si. O retratado, porém, reclamou-o imediatamente para a dedicatória, e, tomando a pena, desgostoso com o serviço fotográfico, e sem se haver ainda refeito da fadiga de uma noite maldormida, traçou abaixo de sua carantonha esta dedicatória:

“Se não encontras beleza
Na estampa que tens à vista,
Diz-mo com toda franqueza,
E eu vou queixar-me à rudeza
Do ladrão do retratista...”

Fim